

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 11, Número 1, Junho de 2022

A metamorfose social e a democracia

Sérgio Abranches

Representação, participação e o futuro da democracia

Bruno P. W. Reis

Democracia e neoliberalismo: um encontro fatal

Céli Regina Jardim Pinto

Teorias conspiratórias e democracia

Bernardo Sorj

O maior temor de Putin

Robert Person e Michael McFaul

O renascimento da ordem mundial liberal

Lucan Ahmad Way

GOLPE NA TUNÍSIA

A democracia está perdida?

Moncef Marzouki

O arco da democracia: do renascimento à ameaça

Larry Diamond

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis Isabel Penz
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 11,
Número 1, São Paulo, Junho de 2022
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Em maio de 2022, o *Journal of Democracy em Português* — uma publicação semestral da Plataforma Democrática, disponível gratuitamente na internet — completou dez anos e, para comemorar a data, preparamos uma edição ampliada composta por oito artigos: quatro deles inéditos, escritos por autores brasileiros, e quatro traduções de textos originalmente publicados na versão em inglês do *Journal*.

O fio condutor dos trabalhos aqui reunidos é a preocupação (e até mesmo a perplexidade) diante dos enormes desafios que a democracia enfrenta em todo o mundo e também no Brasil a esta altura do século 21, e a tentativa de analisá-los e compreendê-los em seus diferentes aspectos em busca de possíveis caminhos para reinventá-la e fortalecê-la.

No primeiro texto inédito, o cientista político Sérgio Abranches interpreta a instabilidade, as incertezas e as contradições de nosso tempo como resultado de uma verdadeira metamorfose das sociedades contemporâneas, nos planos social, científico-tecnológico e ambiental. Aquecimento climático, substituição crescente do trabalho humano por máquinas inteligentes, avanços científicos que estendem a expectativa de vida, ao mesmo tempo que colocam problemas morais inéditos, são grandes desafios que exigem níveis de cooperação, competência e conhecimento não disponíveis mesmo nos países mais avançados.

As democracias, nas quais a palavra é livre e as autoridades sujeitas ao voto, sofrem com o desencanto e o descrédito resultantes da dificuldade que mostra para dar respostas às incertezas, medos e aspirações exacerbadas pela mudança histórica em curso. Mas são elas, e não os regimes fechados e autoritários, ressalta Abranches, as mais aptas a encontrar respostas aos desafios contemporâneos, justamente

porque mais permeáveis ao contraditório e adaptáveis a um futuro em construção.

“Os grandes desafios durante e após a metamorfose continuarão a ser a superação das desigualdades, velhas e novas, o aprofundamento da democracia, a remodelagem das salvaguardas contra a autocracia e a mitigação da mudança climática, que torna o futuro ainda mais incerto. Para enfrentá-los, a sociedade disporá de um novo kit de ferramentas oriundo das mudanças técnicas e comportamentais”, escreve o autor.

No segundo artigo, Bruno P. W. Reis, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa o impacto das profundas mudanças tecnológicas, econômicas e comportamentais em curso nos sistemas de representação e participação política. Sua tese é a de que comete um equívoco quem pensa a representação política como uma infeliz necessidade de sociedades mais complexas, um mal necessário frente à impossibilidade de ter uma democracia direta. O desafio contemporâneo não seria organizar uma espécie de ágora grega baseada nas tecnologias da informação, mas sim reconstruir os canais de representação num momento em que as sociedades se tornam mais individualizadas e fragmentadas — e crescentemente polarizadas — e as chamadas instituições intermediárias — tipicamente os partidos — perdem filiados e densidade programática.

“O quadro contemporâneo tem tido um claro efeito desorganizador sobre a política. Os movimentos que emergem no novo cenário parecem propensos a rejeitar mediações. Isso costuma ser saudado como uma promessa de democracia direta, mas não há razões para otimismo. Em uma paisagem relativamente desprovida de mediações, por mais que as pessoas tenham a sensação de agir livremente, atores com posição mais central nas redes de poder desfrutarão de maiores graus de liberdade para perseguirem seus propósitos e formatarem unilateralmente a agenda política”, alerta Reis.

No terceiro texto, a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto, professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprofunda-se na discussão sobre o esgotamento da relação neoliberalismo-democracia.

“O neoliberalismo não é em essência antidemocrático, entretanto, não consegue se realizar na democracia. A missão dos neoliberais é limitar as lutas por igualdade, pois estas limitam a liberdade de acumular capital. Para alcançar esse objetivo, necessitam combater os avanços civilizatórios, alcançados primeiro pela luta dos operários e seus direitos trabalhistas, depois pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracista etc. É disso que se trata, em grande medida, as ameaças à democracia que enfrentamos no século 21”, diz.

No quarto artigo inédito, o sociólogo Bernardo Sorj, diretor do Centro Edelstein de Políticas Sociais e da Plataforma Democrática, analisa o porquê do sucesso das teorias conspiratórias, uma das ameaças à democracia nos dias que correm.

“O que nos interessa ressaltar é o enorme atrativo que as teorias conspiratórias possuem para diversos setores da população, em um duplo movimento que os transforma em vítimas e ao mesmo tempo os empodera. Transforma-os em vítimas, pois os mais diversos mal-estares vividos (epidemias, crises econômicas, novos costumes, desemprego) pelas pessoas ou grupos seriam produto de uma ação intencional de outros grupos identificados como inimigos. E os empodera, pois oferece às ‘vítimas’ um mapa simplificado do mundo e do culpado a ser combatido”, explica.

No quinto texto, os professores norte-americanos Robert Person e Michael McFaul desconstruem a tese de que a expansão da Otan seria o principal motor da crise que levou à invasão da Ucrânia pela Rússia, defendida pelo presidente Vladimir Putin e repetida por analistas, jornalistas e políticos de diversos países e até mesmo dos Estados Unidos e da Europa.

“Putin deseja algo muito mais significativo na Ucrânia: o fim da democracia e o retorno de sua submissão à Rússia. Enquanto os cidadãos em países livres da Eurásia e da Ásia Central insistirem em exercer seus direitos democráticos de eleger seus próprios líderes e trilhar seu próprio caminho, Moscou continuará tentando enfraquecê-los”, afirmam.

No sexto texto, o cientista político canadense Lucan Ahmad Way, professor da Universidade de Toronto, afirma que, embora a Guerra na Ucrânia desperte muitos temores de que o mundo poderia estar à beira de uma época sombria, ao mesmo tempo há evidências consideráveis de que o ataque de Putin às normas internacionais poderia, em última análise, fortalecer a ordem mundial liberal.

“Mais de 60 anos após os horrores da Segunda Guerra Mundial, a invasão lembrou novamente ao mundo o custo humano brutal provocado pela rejeição dos valores liberais. A democracia não é simplesmente um bem abstrato, mas tem implicações importantes para o bem-estar humano. Embora um maior pluralismo possa não gerar maior crescimento econômico ou reduzir os níveis de corrupção, ele permite às sociedades evitar o tipo de violência brutal que vemos hoje na Ucrânia e, cada vez mais, na Rússia”, escreve.

Por que a democratização no mundo árabe parece um processo tão árduo?, pergunta no sétimo artigo o médico e ativista pela democracia e pelos direitos humanos Moncef Marzouki, que foi presidente da Tunísia entre 2011 e 2014, escolhido pela Assembleia Constituinte eleita após a Primavera Árabe neste país do norte da África.

“Perdemos a luta pela democracia? A resposta é sim, mas essa derrota é temporária. A ditadura, seja do tipo militar no Egito ou populista na Tunísia, tem poucas chances de melhorar a situação econômica da população. Além disso, a instauração de um regime democrático, ainda que imperfeito, deixou um gostinho de liberdade entre as gerações mais jovens e setores influentes da sociedade, como jornalistas,

advogados, ativistas da sociedade civil e assim por diante. Devemos apoiá-los com todas as nossas forças. As vidas de nossos concidadãos dependem disso”, defende o ex-presidente. A Tunísia viveu uma inicialmente bem-sucedida transição democrática a partir de 2011, interrompida no ano passado quando o atual presidente Kais Saïd suspendeu o Parlamento e passou a governar por decreto.

Para concluir esta edição comemorativa, traduzimos o artigo de despedida do cientista político Larry Diamond da função de co-editor do *Journal of Democracy*, cargo que ocupou por 32 anos. Segundo o pesquisador da *Hoover Institution (Stanford University)*, vivemos o momento mais sombrio para a liberdade em meio século, motivado por três fenômenos concomitantes: o contínuo e chocante declínio da democracia nos EUA, a emergência da China como nova superpotência global e a aliança entre a autocracia e a cleptocracia na Rússia de Putin.

“Tenho fé nas perspectivas de longo prazo da democracia, porque é um sistema moralmente superior e porque provou ao longo do tempo ser mais efetivo em atender as necessidades humanas. Mas não há nada de inevitável quanto ao triunfo da democracia. Serão as democracias do mundo capazes de gerir suas divisões e encarar o desafio colocado pelo autoritarismo ressurgente? Apenas um reconhecimento lúcido da profundidade do perigo atual será capaz de produzir a vontade necessária. Continuo otimista”, diz.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

A metamorfose social e a democracia

Sérgio Abranches

Sérgio Abranches é cientista político, professor universitário e escritor. É autor de “Presidencialismo de Coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro” (Companhia das Letras, 2018), entre outras obras.

Sumário

A instabilidade e as contradições de nosso tempo têm explicação. Decorrem de uma verdadeira metamorfose social, da passagem de uma situação estrutural, histórica e existencial para outra que a supera e dela difere fundamentalmente. Seu curso é imprevisível, pois se trata do futuro em construção. Na transição em curso, a democracia sofre com o desencanto e o descrédito de vários setores sociais. Os grandes desafios durante e após a metamorfose continuarão a ser a superação das desigualdades, velhas e novas, o aprofundamento da democracia, a remodelagem das salvaguardas contra a autocracia e a mitigação da mudança climática, que torna o futuro ainda mais incerto. Para enfrentá-los, a sociedade disporá de um novo kit de ferramentas oriundo das mudanças técnicas e comportamentais. O objetivo deste artigo é propor uma análise sintética das características desta metamorfose, suas consequências e o desafio que ela representa para a democracia.

As emoções da metamorfose

A instabilidade e as contradições de nosso tempo têm explicação. As placas tectônicas nas fundações profundas das sociedades estão em movimento e atrito, o que provoca turbulências e emergências. Vivemos em um cenário de mudanças profundas, de transformações vertiginosas em tudo o que fazemos, em todos os recantos de nossa vida. Não é qualquer ciclo de mudanças o que experimentamos, é uma verdadeira metamorfose social e global.

A mortalidade de tecnologias, artefatos, ideias e soluções faz com que o transitório predomine sobre o que foi padrão por várias décadas no século 20. Os velhos padrões desmoronam, sem que os novos já estejam maduros para uma transição sem traumas. A emergência de novas estruturas é mais lenta do que o colapso das antigas. A decadência precede a emergência. O intervalo de tempo entre o ciclo que termina e o amadurecimento do novo é longo o suficiente para produzir um vazio de respostas que gera frustração e insatisfação em todos os setores da sociedade. Esse processo é um celeiro de imprevistos, ou de eventos que até podem ser antevistos pela ciência, sem que no entanto seja possível prever onde, quando e como ocorrerão.

Metamorfose social foi a expressão utilizada pelo sociólogo Ulrich Beck (2016) para designar a passagem de uma situação estrutural, histórica ou existencial para outra que a supera e dela difere fundamentalmente. Seu curso é imprevisível, pois se trata do futuro em construção. Nasce do entrelaçamento de interesses, escolhas, desejos e sonhos. Essa revolução em curso marcará o século 21 e mudará radicalmente nossas vidas e as das gerações por vir. Beck defende de forma convincente o uso do termo metamorfose, em lugar dos conceitos usuais de mudança ou transformação, que admitem que certas partes do sistema social se alterem, enquanto outras permaneçam. A metamorfose significa uma transformação mais radical em que o velho não é mais reconhecido no novo. Nesse entremeio, nossa

capacidade explicativa e de intervenção na realidade se vê continuamente reduzida. Como diz Beck, é necessário explorar os novos começos prenunciados nas formas emergentes, embriões de novos padrões de produção, emprego e serviços.

Essas mutações sociais totais surgem da confluência de cinco grandes forças contemporâneas. A globalização, que reduziu as distâncias e amplificou a circulação de pessoas, capitais e mercadorias. A revolução científica e tecnológica, que se expande com as possibilidades abertas pela revolução digital, pelas genômica avançada, biologia sintética, biomimética e farmacogenética, pelas nanociência e neurociência, mudando os paradigmas científicos estabelecidos e o padrão tecnológico de base fóssil. A digitalização da sociedade e a emergência da sociedade da informação, da sociedade em rede, afetando a sociabilidade, a política e os padrões econômicos de acumulação, produção e circulação, como assinalou o sociólogo Manuel Castells, ainda no final dos anos 1990 (Castells, 1996). O aprendizado de máquina e a inteligência artificial, por exemplo, ampliam o escopo da automatização e o espaço do mundo “figital”, híbrido de físico e digital, abrangendo a socioesfera e a ciberesfera. A quarta força é a mudança climática, que impõe a adoção de novos padrões de produção, consumo, mobilidade, geração e uso de energia.

Essas forças convergem entre si e se fortalecem reciprocamente. Elas ativam a força socioestrutural que provoca rupturas continuadas na estrutura social, econômica e política das sociedades.

A metamorfose social é de natureza estrutural, sistêmica e planetária. Nenhuma dimensão da vida humana ficará intocada por ela. Porque a nossa capacidade de entender, explicar e intervir para resolver os problemas causados pela transição é declinante, as metamorfoses sociais se manifestam primeiro como uma sucessão de crises. Crises que provocam medo, insegurança, indignação e revolta. E uma sociedade dominada por esses sentimentos é uma sementeira de demago-

gos, fascistas e populistas prontos a manipular as emoções coletivas e anunciar um novo mundo, feito de um passado idealizado, fechado e seguro para os “seus”.

A política das emoções passa do campo dos interesses e das propostas de programas públicos para o campo afetivo, do “amo ou odeio”, do “ame-o ou destrua-o”. Ela traz consigo o mau comportamento e pode reacender a chama do mal radical, o inimigo invisível que habita os humanos (Nussbaum, 2013). Nesse ambiente, a propensão ao mal tem muita chance de se manifestar em meio a grupos sociais dominados pelo ressentimento, que nasce do sentimento de privação das possibilidades de satisfação do que é material e culturalmente necessário à vida em sociedade.¹ O temor da destituição convoca instintos primitivos. O medo, diz a filósofa Martha Nussbaum (2013, pp. 320-3), pode ser um sentimento razoável, um estado de alerta, e pode também ser mal direcionado, de muitas maneiras.

Momentos refundadores

Durante a metamorfose social, blocos históricos se movem como placas tectônicas demarcando a fronteira entre eras histórico-estruturais distintas, entre padrões civilizatórios. Este movimento causa tensões, conflitos, confrontos e interações que têm desfecho indeterminado. Durante esse complexo processo ocorrem ciclos de deterioração e ciclos de formação. Estes últimos fundam ou refundam as instituições econômicas, sociais e políticas. Em virtude desse espírito de um tempo dominado por sentimentos fortes e adversos, a democracia vive globalmente um momento de contestação. Como passaremos a outras realidades estruturais, não há o que consertar. Há o que construir.

1. Nas discussões sobre a renda mínima, Marx reconhecia a necessidade de associar a necessidade material ao mínimo culturalmente necessário e socialmente determinado, em cada sociedade, para uma “vida digna”, mantendo praticamente a mesma visão inaugurada por Adam Smith. Cf. Abranches (1987) pp. 16-21.

Não vivemos uma situação de mudanças incrementais, que permitem a correção de falhas ou o preenchimento dos vazios na estrutura social existente com material já testado. Vivemos a emergência de novos e não antecipados elementos estruturais e comportamentais que serão decisivos para o futuro das sociedades contemporâneas. Uma vez atravessado o ponto de virada, quando as mudanças amadurecem e dão nitidez à fisionomia da nova formação social, a ordem anterior desaparece e o novo paradigma societário é capaz de gerar respostas mais pertinentes aos problemas do seu tempo. O aumento de ingredientes totalmente novos, até então desconhecidos na composição da nossa vida social e econômica, está na origem do medo do futuro a invadir aos pedaços nossa realidade e que provoca fortes correntes de reação conservadora.

O processo histórico-estrutural descrito acima resulta da combinação entre determinações estruturais e a interveniência dos atores sociais, que, apesar de não serem capazes de ter influência decisiva no movimento das placas tectônicas da história, têm o poder de intervir na direção das mudanças por meio de escolhas e ações coletivas. Estrutura e “agência” operam historicamente para dar direção e ritmo à metamorfose global em cada sociedade. É por meio desta combinação que a democracia é desafiada e só por meio dela pode ser refundada.

A refundação se dará em momentos constituintes nos quais se estabelecem os novos sujeitos históricos capazes de dar vida à democracia ampliada e aprofundada. O processo constituinte abre espaço para que se possa redefinir o povo institucional, dando voz e representação a todas as forças sociais em presença e ampliando a coincidência entre povo civil e povo institucional.² No caso brasileiro, o povo sempre foi definido nos diferentes momentos constituintes, do Império à Repú-

2. A noção de momento constituinte de Jason Frank (2010) requalificou a ideia de momentos políticos proposta por Jacques Rancière (2009) para determinar o momento no qual se dá vida institucional ao povo civil ou a parte dele.

blica, de forma restritiva ou excludente, promovendo um significativo desencontro entre o povo civil, em presença na sociedade, e o povo institucional, admitido à cidadania plena.³ Tal discrepância historicamente impediu a constituição de uma verdadeira república de iguais em direitos e oportunidades e diminui até hoje a representatividade e a legitimidade da democracia.

O processo de mudança que leva a momentos constituintes nunca ocorre sem um aumento significativo da tensão e do conflito. De um lado, as forças poentes vão perdendo terreno econômico, social e político. De outro lado, as forças emergentes ganham espaço à medida que as novas estruturas amadurecem. Parte dessas forças emergentes, uma vez amadurecida, se tornará agente da construção dos novos modos de organização social. Elas se vêem, em diversos casos, desrepresentadas e desprotegidas, deixadas por conta própria no turbilhão de mudanças. Juntam-se àqueles setores sociais deslocados pela mudança e que não são mais alcançados pelas redes de proteção social. São forças muito diferentes entre si, que se encontram, vindas de situações opostas, e que promovem impulsos políticos distintos.

As primeiras são emergentes, surgem do novo, olhando para o futuro. As outras são deslocadas pelo desmoronamento se voltam para o passado perdido. A oligarquização e o estiolamento dos partidos e das organizações sindicais deixam estas últimas sem representação. As limitações do Estado, por imposições de disciplina fiscal e pelo encurtamento da base de arrecadação tributária, lhes retiram a proteção social adequada. Já as forças emergentes não se reconhecem nas estruturas de representação e de participação das democracias que estão em processo de oligarquização, nem são por elas reconhecidas. Tampouco se enquadram nas regulações oriundas do antigo modo de ação estatal para obter cobertura das redes de proteção social.

3. Trato desta questão em dois textos para publicações comemorativas dos 200 anos da Independência: “As vias tortuosas da democracia e o colapso da representação no Brasil” e “A terceira margem do Ipiranga”.

Os resultados desse processo de exclusão podem ser bem diferentes. Do lado das pessoas deslocadas de suas antigas ocupações e inabilitadas para reingressar no novo mercado de trabalho, a indignação e a revolta as tornam vulneráveis à pregação dos demagogos. Já as forças emergentes também têm dificuldade de se encaixar, pois as velhas formas sociais não conseguem enquadrá-las em seus escaninhos rotineiros. A reação tende a ser a adesão a ideologias ultraindividualistas, ultraelitistas e ultraliberais.

Em determinados segmentos sociais, esse estado de espírito também pode ser vulnerável aos valores apregoados por demagogos da extrema-direita. Mas eles não serão os únicos atores sociais com influência na definição dos novos arranjos políticos no futuro próximo. Outras forças sociais surgirão no bojo da revolução estrutural cuja emergência se dará nos momentos mais avançados da transição e, por isso, estarão menos impressionados pela decadência das formações anteriores. O fator-problema para a democracia está nos segmentos tipicamente de transição, os expulsos pela transformação e os não alcançados pelas instituições tradicionais. No plano social, essas duas potências, uma carregada de passado e a outra prenhe de futuro, possuem interesses concretamente contraditórios, e há entre elas grande tensão potencial.

O único caminho que se abre às sociedades para sair, com sucesso, do dilema entre o colapso e a transformação é se definir pela mudança e agir sobre ela. A partir da escolha coletiva pela mudança, as forças sociais ganham protagonismo e o momento político se abre à ação individual, ao surgimento de novas lideranças, determinando a direção e o ritmo de transformação de cada país. Não há um fim predefinido ou predeterminado, haverá várias soluções possíveis.

Como diz Norbert Elias (1975), essa reorganização total das relações humanas vai transformar radicalmente nossos hábitos, nosso comportamento e nossos sentimentos. A distribuição do poder entre

as forças ligadas às estruturas e atividades em declínio e as forças associadas às formações emergentes é desigual e dinâmica. Altera-se no tempo. Nos momentos iniciais, o poder político-institucional das forças da decadência é muito maior do que sua força estrutural em declínio. A potência estrutural das forças emergentes, ao contrário é muito maior e crescente do que seu poder político-institucional. O movimento estrutural, contudo, é inexorável e, enquanto umas decaem e as outras crescem, esse desequilíbrio de poder tende a se inverter a favor das forças emergentes. Há um momento imprevisível, mas dedutível pela lógica do movimento dessas estruturas tectônicas, em que essa disparidade de poder chegará ao ponto de ambivalência ou neutralidade de forças.

Para Elias, a direção da mudança — ou seja, para que lado a conjuntura se deslocará — muito provavelmente dependerá da “determinação e da estatura de algumas pessoas”, influenciando o desfecho do processo de transição. Aqui se trata tanto das grandes lideranças globais, como das lideranças locais e mesmo das microlideranças, em cada espaço da vida coletiva e familiar. Não é possível prever que ações levarão ao *tipping point*, à virada que desequilibra o jogo de forças para o lado emergente.

A metamorfose social não leva à derrota inescapável das forças autoritárias e neofascistas. Elas podem sair vitoriosas. É um dos perigos oriundos do medo provocado pelos sintomas mórbidos da transição, sem que as novas positivities sejam plenamente visíveis e convincentes. Tudo dependerá das circunstâncias e das escolhas de cada sociedade. Nas fissuras históricas produzidas pelo abalo das fundações sociais, amplia-se o espaço para a ação humana e para a liderança individual. No movimento em aberto da história rumo ao futuro se alarga o livre-arbítrio, a criatividade e a capacidade de liderança das pessoas. A mudança radical e ubíqua pede inovação e esta é produto da criatividade na necessidade e na diversidade.

A demanda por inovações gera oportunidades para que iniciativas pessoais se coletivizem e possam iniciar uma “fase criativa” da qual resultarão novas configurações sociopolíticas. É neste processo que nascem as lideranças transformadoras, não raro saídas daqueles setores do povo civil até então fora da definição tradicional do povo institucional. A democracia precisa de novas lideranças capazes de compreender a transição e pessoas capazes de formular políticas de transição para a economia, a sociedade e o sistema político. São essas lideranças com capacidade de inovar e juntar forças que podem preparar o terreno para a refundação da democracia no século 21, uma democracia que será necessariamente digital, com bases ampliadas e salvaguardas mais robustas contra ataques de cunho autoritário.

O turbulento trajeto rumo à polis digital

É no entrechoque entre as forças do passado e as do futuro que surgem os demagogos e os neofascistas, como Viktor Orbán, Donald Trump e Jair Bolsonaro, personalidades autoritárias e narcísicas que vêem os outros como serviçais de sua vontade, destituídas de compaixão e rigorosamente autofocadas.⁴ Não são lideranças carismáticas, como muitos as têm considerado. São políticos demagógicos e tirânicos que excitam o povo, remexendo suas insatisfações e manipulando emoções primitivas, e enganam o povo com suas promessas vazias. Apresentam-se como expressões de uma nova política, mais próxima do povo e incorruptível, mas uma vez no poder revelam-se o avesso do que prometeram.

O narcisismo, o culto de si mesmo, os impede de empatia e compaixão (Butler, 1997). Os demagogos manipulam o medo da destituição, que atribuem aos “outros” (migrantes, parte do povo, grupos etnicamente diferenciados, “comunistas”, globalistas), sobretudo por

4. A descrição do narcisismo por Martha Nussbaum (2013) é bastante pertinente aqui, cf. pp. 173-4.

meio da linguagem do ódio, definindo um inimigo claro que ameaça a própria existência das pessoas a que se dirigem. Eles se dirigem ao “seu” povo, para chamá-los à ação sob “seu” comando. Só o “líder” autoritário mitificado pode dizer quem é o “seu” povo. Com uma retórica sempre voltada contra o inimigo, usando metáforas de guerra contra a corrupção, a má política, a incompetência e o abandono do “seu povo”, os demagogos lançam uma armadilha emocional cuja isca é a promessa de um “novo mundo”, o passado restaurado na sua grandeza e sem as falhas que “eles” provocaram e “nós” somos capazes de corrigir.

O modo de discurso dos líderes autocráticos é encarado por seus seguidores como uma delegação de poderes para usá-lo como arma na guerra aos “outros”, para ferir e calar seus adversários e críticos. É a retórica que domina as redes digitais comandadas pelos demagogos. Ao verificar como as redes digitais têm sido dominadas pela linguagem do ódio, manipuladas por extremistas e usadas para cometer crimes, a propensão mais geral é a de condená-las. Há muitas manifestações do que denomino de “reacionarismo tecnológico”, que investe contra os artefatos tecnológicos como se fossem portadores inexoráveis do mal.

É abundante a evidência de que grupos extremados usam a seu favor o poder dos algoritmos de amplificar e tornar dominante o seu discurso nas redes sociais. Mas a sociedade em rede oferece, também, ferramentas para interações criativas, novas formas de cooperação interpessoal, grupal, transnacional e transcontinental. As redes digitais estão na fase de ambivalência. Facebook, Instagram, Twitter e TikTok, as mais utilizadas atualmente, resistem a manter a conversação digital nos limites do respeito cívico por meio da autorregulação democrática do conteúdo que flui por elas, diferenciando a informação da desinformação e a notícia, do rumor digital. Por isso, têm responsabilidade pela degeneração de boa parte da conversação pública que se dá nas redes.

Forçam, ademais, os governos e os parlamentos com pouca expertise digital a impor regulação espelhada nos modelos regulatórios analógicos. Não funciona. Nada disso é trivial. O ambiente tecnológico criado pelas transformações no processo de metamorfose é multicausal. A geração e o uso da tecnologia são distribuídos, descentralizados, tornando impossível a aplicação dos processos legais convencionais (Kaufman, 2022). A moderação de conteúdo nas redes, na escala necessária, também implica no uso de algoritmos, replicando o problema em outra escala. A automatização ou robotização da análise de conteúdo de posts e vídeos envolve pelo menos três dilemas complicados para a democracia: inevitável falta de transparência decisória e dificuldade de verificação independente das decisões de moderação; desigualdade de tratamento de visões, grupos e tipos de discurso, criando sérios problemas de justiça de procedimentos; despolitização das práticas de moderação das plataformas.

É um desafio novo e fundamental para a democracia. Os algoritmos permitem de fato não só atuar sobre seu destinatário, como intervir na constituição social do destinatário, sobrepondo à identidade real original a versão a partir das interações em rede.⁵ A jurista Mari Matsuda (1989) analisou esta capacidade de agir sobre o destinatário e, ao mesmo tempo, contribuir para a sua constituição social, ao examinar o discurso racista, bem antes do domínio das redes sociais. Não é a tecnologia que produz o mal. São os humanos.

Os algoritmos não são bons, maus ou neutros, como disse há tempos sobre as tecnologias o historiador Melvin Kranzberg (1986). Eles são artefatos tecnossociais que interagem dinamicamente com usuários-sujeitos, autoaperfeiçoando-se a partir dos dados gerados pelas interações. São, portanto, artefatos políticos que carregam em seu código os valores e objetivos de seus desenvolvedores, mas podem tomar

5. Refiro-me aqui a todo tipo de dados, desde de atividade na rede, às mensagens nelas veiculadas, passando pelas menções positivas e negativas.

direções imprevistas a partir dos contextos interativos em que operam automaticamente. Os agentes-desenvolvedores, que embutem valores e objetivos originários nos algoritmos e nos programas para que ajam com “autonomia”, e os agentes-de-uso, que aprendem a se valer de propriedades dos algoritmos para alcançar seus próprios objetivos, a estes sim pode-se atribuir más inclinações ou maus propósitos.

Toni Morrison disse que a “linguagem opressiva faz mais que representar a violência; ela é violência; faz mais que representar os limites do conhecimento, ela limita o conhecimento”. (Morrison, 1993) A linguagem do ódio é uma das formas de expressão da linguagem opressiva sobre a qual Morrison falou tão bem em seu discurso ao receber o prêmio Nobel de Literatura. Qualquer discurso de ódio, venha de onde vier, é sempre opressivo, sempre autoritário e faz mais que representar o ódio, ele é ódio e certamente limita o conhecimento. É usado como arma para ferir, desqualificar, calar, intimidar e oprimir aqueles a quem se dirige. É uma arma para exercer soberania, como propõe Judith Butler (1993). É um recurso de poder.

Como disse Hannah Arendt (2021), no momento em que se fala para o público, tudo muda. Nosso espaço público na era digital é híbrido, ele é físico e digital: “figital”. O que antes precisava ser impresso, ou chegar ao noticiário radiofônico ou televisivo, agora se apresenta a um público maior do que o de qualquer desses meios, em tempo real e de forma muito mais íntima e pessoal. Portanto, o poder da arma discursiva aumentou em vários megatons e a capacidade de intervir na definição da identidade social do outro foi consideravelmente ampliada. A tal ponto que uma afirmação difamatória sobre um alvo do discurso do ódio pode ser tomada por real até mesmo por simpatizantes da vítima do ataque.

Esse novo agente autoritário, capaz de se mover no espaço público figital, surge a partir do uso proficiente dos meios digitais, em um ecossistema social propenso a ouvi-lo. Ele é um agente figital, produto do clima de incerteza, insegurança e medo causado pelos sintomas

mórbidos da metamorfose social. Os novos meios digitais lhe dão as armas para tornar sua retórica mais cativante, de um lado, e mais ofensiva, de outro, possibilitando o acesso ao poder mais rapidamente do que no passado e dando-lhe novos recursos para solapar, de dentro, a democracia (Abranches, 2021).

Estamos novamente diante do perigo apontado por Hannah Arendt (2021), de que “o enorme *pathos* da nova era” pode só vir inteiramente à tona depois que se ultrapassou um ponto de não-retorno. Isto é o que temem, por exemplo, os climatologistas em relação à mudança climática. É também o temor de muitos democratas sobre a ameaça neofascista e que se perguntam quando será tarde demais para soar o alarme sobre os demagogos? (Buruma, 2018; Abranches, 2021).

Vivemos um tempo em que é preciso cuidar dos sintomas mórbidos, como Gramsci chamava os elementos de crise do interregno, enquanto ainda aprendemos sobre a doença. Isso é verdade para a emergência do novo autoritarismo e para a mudança climática, como foi verdade para a pandemia de Covid-19. Se deixarmos para tratar a doença depois que a conhecermos inteiramente, pode ser tarde demais para uma grande parte da humanidade e, ao mesmo tempo, podemos acabar perdendo a oportunidade de usar os componentes virtuosos emergentes na transição para construir uma sociedade melhor, mais justa e mais livre.

As redes sociais criaram um espaço público que interessa mais, mobiliza mais e convence mais as pessoas do que o espaço político analógico. A intensidade da informação nesse espaço é muito maior do que no mundo analógico. As redes e os mecanismos de busca servem de instrumentos para buscar explicações para o que está acontecendo, na captura frenética de links para artigos de política, economia, ciência e comportamento que permitam entender o que se passa. A lógica dos links e os mecanismos cada vez mais precisos de busca permitem encontrar em tempo real toda a informação disponível sobre os temas de interesse. A conversação se amplia.

A ciberesfera se torna o campo de batalhas decisivas pela ocupação da *polis* digital e para a democratização avançada. Todavia, as redes suscitam um dilema crítico de qualidade e confiabilidade da informação. A informação hoje flui com vieses introduzidos por seus desenvolvedores nos algoritmos que selecionam o que cada um verá. Este já é um problema da nova sociedade em rede. A propensão autoritária por vigiar, controlar e punir tem sabido manipular os algoritmos usando a linguagem do ódio e da intolerância para dominar a conversação que se desejaria democrática. A guerra pela democracia digital se dará cada vez mais no espaço público da ciberesfera.

O argumento do sociólogo Pierre Rosanvallon (2015) de que o aprofundamento da democracia requer o aumento da vigilância dos cidadãos e de sua capacidade de promover o impedimento dos maus governantes encontra nas ferramentas digitais o meio que melhor possibilita sua realização. O potencial democrático implícito na revolução digital é extraordinário e pode se impor. Os cidadãos já dispõem hoje de instrumentos poderosos para confrontar o bombardeio desinformativo dos extremistas e para vigiar os governantes e tornar públicos seus malfeitos. Os consumidores nunca tiveram ferramenta mais eficaz de denúncia do mau comportamento das empresas. Mas o seu uso político é ainda incipiente no espaço digital. As redes são o espelho da transição, refletem suas virtualidades seus perigos e suas contradições. Elas mudarão a sociedade e serão transformadas por ela.

A ação individual e as escolhas que fazemos adquirem maior potência na sociedade digital. Atos individuais podem ter consequências que vão muito além do indivíduo e seu entorno. O agregado de cliques, curtições, desaprovações individuais produz celebridades, enriquece influenciadores, alimenta o tráfego de mensagens nas redes e remove pessoas para o ostracismo. É uma escolha individual clicar ou não, gostar ou não, repassar ou não. Como a decisão de votar ou não.

Nossas microescolhas no espaço público digital podem, contudo, se juntar às escolhas de outras pessoas, na escala dos milhões, com maior facilidade e rapidez, produzindo resultados imprevisíveis. As redes têm permitido a pessoas se tornarem polos importantes de influência e persuasão para além de suas atividades profissionais. A atriz Selena Gomez, nos Estados Unidos, e a cantora Anitta, no Brasil, são bons exemplos do impacto de posições que postam em temas importantes que transcendem a atividade artística. Na política, a deputada Alexandria Ocasio-Cortez, da ala esquerda do Partido Democrata, é novata no Congresso americano, mas é uma celebridade nas redes sociais. Tem conseguido convencer seu próprio partido a atuar melhor nas campanhas digitais, como fez na renhida disputa para o Senado no Estado da Georgia, que acabou em vitória histórica dos Democratas. Sua influência já vai além do campo da política, chegando ao plano do comportamento.

Mesmo pessoas mais anônimas, que não exercem atividades de ampla projeção como as celebridades, têm se tornado influentes pela destreza como manejam a comunicação nas redes e se aproveitam dos atributos dos algoritmos para viralizar suas mensagens. Como somos nódulos humanos de uma imensa rede social digitalizada, a interação em rede pode provocar reações em cadeia em escala e velocidade impossíveis de se obter na sociedade analógica. Não agir significa desligar-se dessa rede e abdicar de contribuir para seu movimento. Não podemos determinar a direção dessas reações, nem seu desfecho. Hoje, mais do que nunca, nossas microações podem provocar macrorreações. Este se tornou um vetor relevante na determinação do grau de democracia da governança local e global.

Não é preciso enfatizar que a democracia é muito mais capaz de aproveitar as oportunidades de inovação institucional do que os regimes reacionários. Principalmente, quando as escolhas são feitas livremente, as decisões são tomadas em contexto democrático e as paixões expressas com alguma calma de espírito. Mas, com as estruturas em

movimento produzindo severa instabilidade na superfície, é realmente mais difícil acertar no cálculo e temperar as paixões. Vivemos numa sociedade de risco sob todos os aspectos. É o império das paixões de toda sorte, em sociedades nas quais a mudança estrutural torna os interesses confusos e difusos e dificulta a diferenciação entre interesses transitórios e interesses duráveis.

Sobram as paixões para realçar interesses e orientar as ações e reações individuais. As soluções conhecidas de equilíbrio entre interesses e paixões perderam-se nas brumas do passado. As desigualdades aumentam inevitavelmente. O resultado concreto disso tende a ser a polarização radicalizada, as reações extremadas que levam às fugas, à corrida alienada para o individualismo consumista, ao ultranacionalismo. Todos buscam as situações que os amparam das aflições e lhes dão a impressão de pertencimento, de estar entre iguais.

A pergunta-chave é se a polarização e as paixões extremadas pelo desencanto e pela pregação demagógica são inevitáveis. Não creio que sejam. Mas, para aplacar as paixões e desacreditar os demagogos, é preciso mais que retórica. São necessárias políticas de transição que mitiguem as privações e respondam ao desejo óbvio das pessoas de serem ouvidas e atendidas.

As redes sociais expressam mais fielmente esse mal-estar, esse espírito de um tempo conturbado. São canais ágeis para expressão de nossas dúvidas e perplexidades. A mobilidade digital ajuda a fugir da realidade dolorosa do mundo físico para as veredas intermináveis do mundo virtual. Troca-se a solidão na socioesfera em crise pela convivência nervosa na ciberesfera em expansão. Nela se pode expressar as paixões e convicções, compartilhar as perplexidades, interagir, encontrar o igual, o que conforta, o que admira o que se diz e faz, ou o que justifica o medo, o ódio, a unilateralidade. A pandemia, de um lado, reforçou esse exílio no virtual; de outro, mostrou as virtudes dos encontros em presença e a necessidade de estar com os parentes amigos

e colegas. Revelou a possibilidade da solidão virtual e ajudou a redescobrir os benefícios da sociabilidade no mundo físico.

O desafio democrático

Os demagogos que logram se eleger, aos quais chamei governantes incidentais, buscam degradar os mecanismos que garantem a rotatividade no poder e os freios e contrapesos de salvaguarda da democracia. Quando têm sucesso, conseguem se perpetuar no cargo. Vladimir Putin, Hugo Chávez e Viktor Orbán, entre outros, conseguiram alterar as regras eleitorais para obter a garantia da permanência no poder, produzindo a maioria eleitoral ou parlamentar necessária para tanto. O segundo mandato é sempre o mais perigoso, pois é quando conseguem reinstitucionalizar o sistema político, desmontando as salvaguardas democráticas e virando as instituições ao avesso para executarem funções inversas à suas delegações constitucionais originais.

Durante os quatro anos em que ocupou a Casa Branca, Donald Trump conseguiu levar a jurisprudência da Suprema Corte muito mais para a direita ao nomear ministros ultraconservadores para o tribunal. Hoje os ministros nomeados por presidentes do Partido Republicano são os pivôs da maioria. Mas Trump não conseguiu alterar a seu favor as regras eleitorais, nem manipular a contagem dos votos. Derrotado na tentativa de se reeleger, açulou seus seguidores de extrema-direita, entre eles grupos neonazistas e supremacistas, a invadir o Capitólio, a sede icônica do Congresso americano, e forçar os Senadores a invalidarem a contagem dos votos. Para perplexidade geral, o Partido Republicano decidiu, posteriormente, que a inédita e violenta invasão do Congresso, com ameaça real à integridade física dos parlamentares, foi um ato comum da luta política.

Bolsonaro tem ameaçado levar a cabo um golpe que lhe permitiria intervir no Judiciário e no Congresso, até agora sem sucesso. Se não

conseguiu desarrumar inteiramente o arranjo institucional da democracia, tem conseguido desmontar o aparato de políticas públicas cuja função maior é de realizar as promessas democráticas da Constituição de 1988, de inclusão, diversidade, pluralismo cultural, educação laica universal, liberdade de cátedra e proteção ambiental, dos povos originários e de suas terras. Investiu, também, contra o sistema de freios e contrapesos de salvaguarda democrática. Neutralizou a autonomia investigativa do Ministério Público Federal, nomeando pessoa da periferia da carreira para ser-lhe dócil.

Ele tem promovido o desmonte institucional, muitas vezes com ajuda no Poder Legislativo de políticos do centro oportunista, que se moveu para a ultra-direita por conveniência. Uma importante barreira ao retrocesso legislativo e institucional tem sido o Senado, onde esse centro oportunista não é maioria. Boa parte da adesão dos parlamentares à agenda antidemocrática de Bolsonaro se deve ao manejo cada vez mais arbitrário das verbas orçamentárias concentradas em emendas parlamentares, sob controle de lideranças no Congresso. São verbas descoladas das prioridades das políticas públicas que deveriam financiar e que não mais obedecem aos critérios constitucionais de transparência que constituem o chamado orçamento secreto. Por meio dele, o governo Bolsonaro tem produzido tremendas disparidades na alocação dos recursos públicos a alimentar desigualdades duráveis de oportunidades. As vítimas mais diretas têm sido as escolas públicas, o sistema público de saúde, o SUS, e a população de mais baixa renda.

Governantes autocráticos são incidentais, mas não surgem do nada. Eles têm bases sociais e forte apoio no mercado financeiro e nos setores da economia fóssil. Na base social de Donald Trump havia setores dos EUA rural, pequenos proprietários de terra desalojados do mercado pela industrialização da agricultura e dominância de grandes corporações agroindustriais; operários do *rust belt*, desempregados pelo fechamento de siderúrgicas obsoletas e de alta emissão de poluentes,

pela redução do uso do carvão e trabalhadores desempregados pelo deslocamento da produção industrial para outros países de maior produtividade e menores custos. Independente do que pensam e de quem apóiam são pessoas que precisam de proteção na transição e de novos meios de vida que, preservando suas culturas, tenham viabilidade nos novos modos sociais. Já Bolsonaro teve apoio do mercado financeiro, de grande parte do patriciado industrial, do agronegócio e de setores de classe média e baixa ameaçados pelo rebaixamento social, estes últimos também necessitados de proteção nesta passagem.

Em vários regimes autoritários, e mesmo em algumas democracias com governos de vocação autoritária, milícias digitais, que misturam voluntários, mercenários e *bots*, são mobilizadas para disseminar mensagens e ataques violentos contra os adversários do governo. Mas, no mesmo ambiente em que cresce a demagogia autocrática amadurecem as sementes da sociedade informada e mobilizável, capaz de promover a democratização do Estado e a digitalização da política. Na ciberesfera, as pessoas têm mais recursos e possibilidades de confrontar o Estado, os governantes autoritários e as grandes corporações do que na socioesfera. Amplia-se o espaço público de controle e deliberação coletivos.

A manipulação astuciosa da informação e da opinião pública por grupos autoritários é parte da transição. Esta circunstância contribui para o aumento da desconfiança na democracia representativa, nas instituições, na política e nos políticos. Ao mesmo tempo, a desconfiança pode ser um elemento ativo da vida cívica dos cidadãos, levando-os a usar os meios digitais para monitorar, ampliar a representatividade e intervir nas decisões (Butzlaff e Messinger-Zimmer, 2020). As redes reduzem muito os custos de oportunidade da participação.

A desconfiança cívica é uma forma de ativismo que pouco vale sem a participação política. O cidadão-espectador, que não vota, não protesta e não demanda, é um adversário involuntário da democracia e

contribui para a oligarquização e autocratização do regime democrático. O controle democrático do estado e das corporações implica uma cidadania ativa e vigilante. A desconfiança ativa da cidadania permite controlar o poder sem necessidade de recorrer a formas desestabilizadoras de intervenção indignada. Essa atitude de ceticismo cidadão pode ser uma ferramenta para fortalecer a legitimidade democrática. Os efeitos sociais adversos da transição, porém, levam ao descrédito na democracia e na política. Distingo descrédito da desconfiança ativa que é benéfica para a democracia. O descrédito, ou desfavor, seria disruptivo e antidemocrático.⁶ Estas duas fortes correntes de motivação política se enfrentam nas polarizações contemporâneas.

As experiências dos Estados Unidos e do Brasil mostram que o sucesso das investidas autocráticas no ambiente de desencanto com a democracia depende da robustez das instituições democráticas e do grau de coesão da sociedade em torno da democracia. No plano das instituições, em ambos os casos, observou-se que algumas funcionaram efetivamente para conter, no mínimo, o alcance dos ataques à democracia.

Nos Estados Unidos, a ampla autonomia federativa permitiu à maioria dos estados bloquear as tentativas de alterar as regras eleitorais em detrimento das minorias. Mesmo na Suprema Corte, os juizes republicanos de centro-direita têm se aliado aos magistrados democratas para barrar algumas das iniciativas mais graves de restrição ao direito ao voto por governadores e deputados estaduais ligados a Trump. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal, de um lado, e o Senado Federal, de outro, serviram de anteparo às tentativas de desmontagem da democracia.

A coesão social em torno da democracia enfraquece com o aumento da frustração das promessas contidas no contrato constitucional de

6. Citrin e Stoker (2018) estão entre aqueles que buscam uma distinção entre a atitude de ceticismo, desconfiança e o descrédito ou desfavor. Ver, também, Butzlaff e Messinger-Zimmer (2020).

cada país. O apoio à democracia depende, sobretudo, de políticas que atendam de forma suficiente às necessidades estruturais do povo, provendo bem-estar.

Na fase de metamorfose social que vivemos, o mau desempenho governamental e a inadequação das políticas públicas às novas necessidades que surgem dão força ao apelo dos demagogos e ameaçam a democracia. Nesse período de transição, cuja duração é difícil prever, todas as respostas são insuficientes, pois no reino da escassez sempre prevalece o poder político e econômico. Mais ainda, a política oligarquizada, à esquerda e à direita, sequer vê, ou se vê não reconhece, a maioria das novas necessidades criadas pela transição. Daí o estrangulamento das vias de oferta de soluções para a maioria. É uma dimensão substantiva, de eficácia material e política, que diz respeito à obrigação social do Estado e à correspondência entre as demandas da sociedade e as políticas públicas, entre a promessa democrática e o resultado da ação dos governos democráticos.

Rosanvallon (2015) lembra que a democracia, historicamente, sempre se manifestou simultaneamente como promessa e como problema. A promessa, ela não tem como cumprir totalmente, porque precisa se adaptar à dinâmica social. Aos problemas, ela deve dar respostas estruturais suficientes para resolvê-los em cada etapa do desenvolvimento da sociedade. A atualização do aplicativo democrático se tornou urgente. O que se busca é uma teoria da transição que permita pensar em soluções estruturais transitórias, até que os novos modos oriundos da metamorfose comecem a gerar respostas mais permanentes usando as lógicas e as ferramentas dos novos paradigmas sociais a emergir. Mas, para que isto ocorra, é preciso, antes de tudo, reconhecer que vivemos uma metamorfose social, uma transformação estrutural radical, profunda e global e não um conjunto de mudanças convencionais.

Nenhum governo democrático conseguiu ainda articular esses elementos emergentes, os embriões do novo, aos recursos disponí-

veis para mitigar os efeitos nocivos da transição. O sociólogo liberal-conservador Seymour Martin Lipset (1960) falava da importância do atendimento às necessidades materiais dos cidadãos para a estabilidade e a legitimidade democráticas. O pensador marxista Antonio Gramsci (1977) considerava a capacidade de dar respostas estruturais às necessidades do povo uma condição necessária à hegemonia moral em uma nova ordem política. Legitimidade e hegemonia moral são termos equivalentes originados de paradigmas polares. Um busca a estabilidade do regime, o outro a mudança do poder. Os dois reconhecem a necessidade de respostas políticas concretas em sintonia com as necessidades materiais e culturais da sociedade. A resposta democrática precisa estar em direta conexão com a promessa da democracia. Mesmo que esta promessa nunca possa ser cumprida por inteiro, a democracia começa por buscar realizar e proteger a parte que lhe é essencial, os direitos civis e sociais e, além disso, avança sempre rumo à concretização de outras dimensões ainda não cumpridas da promessa democrática. Principalmente aquelas que dão maior representatividade e mais canais de voz para o povo civil se manifestar institucionalmente.

O estreitamento da democracia representativa é decorrência da assincronia entre o processo social e o processo político. A política, ao longo do século 20, nas democracias representativas convencionais, buscou sistematicamente a estabilidade, considerada uma virtude democrática. A correlação de forças presentes na economia e na política funde o desejo geral de estabilidade democrática com o interesse privado de estabilidade das políticas que beneficiam os donos do poder. A ordem democrática confunde-se, dessa forma, com o *statu quo*, e a vontade geral de preservação da democracia passa a instrumentalizar o interesse oligárquico na conservação desse estado de coisas. As democracias tornaram-se muito conservadoras, pondo em risco a própria legitimidade da Democracia. A representatividade e a participação dos cidadãos foi sacrificada para assegurar a estabilidade das políticas.

Esse conservadorismo agravou-se com a hegemonia das políticas de estabilidade fiscal sobre qualquer outra consideração, apenas quebrada pela pandemia, que impôs o aumento do gasto público para fazer face à emergência. A austeridade ortodoxa difere da noção mais ampla e flexível de responsabilidade fiscal. A primeira mira apenas o superávit fiscal, em geral com os cortes de gastos mais direta e automaticamente aplicáveis, independentemente de suas consequências distributivas. Em geral, ela se faz por meio de cortes lineares ou tetos absolutos para o gasto com efeitos regressivos.

Já a responsabilidade fiscal prevê o equilíbrio das contas públicas e a garantia de que despesas permanentes tenham fontes permanentes de financiamento. Preocupa-se, em princípio, com a qualidade do gasto público e a contenção do crescimento da dívida pública, buscando minimizar os impactos distributivos regressivos. Governos progressistas podem adotar a responsabilidade fiscal e buscar esse equilíbrio por meio de dois procedimentos. Primeiro, cortando subsídios ao capital, liberando receitas às quais o governo renunciou para beneficiar os capitalistas, e aumentando as receitas derivadas de impostos progressivos, que cobram mais de quem ganha mais. A segunda medida seria obedecer inflexivelmente à regra de somente criar ou aumentar despesas permanentes que tenham fontes de financiamento também permanentes.

Um dos problemas das análises da democracia é que seguem um modelo mental que a vê como estágio final que, uma vez alcançado, precisa apenas de cuidados de manutenção para assegurar sua estabilidade e legitimidade. Mas a democracia existe em um contexto social dinâmico, conflitivo e problemático. Mudanças correntes ligadas às dinâmicas demográfica, econômica, social e política associadas ao progresso material alteram e ampliam a constituição do povo civil e institucional e mudam suas necessidades.

Portanto, a democracia deve ser vista como parte de um sistema complexo em permanente evolução, um alvo móvel, um ideal civili-

zatório, de liberdade, igualdade de direitos e oportunidades. Busca-se nesta visão a permanente atualização da democracia liberal, tornada sempre mais inclusiva, participativa e em sintonia com novas demandas e novos direitos. Há um elemento inarredável de insaciedade no ser democrático. A democracia é um processo permanente de constituição da soberania popular, do próprio povo como sujeito coletivo e dos meios de exercício desta soberania.

Os grandes desafios durante e após a metamorfose continuarão a ser a superação das desigualdades, velhas e novas, a remodelagem das salvaguardas contra a autocracia e o aprofundamento da democracia digitalizada e fortalecida pelos novos mecanismos de participação e representação oferecidos pela sociedade digital. Desafios para cujo enfrentamento as sociedades agregarão um novo kit de ferramentas oriundo das mudanças técnicas e comportamentais.

Bibliografia

Abranches, Sérgio (1987) — “Política social e combate à pobreza: a teoria da prática”, em Sérgio Abranches, Sérgio (1987) — Sérgio Abranches, Wanderley Guilherme dos Santos e Marcos Antônio Coimbra, *Política Social e Combate à Pobreza*, Jorge Zahar Editor, 1987, pp. 9-32

Abranches, Sérgio (2017) — *A era do imprevisto, a grande transição do século XXI*, Companhia das Letras, 2017

Abranches, Sérgio (2020) — *O tempo dos governantes incidentais*, Companhia das Letras, 2020

Arendt, Hannah (2021) — “Liberdade para ser livre: condições e significado da revolução”, em Hannah Arendt, *Pensar sem corrimão: compreender – 1953-1975*, Bazar do Tempo, 2021

Beck, Ulrich (2016) — *The metamorphosis of the world*, Polity Press, 2016

Butler, Judith (1993) — *Excitable Speech: a politics of performance*, Routledge, 1993, tem tradução para o português, *Discurso do ódio: uma política da performativo*, editora Unespe, 2021

Buruma, Ian (2018) — “When Will it Be too Late to Sound the Alarm on Demagogues?”. *The Globe and Mail*, 20 julho, 2018, disponível em: <https://www.theglobeandmail.com/opinion/article-when-will-be-too-late-to-sound-the-alarm-on-demagogues/>

Butzlaff, Felix e Messinger-Zimmer, Sören (2020) — “Undermining or defending democracy? The consequences of distrust for democratic attitudes and participation”, em *Critical Policy Studies*, 14:3, pp. 249-266, disponível em <https://doi.org/10.1080/19460171.2019.1584120>

Castells, Manuel (1996) — *The rise of the network society*, Blackwell, 1996

Citrin, Jack e Stokes, Laura (2018) — “Political Trust in a Cynical Age”, em *Annual Review of Political Science*, 21, 2018, pp. 49–70 disponível em <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050316-092550>

Elias, Norbert (1975) — *La Dynamique de l'Occident*, Calman-Lévis, 1975, pp. 121-3

Frank, Jason (2010) — *Constituent Moments: Enacting the People in Postrevolutionary America*, Duke University Press, 2010

Gramsci, Antonio (1977) — *Cuaderni del Carcere*, Einaudi, 1977

Guriev, Sergei e Treisman, Daniel (2021) — Spin Dictators, the changing face of tyranny in the 21st Century, 2022)

Kaufman, Dora (2022) — “À Comissão de Juristas do Senado: sugestões para mitigar os danos da inteligência artificial”, *Época Negócios*, 29, abril, 2022, disponível em <https://epocanegocios.globo.com/colunas/IAgora/noticia/2022/04/comissao-de-juristas-do-senado-sugestoes-para-mitigar-os-danos-da-inteligencia-artificial.html>

Kranzberg, Melvin (1986) — “Technology and History: ‘Kranzberg’s Laws’”, em *Technology and Culture*, Vol. 27:3, Julho, 1986, pp. 544-560

Lipset, Seymour Martin (1960) — *Political Man: the Social Basis of Politics*, Doubleday, 1960

Matsuda, Mari (1989) — “Public response to racist speech: considering the victim’s story”, em *Michigan Law Review*, 87:8:1989, pp. 2320-2381, disponível em <https://repository.law.umich.edu/mlr/vol87/iss8/8>

Morrison, Toni (1993) — “Nobel Lecture”, dezembro, 1993, disponível em <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1993/morrison/lecture/>

Nussbaum, Martha (2013) — *Political emotions, why love matters for justice*, Harvard University Press, 2013

Rancière, Jacques (2009) — *Moments Politiques: Interventions 1977-2009*, Fabrique, 2009

Rosanvallon, Pierre, *Le bon gouvernement*, Seuil, 2015

Representação, participação e o futuro da democracia

Bruno P. W. Reis

Bruno P. W. Reis, cientista político, é professor titular do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A experiência democrática na América Latina é permanente objeto de desconfiança, sempre interpelada a produzir alguma forma de participação que se possa dizer autêntica, autônoma ou algo que o valha, relativamente imune a instrumentalizações “de cima”. Esse ideal é tipicamente contraposto ao diagnóstico de um sistema representativo local tido por oligárquico, vertical, autoritário ou corrupto, conforme as ênfases próprias de cada autor. Nem se trata aqui de negar o valor do ideal e a pertinência geral do diagnóstico – mas o contraste costuma agravar-se por uma recepção idealizada da experiência das democracias europeias e norte-americanas, que não deixa de induzir uma baixa “autoestima institucional”, com efeitos negativos relevantes na estabilidade institucional. Neste momento, porém, as rotinas políticas em toda parte, no centro como na periferia, derivam para mais longe dos ideais e valores que justificam e norteiam a ordem constitucional liberal-democrática.

Especificamente no que diz respeito à esquerda, houve tempo em que ela rejeitava o valor, senão a própria ideia, da “democracia re-

representativa”. À medida que preservava o protagonismo de uma elite política, a representação não poderia ser compatível com uma democracia, se fôssemos devidamente rigorosos quanto à aceção do termo. No mínimo, seria uma democracia manca, pouco democrática no fim das contas, particularmente se contrastada com o valor e a presumível autenticidade da “democracia participativa”.¹

Posto em termos ideais, talvez o desiderato básico de sistemas de representação política que se queiram democráticos e pluralistas possa ser descrito de forma relativamente simples. Trata-se de viabilizar um sistema de decisões políticas que, sendo perfeitamente permeável a *todos* os interesses, não se deixe *capturar* por nenhum deles especificamente, em detrimento dos demais. Dito assim, de modo tão sintético, talvez pareça simples, mas em termos operacionais, práticos, é quase uma impossibilidade, pois os interesses não se distribuem aleatoriamente entre as pessoas em sociedade, e diferentes focos de interesse têm peso relativo muito variado na tessitura social e, portanto, têm influência muito assimétrica sobre o processo decisório. O contraste intuitivo entre participação e representação parte da intuição de que, na ausência de mediações, o peso de todos os participantes seria igual – o que leva o raciocínio a desconfiar de mediações. Mas a topografia da paisagem política é acidentada, as vozes não se fazem ouvir igualmente nem mesmo quando todos votam ao mesmo tempo por seus celulares – pois alguém decidirá o que será votado, assim como as opções disponíveis. Felizmente, toda ação política é representativa e contempla interesses que vão necessariamente além da voz individual que se manifesta.

A questão é *a quem* as vozes representam, os *procedimentos* por onde essa representação se viabiliza, os efeitos desses procedimentos sobre as assimetrias oriundas das conexões diferenciais de cada pessoa (pois diferentes procedimentos podem mitigar ou reforçar essas

1. Cf. Reis 2015; Reis & Bueno 2015, para uma breve apreensão crítica.

assimetrias) e, por fim, os processos de retroalimentação pelos quais essa eventual representação pode (ou não) se manter ao longo do tempo. Pois ninguém comparece sozinho à arena política. É sempre de *nós* que se trata. A primeira pessoa só comparece à arena política no plural.

Como diz David Plotke (1997), “o oposto da representação não é a participação. O oposto da representação é a exclusão. E o oposto da participação é a abstenção. (...) A representação não é um compromisso infeliz entre um ideal de democracia direta e as confusões das realidades modernas. A representação é crucial na constituição de práticas democráticas.”² É na constituição institucional de *sistemas* de representação que residem as esperanças do ideal democrático, apoiado sobre os princípios de igualdade política e soberania popular. Neste exato momento, porém, nós não sabemos exatamente como fazer isso.

Pois, para começar, em qualquer tempo, o objetivo nada tem de trivial. Não podemos presumir ou esperar que, a partir da universalização dos direitos políticos, algo de automático ou espontâneo se dê rumo a uma expressão equânime dos legítimos interesses, materiais ou ideais, de todas as pessoas. Isso pode parecer contraintuitivo ante a desconfiança recorrente da representação em favor de mecanismos de “ação direta”, que exprimam algum tipo de “vontade geral”, na expressão naturalizada a partir de Rousseau. Mas sistemas políticos relativamente desprovidos de mediações em seu processo decisório, mais que dar voz ao povo (entendido como uma coleção mais ou menos simétrica de pessoas “comuns”, relativamente iguais entre si), acabam dando vazão de maneira mais crua – e brutal – às fundas assimetrias que invariavelmente atravessam as sociedades modernas, dada a imensa complexidade implicada na interação cotidiana rotineira entre milhões (às vezes bilhões) de pessoas. Dadas as inovações em tecnologias de comunicação das últimas décadas, um simulacro de “democracia direta” já não é impossível, sequer em escala planetária. Mas tudo leva a crer que, ao

2. Tradução minha. Sou sempre muito grato a Natália Bueno pelo achado desta passagem.

invés de um aprofundamento da democracia, ela favoreceria o abuso do poder econômico e o aprofundamento das desigualdades.

É lugar comum a analogia mecânica implicada na ideia de “freios e contrapesos” (*checks and balances*) como receita de boa construção institucional liberal-democrática. Mas esta imagem é feita para exprimir o desejável controle mútuo, horizontal, entre poderes formalmente instituídos. Disciplinarmente, talvez tenha lugar central, de modo precípuo, sobretudo no Direito Constitucional. Para a Ciência Política, disciplina de matriz sociológica (que não por acaso costuma constituir uma das ênfases dos cursos de Ciências Sociais), o foco deve recair nos processos pelos quais diferentes interesses existentes nas sociedades, cada qual com sua base de apoio e respectivo conjunto de recursos mobilizáveis para a disputa política, logra (ou não) transmitir com eficácia esses interesses até a arena decisória, em condições de influir concretamente em seu resultado. Aqui a imagem mais precisa, para além dos freios e contrapesos da disputa intrainstitucional, é antes a das instituições decisórias como um sistema de polias e roldanas por meio das quais se refrata, se difunde ou se multiplicam os pesos de forças específicas em diferentes pontos do sistema.

Há de fato uma vasta tradição pluralista, toquevilleana talvez, apoiada no elogio à “arte da associação”, herdada e abraçada com ênfase pela ciência política norte-americana do imediato pós-guerra, que confere centralidade forte à vida associativa civil (sindical inclusive) como lastro crucial à vida partidária e fonte, portanto, de uma canalização eficaz das identidades políticas por um sistema de representação partidariamente mediado. Desde o século 19 a esquerda tendeu a ver com desconfiança a representação em favor de variados repertórios de ação direta, mas é digno de nota que a implementação de *políticas* redistributivas minimamente eficazes ao longo do século 20 tendeu a se dar em ambientes institucionais não apenas povoados de organizações civis de variados tipos, mas também suficientemente complexos

e povoados de conselhos, comissões e plenários que, dentro e fora do parlamento, deram voz (e poder de barganha) a essas organizações ou a seus representantes. Para exercer vetos. Para travar o processo decisório. Para obstruir. Botar areia, mesmo. Sobrepor travas e alavancas específicas em pontos estratégicos do sistema de roldanas. E, assim, arrancar concessões.

Naturalmente, isso depende também do desenho das instituições políticas estritamente consideradas. Mas não só. Sobre essa dinâmica incidirá, de modo decisivo, todo o lastro organizacional que retroalimenta continuamente as instituições, baseado em sindicatos e associações civis de todo tipo, sobre o qual poderá assentar-se o sistema partidário – se este lograr enraizamento social suficiente. Se o mapa do associativismo civil for suficientemente robusto e abrangente, propiciará, por sua vez, o lastro organizacional sobre o qual poderá assentar-se um sistema partidário mais institucionalizado e estável. Num plano ainda mais fundamental, a dinâmica decisória sofrerá o impacto também da distribuição de poder socialmente resultante das relações de produção, da distribuição da propriedade e da organização do trabalho predominantes na sociedade.

Com base na experiência do século 20, pode-se afirmar que as mais consequentes iniciativas de políticas redistributivas se deram sob ambientes institucionais povoados de múltiplas instâncias de representação de interesses, tanto em âmbito parlamentar quanto fora dele, em conselhos e instâncias de representação corporativa de variados desenhos em diferentes países, mas sempre com múltiplos pontos de veto e forte indução à barganha e ao compromisso pragmaticamente orientado. Esse aparato institucional tipicamente tendeu a operar com sistemas partidários organicamente conectados a um associativismo civil e sindical abrangente e diversificado, por sua vez lastreado sobre filiação numerosa empregada em setores economicamente importantes mais ou menos prontamente mobilizáveis por interesses partidários.

Essa cena desmantelou-se, em larga medida, ao longo dos últimos cinquenta anos. Como causa remota mais funda, talvez seja possível postular que a perda de centralidade sofrida pelas grandes plantas industriais na dinâmica econômica dos países mais centrais, com a consequente pulverização dos postos de trabalho em vínculos precários quase-individuais junto a algum provedor de serviços, reduziria irresistivelmente o poder de barganha das organizações trabalhistas. A virada da maré política não tardou a se fazer sentir. Ao longo do processo, a própria emergência de novos meios de comunicação tem produzido impacto considerável na forma e no conteúdo da ação política, com efeito corrosivo sobre o vínculo associativo que compôs o substrato da democracia moderna. A erosão recente dos indicadores de identificação partidária em toda parte, em favor de formas mais fluidas – e voláteis – de organização e ação política, não deixam de ser um sintoma estrutural, até tecnologicamente condicionado, de deterioração do quadro político-institucional das democracias partidárias do século 20 e do conjunto de políticas públicas que lhes eram características.

Nesse processo perdeu-se boa parte da *tração* eventualmente existente naquelas polias e roldanas, entre interesses organizados na sociedade, principalmente sindicatos, e o processo decisório no âmbito do sistema político. Alguém poderá conjecturar que isso se dará para qualquer grupo de interesse, com qualquer conteúdo ou orientação, mas é preciso ponderar que um sindicato operário depende muito mais de organização e capacidade de mobilização capilarizada em sua retaguarda do que uma *big tech* – ou mesmo uma empreiteira ou um banco. Em arenas e contextos onde o processo decisório corre mais solto, em que as decisões são mais rápidas (e talvez alguém as queira descrever como eficientes), presumivelmente nesses casos os interesses economicamente mais poderosos terão o caminho aplainado para condicionar a agenda política, aprovar o que lhes interessa ou matar

no nascedouro o que não interessa. Seja por um quase-monopólio do financiamento das campanhas eleitorais, seja pelo mero acesso facilitado aos decisores que tais grupos naturalmente encontrarão, por sua posição mais central na topologia das redes de influência.

De novo: todo sistema político é, de algum modo, representativo. A política não paira no éter, e o sistema, por mais que engendre e atenda também a interesses próprios, relativamente endógenos, irá lastrear-se, bem ou mal, em algum lugar fora de si, em alguma coalizão de interesses existente na sociedade, em detrimento de outros. E a mera existência do sufrágio eleitoral, embora necessária, não será sequer remotamente suficiente para garantir que o sistema resultante venha representar prioritariamente o eleitor mediano – em vez dos financiadores das campanhas, por exemplo. A identificação dos mecanismos e processos de retroalimentação (sejam de reforço ou de ruptura) relevantes para arranjos político-institucionais específicos ao longo do tempo é uma tarefa em aberto. Talvez, numa leitura mais pessimista, os interesses economicamente mais poderosos sempre acabem prevalecendo em algum momento, salvo por conjunturas específicas, necessariamente transitórias; num registro mais otimista, talvez a retroalimentação eleitoral acabe trazendo de volta a disputa para arranjos mais consensuais de tempos em tempos. Mas essas são questões para as quais ainda não temos resposta, cujo delineamento formal dependerá de nossa capacidade de teorização sobre processos de *feedback* para as dinâmicas não-lineares resultantes.

América Latina na virada do século 21: entre a ascensão da organização e a onda global da “neoliberalização”

No último quarto de século, assistimos a uma multiplicação, de vigor considerável, das formas e dos canais de representação política

em muitas democracias emergentes em países periféricos. Favorecida pela urbanização das décadas anteriores, essa tendência foi também promovida pela ascensão ao poder de vários partidos ou agrupamentos políticos alinhados a movimentos sociais urbanos, em boa medida exógenos ao sistema de representação parlamentar previamente existente. Sob esse enquadramento, não são pequenas as analogias cabíveis entre o caso do PT no Brasil e a experiência social-democrata europeia, anterior a ele em quase um século (Reis 2014). Em ambos os casos, trata-se de partidos exógenos ao sistema de representação eleitoral anterior, com origem externa aos parlamentos, lastro sindical importante e considerável militância civil. Com esses ingredientes, o sucesso eleitoral significou, em ambos os casos, a formação e a promoção de *novas elites políticas*.

Numa dinâmica como essa, a eventual ascensão ao poder termina por produzir – de maneira mais ou menos inevitável – inovações institucionais que propiciem a essas novas elites os espaços institucionais de que necessitam para implementar seu programa e exercer o mandato que obtiveram nas urnas. Pois, ao chegarem ao poder, esses novos protagonistas tendem a encontrar os nichos de representação política, formulação de políticas e tomada de decisões preenchidos por seus adversários. Não me refiro a assentos parlamentares apenas (pois estes flutuarão), mas principalmente aos chamados “anéis burocráticos” que ligam informalmente estado e interesses privados, e cuja operação na ditadura militar brasileira foi descrita por Fernando Henrique Cardoso (1975: 201-9). Nesse cenário, o novo detentor do poder será compelido a criar espaços que promovam a representação dos seus aliados na sociedade civil organizada. Com efeito, esta será uma *exigência* natural desses aliados, sob a natural expectativa de implementação de suas demandas. De maneira um tanto irônica, a chegada desses novos atores ao poder, quase sempre inspirada por uma crença voluntarista na “ação direta”, inevitavelmente se exprime, acima de tudo, pela multiplicação das instâncias de *representação* política.

Nesse aspecto particular, a experiência latino-americana recente não se distingue daquilo que se observou com a ascensão política da social-democracia europeia, quase um século antes: pois a presença de arranjos corporativistas de intermediação institucional de interesses talvez tenha sido o principal legado político da experiência social-democrata na Europa (Reis 1995). Em ambos os casos, não faltou quem quisesse desqualificar a experiência como cooptação de lideranças civis por governos. Contudo, essa é sempre uma via de mão dupla. Lideranças civis tentarão emplacar suas demandas na forma de políticas públicas; e governos tentarão respaldar sua posição pela cristalização de apoio organizado na sociedade. Aquilo que a oposição chamará de cooptação, os presumíveis cooptados poderão legitimamente chamar de “conquista”, pela concretização de uma legítima demanda por um governo que lhes parecerá sensível a suas aspirações e, portanto, um aliado a quem desejam apoiar.³ Na linguagem de Claus Offe (1989), porém, essa cooptação termina por se mostrar como um processo de corresponsabilização dos atores civis por políticas pelas quais eles tenham lutado. Para desgosto dos simpatizantes mais exaltados, todos esses partidos, lá e cá, ao optarem pela luta eleitoral, diluíram o fetiche revolucionário, moveram-se rumo ao centro, fixaram compromissos, abandonaram cláusulas programáticas, burocratizaram-se e, enfim, domesticaram-se em alguma medida.

Ao fim e ao cabo, porém, mesmo com toda essa inevitável diluição ideológica, é preciso reconhecer que tanto a social-democracia europeia quanto muitos governos latino-americanos recentes foram capazes de exibir resultados importantes em várias arenas, especialmente a redistributiva. Em ambos os casos, o que terá viabilizado seus sucessos terá sido menos a clareza programática ou doutrinária, e mais a intensidade do vínculo orgânico entre cada partido e o associativismo civil – sobre-

3. Essa é uma antiga controvérsia na ciência social brasileira, a partir da oposição entre “participação” e “cooptação” em Simon Schwartzman (1973). Fábio Wanderley Reis contestou a oposição em artigo de 1977, que levou o sugestivo título “A revolução é a geral cooptação”.

tudo organizações sindicais – representantes de trabalhadores manuais que ocupam estratos pouco elevados na divisão social do trabalho.

Corrosão do Estado e, com ele, de tudo que é público

O quadro contemporâneo, tanto tecnológico (internet, redes) quanto econômico (desregulamentação da economia e incapacitação do Estado) tem tido um claro efeito desorganizador sobre a política. Ela não apenas funciona *diferente* de cinquenta anos atrás, mas também parece *perder capacidade* em termos operacionais. Sistemas políticos hoje conseguem entregar menos do que já entregaram, tanto em serviços públicos quanto em sua função precípua de mediação e acomodação de interesses entre variados grupos. Na linguagem da ciência política norte-americana dos anos 1960, sistemas políticos hoje têm menos *capabilities* do que então. Se é assim, podemos nos perguntar se não estamos justamente vivendo um período de reversão num processo de *desenvolvimento político* (outro termo caído em desuso) que então eles pretendiam diagnosticar mundo afora.

Num cenário como esse, por implicação, atores com fontes de poder *extrapolíticas* (econômicas, simbólicas etc.) se tornam mais poderosos. Se o sistema político se torna mais fraco, menos poderoso, então o Estado perde poder frente a plutocratas privados e financiadores de campanhas; canais oficiais perdem influência para redes sociais e sítios na internet; partidos perdem protagonismo para movimentos aleatórios com base na rede; e – numa dobra mais sombria – o aparato coercitivo do Estado perde peso frente às milícias da vida. Isto é global, está em toda parte, e os próprios Estados Unidos têm claramente sofrido uma aguda deterioração de sua vida política. Mas os neonazistas e milicianos de ocasião, em si mesmos, não são o epicentro do processo. São só a ponta mais feia dos icebergues que o quadro atual faz desprenderem-se.

Faz então sentido concluir que a chamada *razão de Estado* venha perdendo peso na dinâmica decisória dos sistemas políticos nas últimas décadas. Muitos dos principais vínculos de interesse de pessoas influentes junto aos centros de decisão política estão em outros lugares, pelas notórias “portas giratórias” entre setor privado e atores estatais cruciais. Políticos e generais, quando se aposentam, vão atuar como lobistas bem remunerados em favor de interesses privados, como é fácil exemplificar em qualquer país – com peculiar desenvoltura, e implicações globais dramáticas, no caso dos Estados Unidos. E este é apenas um dos mecanismos pelos quais operam os anéis burocráticos aludidos por F.H. Cardoso ao descrever o Brasil dos anos 1970.

Sobre o caso americano, é digno de nota que a regulação da economia e a contenção do abuso do poder econômico já foram muito mais eficazes do que são hoje. O problema teórico que essa regressão impõe é como proteger uma democracia contra a sua predação unilateral por interesses privados poderosos demais. O senador Bernie Sanders tem toda razão quando diz que *“um banco grande demais para falir é apenas grande demais”*. Isso é simplesmente o que está inscrito em toda legislação antitruste, das quais os Estados Unidos também foram pioneiros, há mais de um século. Nos últimos quarenta anos, porém, a capacidade do sistema político de proteger o interesse do eleitor mediano contra o poder econômico parece deteriorar-se (Gilens & Page 2014), e ninguém tem a receita do antídoto.

Caberá aqui, talvez, uma tentativa de explicitação de alguns temas fundamentais. O liberalismo é o campo ideológico-doutrinário que articula normativamente, justifica e legitima o aparato institucional dos sistemas políticos típicos de nosso tempo: nele se justificam e se amparam o Estado Democrático de Direito, os direitos humanos, a presunção de inocência e o direito ao devido processo legal, a livre associação, o direito de votar e ser votado etc. E isso é em vasta

medida independente do teor exato da política econômica, salvo pelo reconhecimento, sempre mais ou menos regulado e taxado, do direito à propriedade privada. Neste sentido, tanto social-democratas economicamente proativos quanto conservadores de matiz menos intervencionista podem ser igualmente liberais em seus princípios e valores.

Não falta, porém, quem se disponha a brandir liberalismo na arena eleitoral para opor – como questão de princípio – o “livre” mercado a toda regulação política da economia, jogando na cabeça do grosso da população um dever moral de reconhecer como sacrossanto todo poder de mercado que alguns plutocratas tenham logrado concentrar consigo. Estes quase nunca são liberais de fato, para além desta agenda específica – tanto que não costumam importar-se com restrições ao repertório mais vasto de direitos políticos, ou mesmo com o aparato processual democrático. Tendem a vocalizar os interesses imediatos do *status quo* econômico, lutando para evitar influência política que possa desconcentrar seu poder. Raramente se constroem em apoiar o primeiro tiranete que se oferece para proteger seus interesses contra a relativa imprevisibilidade da disputa em uma democracia.

A redução da conversa a “estado *versus* mercado”, “coerção *versus* liberdade”, a slogans em favor de um Estado mínimo etc. mal arranha a superfície das complexidades envolvidas. Não é possível reivindicar liberalismo e ignorar Kant e a metafísica dos costumes, ignorar Tocqueville e o elogio à “arte da associação”, ignorar Stuart Mill e a tiranização também pelo vizinho, não só pelo Estado. Não é possível reivindicar liberalismo e reduzir Keynes, com todo seu rigor analítico e comedimento pragmático, a um ideólogo. O liberalismo é cético, tolerante, pluralista, ou não será liberal. Não é possível ser liberal e aderir dogmaticamente, autoritariamente, à afirmação unilateral das virtudes do mercado e da autoafirmação individual. Governos são sempre amálgamas complexos, mas a propaganda pró-mercados está aí, a rodo, entulhando as prateleiras e asfixiando de intolerância a con-

versa. Mercados sim, ok, foram também eles que nos trouxeram, com os Estados que nasceram e cresceram com eles, até as democracias que pudemos conhecer no século 20. Mas é o Estado o fiador das transações no mercado e ambos crescerão juntos. Ou se dissolverão juntos na guerra de todos contra todos. Não é possível reivindicar liberalismo e dar de ombros, indiferente, enquanto nossos semelhantes, nossos concidadãos, morrem de maneira perfeitamente evitável, às centenas de milhares.

Ao longo dos últimos quarenta anos a agenda da desregulação beneficiou-se, mundo afora, de interdependência econômica crescente no plano internacional, que gerou dificuldades para o repertório de políticas redistributivas domésticas adotadas até então. Mas além disso (principalmente a partir da cidadela americana com Ronald Reagan) ela sequestrou a agenda ideológica, empilhou dificuldades ao expansionismo fiscal também por desregulação financeira e por expansão de sigilos bancários que levaram parcela crescente do PIB mundial à rotina da evasão tributária em paraísos fiscais cada vez mais internalizados às economias centrais – para depois cobrar austeridade.

O viés de recriminação preferencial à esquerda pela distância entre seus ideais e sua prática é detectável já em Robert Michels, em 1911: se um partido conservador funciona burocraticamente, isso é apenas normal; se um partido socialista funciona burocraticamente, então é um traidor da causa, por mais que o mesmo Michels mostre com clareza que o partido de fato nunca teve escolha. Se governos de esquerda operam de maneira principista, são radicais autoritários; se dançam conforme a música, são venais. Se empresários doam à direita, é por ideologia; se doam à esquerda, claro, só pode ser por corrupção (problema que se torna insolúvel se a legislação ainda faculta a eleitores doarem conforme sua renda). Mas nunca me sai da cabeça: Michels morreu em Roma, em 1936, sob Mussolini, filiado ao partido fascista. É o cacoete dos puristas, oscilar entre os extremos. Mas sempre con-

denados ao autoritarismo – derivado, na expressão de Popper (1945), de uma apreensão estética da política.

Internet e política – uma imensa frustração de expectativas

De toda a frustração de sonhos das últimas décadas, talvez em nenhum outro caso o contraste entre expectativa e entrega tenha sido tão drástico quanto no impacto da internet sobre a política. Há cerca de vinte anos, logo depois da web alcançar uso massificado em meados dos anos 1990, o que animava a análise era a expectativa de desmonopolização (ou desoligopolização) do discurso político, uma disseminação da capacidade de produzir *inputs* no debate público. Muito mais importante, porém, tem sido o impacto negativo do anonimato das fontes e de uma crescente fragmentação da arena discursiva. A ciência política ainda está basicamente tentando entender o que se passa. E os esforços regulatórios concentram-se, sobretudo, em identificar os rastros de ilicitudes no uso das redes, o que é uma tarefa tecnologicamente exigente em que talvez a regulação ande sempre um passo atrás da última inovação estrategicamente orientada – chegando depois do estrago já feito. Potencialmente mais importante, creio, seria abordar diretamente os dois pontos problemáticos em si mesmos.

A fragmentação da arena discursiva nas campanhas eleitorais é um desdobramento imprevisto da disseminação do uso das redes, mas tem mudado drasticamente a paisagem das campanhas eleitorais – e a forma como as sociedades as vivenciam, com repercussões que possivelmente alcançam até mesmo a estabilidade institucional geral dos sistemas políticos. Instituições são conjuntos de procedimentos que vinculam valores a rotinas: dado um objetivo ou propósito que se deseje alcançar, fixa-se um procedimento que viabiliza sua consecução, ou normaliza os critérios ou valores que orientam o procedimento

numa rotina que, dali em diante, presumivelmente será integrada ao dia a dia das pessoas. Se tudo der certo, o acoplamento entre rotina e valor se verá rapidamente amalgamado nos hábitos da população, configurando o que se poderá descrever como uma *cultura* específica.

Se é assim, então instituições (e tanto mais as instituições políticas) serão tanto mais fortes quanto mais naturalizadas forem. E, quanto mais naturalizadas, mais invisíveis se tornarão. Aquela população, habituada àquelas práticas, pensará nelas simplesmente como o modo “normal” de se viver e fazer as coisas. Mal conseguirá imaginar um mundo alternativo. Portanto, se estamos sempre discutindo o desenho das instituições, é porque elas nos parecem substituíveis, portanto artificiais em alguma medida. Se discutimos se são fortes, é porque já estão frágeis.

Todo processo de institucionalização, portanto, consiste de uma imensa coordenação de expectativas que em boa medida se materializa e se retroalimenta em *ritos* que consagram e perpetuam o procedimento nele implicado. Rituais, como experiências sociais amplamente compartilhadas, produzem um crucial mecanismo de coordenação tácita, que na teoria dos jogos tem o nome de conhecimento comum (*common knowledge*). Diz-se que um grupo de pessoas dispõe de conhecimento comum de um sistema de interação (um “jogo”), quando não apenas todas as pessoas sabem de alguma coisa, mas quando também todas sabem que todas sabem. Quando é público e notório, para usar o chavão. O conhecimento comum, assim concebido, é um requisito fundamental de toda coordenação tácita, que é justamente o que está implicado na ideia do “equilíbrio” que soluciona sistemas de interação estratégica.

Pois bem. No que diz respeito a eleições, é exatamente o seu aspecto de ritual compartilhado, em que todos os eleitores têm a mesma experiência da campanha mesmo com opiniões diferentes, o que está sendo corroído na fragmentação dos públicos produzida nas campa-

nhas eleitorais apoiadas na internet. Campanhas eleitorais sempre contemplaram jogo sujo. Boataria sempre fez parte do arsenal mais ou menos recorrentemente empregado nos bastidores – de modo que a alusão a “fake news” não descreve o que se passa. Mas, até recentemente, quando uma campanha decidia partir para o ataque com publicidade negativa a respeito de candidatura adversária, ela sabia que teria de sustentar em público o seu ataque, e ele comportava risco se a denúncia não fosse bem recebida. Pois o debate era um só, a discussão observada era universalmente compartilhada mesmo que as pessoas tivessem opiniões muito diferentes sobre o que se passava. Agora uma mesma campanha pode explorar discursos diferentes junto a públicos distintos. Não se trata apenas de disseminar uma informação falsa. Mas de produzir desinformação sistemática, metódica, estratégica. Não apenas as opiniões, mas a própria experiência da campanha será muito distinta para diferentes pessoas, subtraindo à campanha o chão de qualquer esperança de validação autônoma do discurso.

A bem do realismo, é preciso reconhecer que uma discussão entre milhões não é apenas discussão racional, mas também publicidade, marketing. Sempre foi. Mas, à medida que o próprio marketing se pulveriza num plano quase individualizado, ele deixa de ser até mesmo, a rigor, *publicidade*. Pois torna-se uma espécie paradoxal de “*publicidade não pública*”. Poderíamos falar agora da indução de uma *segregação discursiva*: uma erosão deliberada do filtro propiciado pela campanha pública, por uma recepção minimamente *unívoca* do debate eleitoral, partilhada por todo o eleitorado – e que favorece *conhecimento comum*, propicia empatia, inteligibilidade mútua e alimenta coesão política.

Muito embora o mundo real ficasse sempre muito aquém de nossas idealizações, efetivamente a democracia moderna precisa apoiar-se pelo menos num simulacro de debate racional. Pois este é o valor que a rotina de eleições periódicas quer materializar, e do qual decorrem

os princípios fundamentais de igualdade política e soberania popular. Se por um lado é verdade que o tal “mercado de ideias” nunca funcionou tão bem quanto gostaríamos de crer, por outro é preciso reconhecer que ele se apoiava em um nicho de veículos intermediários que, bem ou mal, competem por *credibilidade*. O que estamos vendo agora é que, à medida que esse nicho é corroído, ele *não* tem sido substituído por uma ágora de cidadãos emissores, livremente engajados em discussão racional, mas por *algoritmos* deliberadamente programados para *falsificar* o debate junto a *segmentos variados* do público, espalhar confusão e esvaziá-lo de toda pretensão de validação coletiva legítima. Num processo como esse, cada grupo vai, progressivamente, *estereotipificar* os demais, reduzi-los a caricaturas em que ninguém pode se reconhecer. Este é o caminho do inferno: por aí vai embora a tolerância e se insinua a violência política.

O outro aspecto crucial, talvez a pré-condição do primeiro, é a viabilização de intervenções *anônimas* em larga escala. Fala-se muito da necessidade de proteção da privacidade online, mas é preciso ressaltar que a privacidade não tem legitimidade alguma no debate público, onde a intervenção anônima *não é* um direito. O anonimato dilui a densidade moral do debate – de fato não há debate, se não sabemos com quem debatemos. E, nas campanhas eleitorais atuais, a fonte (ou o mecanismo de propagação) pode ser um software, um *bot* – que naturalmente não chega a ser portador de direitos políticos. Nesse quadro, é preciso problematizar a ênfase crescente na privacidade. Proteção de dados é importante, claro, mas a facilitação e a proteção incondicional da privacidade também traz seu próprio conjunto de problemas. Nos últimos tempos, todas as redes têm facultado a postagem de *stories* temporários, numa deriva que parece orientar-se antes por facultar o apagamento dos rastros que a atribuição de responsabilidades. As redes hoje parecem fazer proliferar esforços voltados para nos permitir uma intervenção anônima, transitória, pela qual não sejamos chama-

dos a responder. É preciso, porém, que a autoria da fala seja identificável, rastreável, não só para responsabilização legal, mas principalmente para uma responsabilização mais plenamente social, política.

De volta ao grande quadro

Por variadíssimos mecanismos, que poderão ou não estar mutuamente implicados, hoje vivemos tempos de clara erosão da identificação partidária em todo o mundo (Mair 2013). E, mesmo onde ela ainda existe, essa identificação partidária não pode mais ser concebida como a clássica “correia de transmissão”, em que o partido lança uma palavra de ordem, ou sinaliza uma mobilização, e sua base se vê prontamente nas ruas, engajada na luta que seu partido terá escolhido. Se é certo que esse desenho terá sido sempre uma relativa idealização, hoje se poderá dizer que é uma clara fantasia. Pois a identificação que resta poderá significar, na melhor das hipóteses, uma orientação preliminar, que informa reações primárias de setores do eleitorado a uma discussão política – tipicamente mediada pelas redes na internet. O que leva pessoas às ruas, hoje, como se pôde ver de maneira dramática em vários lugares do mundo na última década, é a indução descentralizada, feita a partir das redes sociais na internet. Num primeiro momento, essa indução pareceu se dar necessariamente de modo descentralizado, de baixo para cima, feita por redes de amigos de modo relativamente imprevisível. Independente de sua origem e emergência inicial, porém, sua mera repetição em vários lugares do globo provê um repertório tático que passa a se constituir em oportunidade para qualquer grupo que possa mobilizar tais recursos em proveito próprio.

Os novos meios levam pessoas às ruas de maneira espantosamente rápida, logrando em poucos dias uma mobilização que levaria meses, senão anos, para se construir. Rápido demais, talvez, porque os movimentos passam às ruas antes que pareçam ter clareza quanto ao que

querem obter de lá. Mas podem derrubar ou desestabilizar governos aparentemente sólidos, como se viu de maneira inédita e particularmente veloz no caso pioneiro da Tunísia em 2011, pouco depois na Ucrânia e mesmo no Brasil.

Nesse contexto, não surpreende que essas mobilizações tendam a professar uma cultura refratária a organizações, cética quanto aos partidos, hostil aos políticos – e a nutrir uma profunda desconfiança em relação à representação política. Os movimentos que emergem no novo cenário parecem propensos a rejeitar mediações. Isso costuma ser saudado como uma promessa de “democracia direta”, mas não há razões para otimismo. Em uma paisagem relativamente desprovida de mediações pelo associativismo civil, por mais que as pessoas tenham a sensação de agir livremente, atores com posição mais central nas redes de poder (tipicamente governos, mas também os detentores de poder econômico) desfrutarão de maiores graus de liberdade para perseguirem seus propósitos e formatarem unilateralmente a agenda política – estabelecendo, assim, as opções sobre as quais os cidadãos se pronunciarão “livremente”. Pois não encontrarão do outro lado da mesa organizações suficientemente robustas para fazer-lhes frente.

Embora a esquerda costume abraçar uma utopia anti-institucional para o mundo pós-revolucionário, no mundo realmente existente ela precisa entulhar a arena política com organizações, para limitar a liberdade de ação e a margem de manobra não só dos governos, mas – mais fundamentalmente – dos detentores de poder econômico. Para partidos de esquerda, que constroem não apenas o seu poder, mas sobretudo sua legitimidade política a partir de uma relação especial com setores mobilizados (e, até aqui, organizados) da sociedade civil, o desafio é peculiarmente complexo. Agora, mais que nunca, têm de equilibrar imperativos estratégicos – que recomendam algum insulamento das cúpulas – com um cultivo sensível e permanente não apenas do apoio, mas sobretudo da *confiança* de sua base social, agora prestes

a descolar-se por uma capacidade recém-descoberta de vocalização e ação autônoma. Não tem sido fácil. Partidos mais conservadores continuarão a obter parte relevante de seu poder a partir de alianças com os principais grupos econômicos privados. A esquerda é quem mais precisa de organização em sua base. Vai ter de se reinventar.

Referências bibliográficas

BARABÁSI, Albert-László (2002). *Linked: the new science of networks*. Nova York: Perseus Books.

CARDOSO, Fernando Henrique (1975). “A Questão do Estado no Brasil”, em F. H. Cardoso, *Autoritarismo e Democratização*, 187-221. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GILENS, Martin; Benjamin I. PAGE (2014). “Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens”. *Perspectives on Politics*, 12 (3): 564-81, setembro.

MAIR, Peter (2013). *Ruling the Void: the hollowing of Western democracy*. Londres: Verso Books.

MICHELS, Robert (1911). *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. Tradução de Eden Paul e Cedar Paul. Nova York: The Free Press, 1966.

OFFE, Claus (1989). *Capitalismo Desorganizado*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense.

PLOTKE, David (1997). “Representation is Democracy”. *Constellations*, 4 (1): 19-34, abr.

POPPER, Sir Karl R. (1945). *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* (tomo 1: “O Fascínio de Platão”). Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

REIS, Bruno P. W. (1995). “Corporativismo, Pluralismo e Conflito Distributivo no Brasil”. *Dados*, 38 (3): 417-57.

REIS, Bruno P. W. (1997). *Modernização, Mercado e Democracia: política e economia em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, tese de doutorado em ciência política.

REIS, Bruno P. W. (2014). “Da Democracia Participativa à Pluralidade da Representação no Brasil: breves notas sobre a odisséia do PT na política e na ciência política brasileira.” *Sociedade e Estado*, 29 (1): 113-27, jan./abr.

REIS, Bruno P. W. (2015). “Cuarta Parte: Los desafíos de la democracia en Améri-

ca Latina (item IV)”, em Rocío Annunziata (org.), *Hacia una Mutación de la Democracia?*, 171-9. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Libros.

REIS, Bruno P. W.; Natália S. BUENO (2015). “Deliberação, Representação e Desigualdade Política”. *Cadernos da Escola do Legislativo*, 17 (27): 11-44, jan./jun.

REIS, Fábio Wanderley (1977). “As Eleições e o Problema Institucional: a revolução é a geral cooptação”. *Dados*, 14.

SCHWARTZMAN, Simon (1973). *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. (3a. ed) Rio de Janeiro: Campus, 1988 (1a. ed., *São Paulo e o Estado Nacional*, 1973).

Democracia e neoliberalismo: um encontro fatal

Céli Regina Jardim Pinto

Céli Regina Jardim Pinto, historiadora e cientista política, é professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O regime democrático, principalmente no século 20 e nas duas primeiras décadas do século 21, se consolidou em muitas partes do mundo, inclusive como consequência de renhidas lutas contra regimes totalitários, ditaduras militares e dominações coloniais. Variou em intensidade e tempo de duração, de acordo com as condições históricas de cada região: são exemplos os Estados Unidos, pelo menos desde a Guerra da Secessão (1861-65); a Europa pós-Segunda Guerra Mundial; a América Latina, após os regimes militares da segunda metade do século passado.

Entretanto, nesta terceira década do século 21 o regime democrático enfrenta sérias ameaças à sua continuidade.

Na Europa, partidos de extrema-direita tomam acento nos parlamentos das democracias mais robustas da região, como a Alemanha, e países como Hungria e Polônia, que aderiram à União Europeia recentemente, caminham para formas autocráticas de governo, assim como a Turquia.

Nos Estados Unidos, houve em 2020 uma até então impensável ameaça de golpe de estado com a invasão do Congresso norte-ame-

ricano por forças radicais de direita, insufladas pelo então presidente Donald Trump, derrotado em sua tentativa de reeleição.

Na América Latina, o Brasil que parecia ter consolidado um regime democrático a partir da Constituição Federal de 1988, elege um presidente de extrema-direita que frequentemente ameaça romper com a democracia, caso o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral tomem medidas que ele considera inaceitáveis.

Frente a esse quadro, que atinge tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento, quais são os desafios para a manutenção e o aprimoramento da democracia a curto, médio e longo prazo?¹

Começemos por uma questão que à primeira vista parece simples, mas que pode levar a discussões teóricas e políticas bastante complexas: a própria definição de democracia. Há muitas formas de definir democracia, assim como suas crises. Mas parece haver um consenso sobre alguns pressupostos básicos para definir um regime como democrático. É deste consenso que vamos nos valer neste artigo.

Democracia será aqui tomada como o regime onde todos os cidadãos, a partir de uma idade estabelecida por lei, escolhem regularmente seus dirigentes em eleições livres de fraude, abuso de poder econômico ou de qualquer coerção que impeça a plena liberdade de expressão e de opinião, sendo vedadas a censura à imprensa ou a quaisquer outras manifestações culturais, científicas ou religiosas. O poder dos eleitos e das demais autoridades constituídas (Poder Judiciário, Ministério Público e ministros de estado) deve ser exercido nos rigorosos limites constitucionais.

É necessário pontuar que no embate político, mesmo em democracias consolidadas, é difícil encontrar cenários em que todos os

1. Este artigo está sendo escrito enquanto se desenrola a chamada Guerra da Ucrânia provocada pela invasão russa nos territórios daquele país. O xadrez político internacional sofre grande instabilidade e possivelmente o futuro do regime democrático terá bastante a ver com a forma que o conflito tomar. Países como Hungria, Turquia e Polônia estão sendo vistos pelas forças da OTAN como países defensores da democracia. Antes da guerra eram vistos como ameaças ao regime.

requisitos acima relacionados sejam rigorosamente preenchidos. Por exemplo, o poder econômico de alguns candidatos, devido a apoios substantivos ou à fortuna pessoal, pode desequilibrar as potencialidades de uma vitória eleitoral.

Há de se ter presente também que existem enormes distâncias entre o regime democrático nos países do Norte global, com um sistema capitalista desenvolvido e experiências democráticas seculares, e o Sul, com um capitalismo permanentemente em crise, quase que por natureza, e regimes democráticos com pouco tempo de existência e ainda frágeis diante de ameaças causadas por interesses internos ou externos.

Democracia e capitalismo caminham *pari passu*. Se um depende do outro — e esta hipótese, paradoxalmente, parece bastante razoável de ser verdadeira —, ao longo desta histórica parceria têm havido constantes choques, às vezes tão violentos ao ponto de um ameaçar a existência do outro. Esse paradoxo talvez seja as razões das crises do regime democrático e também da criação de condições para seus avanços.

O clássico teórico da democracia Roberto Dahl aponta para a relação contraditória entre a riqueza proporcionada pela economia de mercado e a democracia. Em suas palavras:

“Se a fusão entre a democracia moderna e as economias de mercado tem vantagens para as duas partes, não podemos deixar reconhecer o custo que a economia de mercado impõe ao regime democrático. A economia de mercado gera desigualdade econômica, por isso também pode reduzir as expectativas de atingir a plena igualdade política entre os cidadãos em um país democrático.” (Dahl, 2001, p.74)

Przeworski, apesar de também associar democracia com capitalismo, se pergunta:

“Estaria a coexistência da democracia com o capitalismo condicionada a uma melhoria contínua das condições materiais de vastos setores

da população seja devido ao crescimento, seja por causa da desigualdade crescente? A história indica que as democracias estão bem entrincheiradas em países economicamente desenvolvidos e imunes a crises econômicas e a outras crises, mesmo de grande magnitude. Mas será a história um guia confiável para o futuro? (Przeworski, 2020, p.44)

Ambos os autores, pois, percebem essa contradição intrínseca na relação entre democracia e capitalismo. Para introduzir meu argumento, gostaria de trabalhar duas noções associadas à democracia e ao capitalismo, que estão presentes nos comentários dos autores já mencionados: igualdade e liberdade.

Todos os clássicos da teoria da democracia, dos antigos aos modernos, concordam que a democracia é o regime dos iguais perante a lei (todos os cidadãos de um país têm o direito de votar e serem votados em eleições regulares e lícitas), com liberdades civis e políticas garantidas (liberdade de ir e vir, liberdade de informação, de opinião e de fazer de sua vida o que entender ser melhor para si, nos limites da lei).

Já o capitalismo necessita de liberdade para que seus agentes tenham possibilidades e oportunidades de promover a acumulação de capital e a circulação das mercadorias. É, entretanto, de sua natureza a desigualdade entre os proprietários do capital e os agentes do trabalho e do consumo. Maior ou menor igualdade entre os cidadãos não é um princípio do capitalismo, nem define, a priori, seu sucesso ou fracasso. A existência de um capitalismo socialmente mais justo (com mais igualdade), ou não, varia conforme as condições históricas de diferentes países e regiões.

Dahl tem razão ao afirmar que não existe democracia fora do capitalismo, porém nada tem impedido que exista capitalismo sem democracia, e as ditaduras latino-americanas no século 20 são excelentes exemplos. Na verdade, elas se instalaram em grande medida pela

ameaça que seus agentes estavam sentindo diante do avanço das ideias socialistas na região. A China de hoje, com um regime político muito distante da democracia, construiu uma poderosa economia de mercado calcada em um Estado que exerce amplo controle sobre seus cidadãos e a própria economia. Poderíamos dar outros exemplos, como alguns países do Oriente Médio, dominados por xeiques absolutistas, e até mesmo a Rússia e sua autocracia.

Isso posto, o presente artigo analisará a tensão na relação capitalismo-democracia e lançará algumas ideias sobre os desafios que estão sendo colocados nesta terceira década do século 21, quando o regime democrático tende à fragilização. Partirei de alguns pressupostos gerais que estarão presentes ao longo das próximas páginas.

1. A liberdade exigida pelo capitalismo não implica em igualdade, no sentido de que não há necessidade de que todos os cidadãos de um país sejam igualmente livres para que o capitalismo se desenvolva.
2. O regime democrático exige um *quantum* razoável de igualdade e liberdade, sem o qual não se realiza.
3. Quanto menor for a liberdade que as classes subalternas tiverem em relação aos grupos dominantes, maior é a liberdade de acumulação capitalista.
4. Quanto mais se radicalizam as premissas de igualdade, menos espaços o regime democrático dá para graus diferenciados de liberdade entre os cidadãos.

Estes pressupostos serão pontos de partida para a discussão sobre o esgotamento da relação neoliberalismo-democracia, título deste artigo organizado em quatro pequenas partes. Na primeira parte, analisarei em termos gerais a condição neoliberal do capitalismo no Ocidente e a tensão com o regime democrático. Na segunda, tratarei das condições específicas que o fenômeno do neoliberalismo encontrou na América

Latina e especialmente no Brasil, focando a história da redemocratização brasileira nos anos 1980 e o período de democracia estável vivido entre 1988 e 2014. Na terceira parte pontuarei as ranhuras no pacto democrático no Brasil a partir de 2013/4, chegando até a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. E finalmente, na quarta e conclusiva parte, discutirei alguns desafios da democracia *vis-à-vis* o neoliberalismo nas próximas décadas do século em curso.

1. O neoliberalismo e a democracia

Comecei este texto afirmando que o regime democrático só se realizou historicamente até hoje associado ao capitalismo, mas que isto não impediu que, pela natureza de ambos, tenha havido uma constante tensão que se manifesta, com maior ou menor intensidade, conforme as configurações históricas.

A tendência do capitalismo a gerar desigualdade é o centro dessa tensão, fartamente discutida tanto nas mais sofisticadas análises acadêmicas como na prática dos agentes políticos e econômicos. O século 20, ainda durante a sua primeira metade, enfrentou uma grave e profunda crise do sistema capitalista, que promoveu condições ótimas para a eclosão de duas guerras mundiais e, entre elas a, grande Crise de 1929 com a queda da Bolsa de Nova York. A pobreza, o desemprego, a inflação e a quebra de bancos e empresas deram a tônica do período. O capitalismo sobreviveu àquele tsunami, não sem antes ter de abdicar, ao menos em parte, da ideologia liberal que o sustentava desde os seus primórdios.

A solução do *New Deal*, liderado pelo presidente Franklin Roosevelt na década de 1930 nos Estados Unidos, e as reformas do sistema econômico pós-Segunda Guerra Mundial na Europa foram influenciadas pelo keynesianismo econômico, em oposição ao *laissez faire* que vigorava anteriormente. Apontavam para o fato da incapacidade do

mercado ser o grande regulador da economia e propunham uma forte presença do Estado como planejador e mesmo investidor. Hobsbawm assim descreve o período:

“Em suma, por diversos motivos, políticos, autoridades e mesmo homens de negócio do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *lasssez faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos –pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, em declínio ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. Mesmo regimes dedicados ao liberalismo econômico e político precisavam naquele momento dirigir suas economias de uma maneira que, antes, seria rejeitada como socialista”. (Hobsbawm, 1995, p.268)

O que é particularmente importante reter aqui é que as ações antiliberais que buscaram enfrentar a crise do capitalismo na primeira metade do século 20 promoveram um desenvolvimento econômico calcado em grandes obras de infraestruturas e praticamente na busca do pleno emprego, como defendia Keynes. Nos países da Europa Ocidental, a intervenção colocada em prática após a Segunda Guerra Mundial veio acompanhada de políticas sociais robustas nas áreas da educação, saúde, assistência social e cultura, compondo o que se convencionou chamar estado de bem-estar social. Cabe lembrar que aquela nova forma dos agentes do capitalismo se relacionarem com o campo do trabalho foi também determinada pela existência da União Soviética e seu socialismo real, então em seu apogeu, e a grande popularidade dos partidos de esquerda e dois ideais socialistas tanto no continente europeu como em regiões menos favorecidas do mundo.

Não se trata de afirmar aqui que a vibrante social democracia da segunda metade do século XX existiu apenas como reação ao regime soviético, mas que ele funcionava como um importante contrapeso a ser considerado. Tanto que a debacle do império soviético no início

dos anos 1990 coincide, até certo ponto, com a perda do poder sindical e dos direitos dos trabalhadores em diversos países capitalistas.

No mundo desenvolvido, o capitalismo com um Estado regulador e investidor mais atuante conseguiu promover durante várias décadas o processo de acumulação, associado a uma camada de consumidores de classes média e trabalhadora, protegida por políticas de bem-estar social e pelo quase pleno emprego. Naquele cenário, houve um fortalecimento do regime democrático e, tanto nos Estados Unidos como em boa parte dos países europeus, as bases de sustentação do regime eram sólidas o suficiente para incorporar socialistas e sindicatos fortes. As instituições funcionavam, as eleições ocorriam regularmente sem fraude, os governos se sucediam. O capitalismo e a democracia tiveram seu período histórico ótimo, em que a geração de desigualdade pelo princípio da acumulação não chegou a ameaçar a igualdade necessária para uma vida digna para o conjunto dos cidadãos.

A chamada Era de Ouro do capitalismo chegou, no entanto, a seu esgotamento na década de 1970, quando problemas que pareciam superados voltaram a assolar a Europa e os Estados Unidos: o processo de acumulação sofreu uma forte estagnação; países se desindustrializaram; o desemprego atingiu percentuais assustadores, as políticas de proteção social se desestruturaram e novamente se viam pessoas vivendo nas ruas das grandes cidades.

É nesse cenário que o keynesianismo, que sustentara o capitalismo pós-guerra, foi colocado em xeque por um novo liberalismo radical, que com o passar dos anos se transforma no que hoje se conhece por neoliberalismo. Naquele início da década de 1970, o liberalismo retorna às suas bases filosóficas e políticas, apontando o Estado como o grande culpado da crise que a cada ano se fazia mais presente e clamando pelo desempenho individual como principal motor do desenvolvimento.

Hobsbawm nos lembra: “É significativo que o recém criado Prêmio Nobel da Economia (1969) foi dado em 1974 ao ultraliberal Friedrich von

Hayek e, dois anos depois, a um defensor do ultra liberalismo econômico, também militante, Milton Friedman.” (Hobsbawn, 1995, p.398)

Após 1973, com o golpe militar no Chile, os economistas ultra-liberais formados na Universidade de Chicago tiveram sua primeira possibilidade de pôr em prática suas teses, ainda que no distante país sul-americano. Em 1979, o liberalismo radical chega ao Reino Unido, com a eleição de Margareth Thatcher, e no ano seguinte chega aos Estados Unidos, com a eleição de Ronald Reagan.

Uma famosa frase da primeira ministra britânica sintetiza com rara felicidade (e infelicidade para muitos) o fim da era de ouro do capitalismo: “Não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos, homens, mulheres e famílias”. Thatcher decretava assim o fim da sociedade e do Estado de bem-estar social. A partir daquele momento, cada um deveria dar conta de si.

O mundo de Thatcher e Reagan era completamente diverso do mundo da terceira década do século 21 em que estamos vivendo. Está fora do escopo deste texto arrolar todas as imensas diferenças, só indicar as inovações no mundo da informação nos tomaria páginas, mas vale aqui pontuar uma questão que sintetiza um conjunto de importantes transformações dos últimos 40 anos. O neoliberalismo que vivemos está muito distante do projeto puramente econômico da década de 1970. Mesmo que Hayek e Friedman ainda sejam cultuados hoje, o que temos é um novo fenômeno, que expõe com muita nitidez as contradições entre o capitalismo e a democracia.

Brown (2019) e Dardot e Laval (2016), apesar de partirem de questões diversas, concordam que o atual neoliberalismo, diferentemente do que dominou os anos de 1970/80, -possui uma característica distinta e definidora: extrapola a economia e se constitui em uma forma de governança, que envolve totalmente a sociedade, as relações de trabalho, as formas de educação de crianças e jovens, os princípios éticos, a moral individual dos sujeitos e a própria existência da política.

Tudo isto afeta radicalmente a relação do capitalismo com a democracia e teve antecedentes que anunciavam a nova era. Dardot e Laval (2016) chamam a atenção para o fato de que já em 1975, em uma reunião da Comissão Trilateral fundada por David Rockefeller, especialistas “constataram que os governantes eram incapazes de governar em razão do excessivo envolvimento dos governados na vida política e social” (Dardot e Laval, 2016, p.194). No relatório final de tal reunião os redatores falaram de um excesso de democracia.

Por sua vez, Brown se apoia em Foucault, que já nos primeiros anos da década de 1980, identificava características da nova forma de dominação chamada de neoliberalismo:

“Foucault enfatizou a significância do neoliberalismo como uma nova forma de racionalidade política, cujo alcance e implicações vão muito além da política econômica e do fortalecimento do capital. Ao contrário, nessa racionalidade os princípios do mercado se tornam princípios de governo aplicados pelo e no Estado, mas que também circulam através de instituições e entidades em toda a sociedade – escolas, locais de trabalho, clínicas etc. (Brown, 2019, p.30/31)

Dardot e Laval entendem essa nova fase do capitalismo de forma muito aproximada de Brown:

“Na realidade, essas novas formas políticas exigem uma mudança muito maior do que uma simples restauração do ‘puro’ capitalismo de antigamente e do liberalismo tradicional. Elas têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício de poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança de regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo” (Dardot e Laval, 2016, p.190).

O neoliberalismo, portanto, já tem uma história de décadas e foi capaz de se transformar, avançando no sentido de reverter, em algu-

ma medida, conquistas no campo social e político, que em certos momentos pareciam ser ganhos civilizatórios de longa duração. Se, por um lado, teve sucesso em enfraquecer o estado de bem-estar-social na Europa e criar um fosso entre ricos e pobres nos Estados Unidos, por outro, viu crescer dois movimentos com sinais contrários.

Pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial a extrema-direita com feições totalitárias e racistas começa aparecer publicamente na Europa, primeiro como pequenos partidos, tornando-se no atual século copartícipes dos processos eleitorais, conquistando cadeiras nos parlamentos e amealhando até 40% do eleitorado em alguns países (como aconteceu na França no segundo turno das eleições presidenciais de 2022).

Na contramão dos movimentos de direita e extrema-direita, surgem ao redor do mundo, movimentos que enfrentam as estruturas de poder e, sem se oporem ao capitalismo na forma tradicional da chamada luta de classes, ameaçam o pacto tradicional que o neoliberalismo trata de reafirmar. A partir da década de 1970, movimentos sociais feministas, antirraciais, étnicos, ambientalistas, LGBTQIA+, de imigrantes e refugiados agem para enfrentar o que Foucault chamou de governança neoliberal.

Tais movimentos, por um lado, demandam das democracias existentes o reconhecimento da interseccionalidade e da inclusão, pressionando os agentes políticos e econômicos; por outro, provocam uma reação conservadora radical, no aspecto moral, liderada primeiramente pela Igreja Católica e espreada pelas denominações neopentecostais, calcada na garantia da família tradicional contra o que chamam de ideologia de gênero.

O neoliberalismo avança, enquanto os movimentos sociais e uma nova esquerda, que se liberta dos cânones conservadores e totalitários soviéticos, abrem espaços para pôr em xeque as práticas estruturan-

tes capitalistas, patriarcais e racistas. É difícil estabelecer uma relação direta entre a expansão da extrema direita e o fortalecimento dos movimentos sociais, como sendo um consequência do outro ou vice-versa. O que interessa particularmente enfatizar é que estes movimentos sociais, algumas vezes demonizados por setores da própria esquerda mais tradicional, são vistos pelo neoliberalismo do século 21 como inimigos a serem derrotados, de preferência eliminados. Isto provoca não somente uma ameaça à própria existência dos movimentos (o que já seria desastroso), mas à própria existência da democracia.

Entre esses movimentos, o mais atacado (ou pelo menos o primeiro atacado) foi o movimento feminista e as questões de gênero em geral. A reação ao feminismo não nasceu de dentro dos governos, mas no campo religioso, inicialmente na Igreja Católica. A primeira vez que a Igreja usa oficialmente a expressão “ideologia de gênero” foi em um documento da Conferência Episcopal Peruana (1998), sob o título *La ideologia de género: sus peligros y alcances*. (<https://www.aciprensa.com/controversias/genero.htm>). Muito do que se fala hoje contra o conceito de gênero já estava presente naquele documento.

A questão foi associada à 4ª Conferência Mundial de Pequim (1995) e ao chamado feminismo de gênero que, segundo o documento divulgado três anos depois, rompia com a natureza de reprodutores dos homens e das mulheres, determinada por Deus, e seus respectivos papéis na sociedade. O documento também apontou uma preocupação central da Igreja com a sexualidade humana, apontando o perigo do que chamou de “opções sexuais”. É interessante que não se trata de um documento que fala de homens e mulheres, mas do perigo que as mulheres feministas representavam para a moral e para a família cristã.

Diretamente do Vaticano, a primeira manifestação foi do Cardeal Joseph Ratzinger, quando em 2004 — pouco antes de se tornar papa, em abril de 2005 — escreveu a sua célebre “Carta aos Bispos da Igreja

Católica sobre a *Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo*”, na qual atacava o conceito de *gênero e a* homossexualidade como as grandes ameaças à família cristã.

O neoliberalismo não é em essência antidemocrático, entretanto, não consegue se realizar na democracia, pois necessita recompor a sociedade em suas formas mais tradicionais, limitando as lutas por igualdade, pois estas limitam a liberdade de acumular capital. A missão dos neoliberais é limitar essa igualdade e, para alcançar esse objetivo, necessitam combater os avanços civilizatórios, alcançados primeiro pela luta dos operários e seus direitos trabalhistas, depois pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracista etc. É disso que se trata, em grande medida, as ameaças à democracia que enfrentamos nesta altura do século 21.

2. O hiato democrático no subcontinente sul americano

Se o primeiro experimento neoliberal no mundo costuma ser apontado como sendo o do Chile durante a ditadura do general Augusto Pinochet (1974-90), a história da última década do século 20 e da primeira do século 21 na América Latina, principalmente na América do Sul, não acompanhou a tendência mundial de caminhar velozmente para uma economia neoliberal e para processos de (des) democratização. Paradoxalmente, isto ocorreu porque o subcontinente não teve no século 20 um longo período de crescimento calcado no capitalismo, que proporcionasse às suas populações um estado de bem-estar social e regimes democráticos estáveis. Ao contrário, parte significativa dos países sul-americanos viveu períodos de severas ditaduras militares, onde a desigualdade social e a falta de liberdade foram a tônica.

Enquanto, na segunda metade da década de 1970, a doutrina do ultraliberalismo se engalanava para reinar em países europeus e nos Estados Unidos, no Brasil a ditadura civil-militar instaurada em 1964

(e que não rezava pela cartilha liberal) era crescentemente ameaçada por uma ampla mobilização da sociedade, com a participação de grupos os mais diversos, pela volta da democracia e do pleno Estado de Direito. O regime autoritário, depois dos anos de terror instaurado com o Ato Institucional N°5, de 1968, começava a perder força: a economia estagnava, com altos índices de inflação e desemprego; e o apoio das classes empresariais diminuía.

Uma nova geração de políticos surgia e juntava-se aos antigos que, a partir de 1979, voltaram anistiados ao país. Ao perceber que estavam prestes a perder o poder, os militares negociaram uma saída sem rupturas. A Lei da Anistia já dera o tom daquele “acordo de cavalheiros”. Soma-se a isso que, em 1985, os antigos detentores do poder conseguiram manter as eleições indiretas para presidente da República por mais alguns anos, mesmo depois de uma inédita campanha nacional chamada Diretas Já, com grandes manifestações populares em todo o país pressionando pela aprovação da Emenda Dante Oliveira, que restauraria imediatamente as eleições diretas para presidente.

Por se tratar de uma emenda constitucional, eram necessários os votos favoráveis de dois terços da Câmara dos Deputados (320 votos) para que a proposta seguisse para o Senado Federal. O resultado da votação foi de 298 deputados a favor, 65 contrários, 3 abstenções e 113 ausências. A emenda que restituía a democracia pelo voto popular foi, portanto, derrotada por uma minoria na Câmara, formada por deputados apoiadores do regime militar, somados a uma direita que fazia oposição ao regime, mas que era muito mais liberal do que democrática e temia o futuro com eleições diretas para presidente da República.

Na época, a transição para a democracia sem ruptura pareceu ser, inclusive para as forças democráticas que lutaram durante duas décadas contra a ditadura, a solução possível, até porque possibilitou nos anos seguintes uma experiência democrática bastante sólida. Hoje sabemos que o regime democrático nascido daquela transição não era tão sólido

como imaginávamos, e que parte de sua fragilidade reside justamente no fato de não ter havido uma verdadeira ruptura com as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, possibilitando que torturadores civis e militares ficassem impunes e que políticos que lhes deram guarida, ao suportar o regime militar, continuassem a ter muito poder na chamada Nova República, instaurada a partir de 1985. Um exercício interessante é percorrer os sobrenomes dos 513 deputados federais da atualidade, pois se perceberá que muitos são de famílias políticas que chegaram ao poder como apoiadores da ditadura civil-militar.

Mas o que interessa aqui é a experiência democrática que experimentamos e, se quisermos ser precisos, durou de 1988, ano da promulgação da nova Constituição brasileira, chamada pelo deputado Ulysses Guimarães de Constituição Cidadã, até as eleições presidenciais de 2014, quando o partido derrotado, entrou com um recurso no Superior Tribunal Eleitoral para que fosse examinada a lisura do pleito de 30 de outubro.² (Oito anos depois, o atual presidente da República ameaça repetir o mesmo pedido caso perca as eleições de outubro próximo). Durante esses 26 anos de experiência democrática, tivemos cinco presidentes da República eleitos democraticamente, em pleitos muito concorridos, com candidatos com programas distintos e debates acirrados, mas em um clima que nunca ameaçou a ainda frágil democracia, instaurada pela Constituição de 1988.

Após a eleição Fernando Collor de Mello (1989) e seu impeachment (1992), cujo mandato foi completado pelo vice Itamar Franco, o sistema político partidário parecia ter se organizado ao redor de dois grandes partidos com a robustez necessária para disputar com sucesso diversas eleições presidenciais, o PSDB e o PT, apoiados por um conjunto cada vez mais numeroso de partidos políticos, que abarcava agremiações tradicionais e com relevância política, como o PMDB,

2. O pedido foi negado pelo TSE dia 4 de novembro de 2014.

PP, PFL, PDT, PTB e PCdoB³, e outras agremiações menores, de todas as cores ideológicas, algumas puramente fisiológicas, outros simples legendas de alugueis.

Os 26 anos de democracia no Brasil foram profícuos: instituíram-se instrumentos visando uma maior participação política da sociedade civil, destacando-se os conselhos gestores e as experiências de orçamento participativo. Durante esse período também foram realizadas diversas Conferências Nacionais para discutir políticas públicas para grupos específicos ou temas de interesse nacional. Algumas já tinham tradição, como a Conferência Nacional de Saúde, realizada pela primeira vez em 1941, no Governo Getúlio Vargas.

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso houve 18 conferências, todas inaugurais (com exceção da de Saúde), como a Conferência Nacional de Direitos Humanos; da Criança e do Adolescente e da Segurança Alimentar. Nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva aconteceram 36 conferências. Além de manter as que haviam sido criadas no governo anterior, novas foram inauguradas, como a Conferência Nacional de Política para as Mulheres e as de Igualdade Racial, Economia Solidária, Pesca, Meio Ambiente e Cultura entre outras.

Muitas dessas conferências mobilizaram centenas de milhares de pessoas em suas reuniões preparatórias nos níveis municipais e estaduais e produziram avultados planos propondo políticas públicas, que resultaram na aprovação de leis nas áreas da saúde, do direito das mulheres, do meio ambiente e da igualdade racial. Foram naqueles 26 anos de democracia plena que avançaram as leis de cotas que permitiram a presença de grupos excluídos na política e no sistema

3. Os partidos trocaram de nome ao longo das décadas, se fundiram ou deles surgiram outros. Em fevereiro de 2022, o TSE registrava 32 partidos, 23 deles com representação na Câmara dos Deputados e 14 no Senado. Não é foco deste artigo, mas a lei eleitoral em vigor, que cria limites para partidos com pouca representação e permite federações partidárias, pode mudar significativamente a configuração do Congresso Nacional na próxima legislatura, que se inicia em 2023.

educacional. Em 1997, cotas para as mulheres nas listas partidárias foram inscritas na nova Lei das Eleições, que posteriormente agregou outros mecanismos, buscando maiores garantias à presença real das mulheres na vida partidária. Infelizmente, as medidas adotadas ainda não apresentaram resultados significativos em termos quantitativos, mas já provocam abalos na cômoda situação da hegemonia masculina em todos os partidos políticos. As eleições de 2022 poderão trazer os primeiros resultados realmente positivos dessa política.

A segunda ação no sentido da inclusão foi a Lei de Cotas para o Ensino Superior, de 2012, que garantiu cotas nas universidades públicas para estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas. Mesmo antes de sua aprovação, diversas universidades já começaram a implementar políticas de cotas.

Para completar esse quadro que mostra o vigor conquistado pela democracia brasileira durante mais de duas décadas, é fundamental lembrar as políticas contra a fome, que começaram nos governos FHC, com o Programa Comunidade Solidária, e se aprofundaram com o Programa Fome Zero nos governos do PT, políticas essas que tiraram o país do Mapa Mundial da Fome.

Em suma, os grandes problemas da histórica desigualdade social brasileira não foram resolvidos nesse período de avanço democrático, mas é preciso salientar que houve uma estabilidade política e uma longevidade democrática até então não conhecidas pelos brasileiros, conquistas que criaram, ao menos em parte significativa da população, a expectativa de aprimoramento cada vez maior da democracia e das políticas que visam a superação dos graves problemas sociais do país.

3. O desmonte

O governo de Jair Bolsonaro, através de suas ações em diversas áreas, constantemente põe em risco a já fragilizada democracia bra-

sileira. Exemplos não faltam como a reunião oficial do ministério em abril de 2020, em pleno avanço da pandemia de Covid-19, quando o mandatário da nação gritou impropérios contra as instituições e defendeu o armamento da população e o então ministro da Educação, também aos gritos, sugeriu a prisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Também a presença do presidente da República em manifestação realizada naquele mesmo ano em frente ao Quartel General do Exército, em Brasília, na qual os manifestantes exigiam intervenção militar, assim como seu discurso nos atos de 7 de setembro de 2021, quando ameaçou os ministros do STF e as próprias instituições que garantem a democracia no país.

Também são constantes as ameaças do chefe de Estado no sentido de não cumprir ordens do Poder Judiciário e não aceitar os resultados das eleições presidenciais que estão por vir, caso eles lhes sejam desfavoráveis. Por fim, mas não menos importante, o número absurdo de mais de 6.000 militares da reserva e mesmo da ativa que ocupam cargos centrais na burocracia estatal, assim como a desfaçatez com que o Governo Bolsonaro coloca em sigilo de cem anos todas as informações que possam causar problema para o presidente e seus filhos.

Em nenhum período desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal, o regime democrático esteve tão esfacelado e ameaçado como durante o atual governo, iniciado em 2019. Entretanto, este argumento sofre de uma fragilidade em sua base. Bolsonaro não é a causa da crise existencial que a democracia brasileira está enfrentando. Sua eleição, em 2018, foi mais uma etapa do processo de desmonte que a nossa democracia vem sofrendo desde 2014. Sua chegada ao Palácio do Planalto foi, em grande medida, efeito da contradição apontada anteriormente entre o neoliberalismo e o regime democrático. Bolsonaro não saiu do nada, não foi fruto de um apagão geral nos corações e nas mentes dos eleitores brasileiros. Houve condições ótimas para sua eleição. Por que a escolha recaiu sobre esse indivíduo é outro problema, que não cabe discutir neste artigo.

Examinemos ainda que rapidamente os acontecimentos ocorridos entre 2013 e 2018, isto é, as condições de emergência que resultaram na eleição de um candidato de extrema-direita à Presidência da República. Nesse período, eventos que pareciam sem conexão entre si foram sendo construídos, por políticos de centro-direita, de direita e pela grande mídia, como equivalentes.

Em 2013, aconteceram as famosas manifestações de rua, que começaram por obra do MPL (Movimento Passe Livre) em São Paulo, tendo como razão inicial o aumento de 20 centavos na tarifa do transporte urbano e que se estenderam para quase todas as capitais do país, primeiro com demandas muito variadas e díspares, reunindo jovens desiludidos com a política. Porém, rapidamente aqueles movimentos tomaram uma feição distinta. Os manifestantes envelheceram (não estou dizendo que se tornaram marchas de idosos) e os jovens foram substituídos em grande parte por homens e mulheres de meia-idade, na maioria de setores médios da sociedade. A grande mídia, principalmente a TV aberta, tomou para si um papel central de transmitir os acontecimentos em tempo real, inclusive interrompendo sua programação normal e construindo uma narrativa muito bem articulada, que fazia um corte entre os cidadãos de bem e os vândalos. Os primeiros tornaram-se os manifestantes antipetistas, que condenavam o ex-presidente Lula e o desqualificavam, inclusive apelando para a pornografia, e a presidente Dilma Rousseff.

A partir de meados de 2014 e sobretudo nos anos seguintes, esses manifestantes passaram a glorificar um juiz de primeira instância de Curitiba e um grupo de procuradores da mesma cidade, responsáveis pela Operação Lava Jato, investigação que começara como uma ação séria contra a corrupção e depois se tornou um espetáculo com operações com nomes de telenovelas, dirigidas a atingir diretamente o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Lula, com o objetivo de impedi-lo de ser candidato novamente à Presidência em 2018. A atuação

das autoridades responsáveis pela Lava Jato, às vezes caricata, outras extrapolando os limites da lei, matou uma das mais sérias possibilidades de o país discutir e punir a corrupção, para além de moralismos e interesses escusos de ocasião.⁴

Entre 2015 e 2016, os dois anos do segundo mandato de Dilma Rousseff, que conseguiu se reeleger apesar do clima adverso que já se prenunciava, foram também de grandes manifestações contra a presidente e a favor de seu impeachment. Novamente coube ao “cidadão de bem” liderar aquelas manifestações. Ainda em junho de 2014, foram dos camarotes mais caros do estádio de futebol onde acontecia a abertura da Copa de Futebol da FIFA que se ouviram os mais grosseiros e machistas improperios contra a presença da então presidente Dilma Rousseff. Reeleita em outubro daquele ano, Dilma não conseguiu governar, pois além de enfrentar uma grave crise econômica, tinha contra si o Congresso Nacional, principalmente a Câmara de Deputados, presidida pelo deputado Eduardo Cunha⁵, cuja missão maior era aprovar o impeachment da presidente. Até mesmo o PT foi muito econômico na defesa de Dilma, talvez por ingenuidade ao imaginar que sacrificando uma mulher poderia ter alguma chance de se manter como um *player* legítimo da política nacional.

Como sabemos, Dilma foi afastada pela Câmara dos Deputados em maio de 2016, assumindo seu vice, Michel Temer, um dos grandes articuladores de sua derrocada, confirmada pelo Senado em agosto do mesmo ano. Empossado, Temer logo disse a que veio: instaurar a bases para o neoliberalismo versão século XXI. Fernando Henrique já havia privatizado

4. Seria difícil para qualquer observador estrangeiro acreditar que o mesmo juiz que liberou ilegalmente telefonemas da presidente da República Dilma Rousseff e colocou o ex-presidente Lula na cadeia, impedindo que ele se candidatasse à Presidência em 2018, tenha se tornado ministro da Justiça do candidato vencedor na eleição daquele ano.

5. Eduardo Cunha, o principal artífice do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, foi preso em 2016 e, em março de 2017, foi condenado a 15 anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Em 2020 teve sua prisão transformada em prisão domiciliar. (wikipedia.org/wiki/EduardoCunha).

algumas empresas estatais e mesmo Dilma, tentando salvar seu governo no início do segundo mandato, tomou medidas na direção contrária à sua velha noção de estado desenvolvimentista. Temer representou outro momento. Avritzer escreveu com propriedade as ações do Governo Temer:

A segunda fase do choque liberal ⁶incluiu uma política específica em relação ao Estado, mas também um discurso combinado entre diversos atores acerca da responsabilidade pela crise. Essa fase se iniciou com a posse de Michel Temer em 12 de maio de 2016 e resultou imediatamente na radicalização — não sancionada eleitoralmente — do ajuste. A radicalização incluiu a Emenda Constitucional Nº 95, a PEC do Teto de Gastos Públicos, e a proposta de uma ampla reforma da Previdência. (Avritzer, 2019,p.87)

O preço da acomodação aos cânones do neoliberalismo custou muito caro ao país, mesmo para parte significativa daqueles que haviam apoiado o lavajatismo e o impeachment de Dilma Rousseff. Talvez tenha sido ingenuidade, arrogância ou até ignorância de alguns grupos políticos pensarem que finalmente estavam implantando no Brasil, ou iriam implantar a partir da eleição seguinte, um liberalismo “à la Thatcher ou a Reagan”.

Os tempos eram outros, o neoliberalismo já não era apenas um regime econômico, mas uma ideologia de vida, onde a democracia não tinha nenhum espaço privilegiado, ao contrário, era sobrando para os objetivos do sistema. Não podemos esquecer que, diferentemente dos países do Norte, a América Latina havia recentemente lutado por democracia e em muitos países haviam sido eleitos governos de esquerda e centro-esquerda de feição popular, muito mais participativos do que as democracias liberais representativas admitiam. Os que mantiveram o regime democrático, com maior ou menor sucesso, incorporaram ao mundo do trabalho e do consumo parcelas de sua população antes miserável. Isto foi um agravante na implantação do neoliberalismo

6. A primeira fase o autor indica como a retomada do sistema financeiro de suas prerrogativas, controlando a política de juros.

brasileiro e certamente um fator importante a considerar no recente desmonte do campo político no país.

Este desmonte, que vem se aprofundando nos últimos anos, tem um conjunto de características: a descrença na política e em seus agentes por parte da população, em parte resultado de uma campanha intermitente contras os partidos políticos, caracterizando-os como agremiações corruptas e movidas por interesses escusos; o ataque permanente às instituições basilares da democracia; a associação dos gastos públicos a desperdício do dinheiro dos contribuintes, abrindo espaço para a legitimização de políticas de cortes de gastos privatização de empresas públicas; a desresponsabilização do Estado com a saúde e a educação públicas e a conservação do meio ambiente.

Pesquisas que avaliam a confiança dos brasileiros nas instituições nos últimos anos são reveladoras de um quadro muito ameaçador à democracia brasileira e ajudam a explicar a guinada para a extrema-direita que o país vivencia.

Quadro 1. Confiança dos Brasileiros nas instituições (2016/2020).

Instituição	2016 (maio)		2018(junho)		2020 (set)	
	C/M*	N/C	C/M	N/C	C/M	N/C
Igreja	39,2	13,2	36,8	15,1	48,8	8,9
F. Armadas	33,7	15,2	30,5	16,2	45,1	8,9
Polícia	17,2	23,3	14,4	22,4	32,2	12,0
Mídia**	21,6	16,7	17,4	22,2	23,9	12,1
Judiciário	12,9	28,2	13,4	23,4	25,1	15,8
Sist. eleitoral	11,3	40,7	9,8	45,1	18,9	25,7
Gov. Federal	8,5	39,8	5,6	55,3	19,0	25,9
Sindicatos	8,3	34,4	8,6	40,6	15,8	23,7
Presidente	6,8	47,8	2,7	75,3	21,8	34,9
Congresso N.	3,3	57,9	3,1	64,5	8,2	36,8
Part. Políticos	2,0	63,3	1,7	67,9	5,3	45,7

Fonte, elaboração própria; dados Pesquisa CESOP-IBOPE 2016/2018/2020

** foi tomado como referência as respostas que indicam Concordam Muito (C/M); Não Concordam (N/C). Para os propósitos do argumento as respostas intermediárias não interessam.

*Jornais; TV; rádio.

O quadro acima permite verificarmos um cenário bastante ameaçador ao regime democrático brasileiro.⁷ O primeiro aspecto que deve ser destacado é o de que a Igreja, as Forças Armadas e a Polícia estão entre as instituições mais confiáveis ao longo de todo o período, havendo um significativo aumento do grau de confiança nestas instituições após a eleição de Bolsonaro. A Igreja e as Forças Armadas já tinham altos índices de confiabilidade em 2016, mas alcançaram índices que beiram os 50% em 2020. O que mais chama a atenção é a polícia, que em 2016 chegou a ter índices inferiores ao da mídia e em quatro anos dobrou seu grau de confiabilidade junto aos pesquisados.

Os três últimos colocados no índice de “muita confiança” também são indicativos da atual fragilidade da democracia brasileira. O nível de confiança no presidente da república é muito baixo em 2016 (6,8) e mais baixo ainda em 2018 (2,7), respectivamente a época do impeachment de Dilma Rousseff e do complicado mandato tampão de Michel Temer, que nunca conseguiu atrair apoio popular. O surpreendente, entretanto, é a baixa confiabilidade do presidente Jair Bolsonaro em setembro de 2020, quando apenas 21,8 dos entrevistados disseram confiar muito no chefe da nação, enquanto 34,9% afirmaram não confiar. Um grau de confiança baixo no segundo ano do mandato presidencial talvez tenha relação com a postura negacionista de Bolsonaro em relação à pandemia, que no momento da pesquisa se alastrava rápida e assustadoramente pelo Brasil.

Os índices de confiança no Congresso Nacional e nos partidos políticos são igualmente alarmantes, mas não surpreendem, pois estas instituições sofreram anos de acusações de corrupção, provadas ou

7. Vale anotar as datas que as pesquisas foram realizadas: a de 2006 foi feita em maio em plena discussão sobre o processo de impeachment da Dilma Rousseff; a de 2018 em junho, durante o governo de Michel Temer e a campanha presidencial, com o maior líder da esquerda na prisão; a pesquisa de 2020 foi realizada em setembro com mais de um ano de governo Bolsonaro em plena pandemia da Covid.

simplesmente feridas em processos como o do Mensalão e pela politização da Lava Jato. Soma-se a isto a campanha de Bolsonaro para presidente, que se declarava antipartido e antipolítica. Um dos principais motes de sua campanha foi o de que nunca faria acordo com os partidos, principalmente o que se convencionou chamar de centrão. Para aprovar seus projetos no Congresso Nacional, dizia confiar nas bancadas suprapartidárias conhecidas como BBB (bancadas das bala; da bíblia e do boi).

Um país cuja população deposita sua confiança no triângulo Igreja, Forças Armadas e Polícia, e não atribui nenhuma confiabilidade aos partidos políticos e ao Poder Legislativo, está muito perto de aceitar experiências não democráticas, de cunho autoritário e até mesmo totalitário.

Os desafios do regime democrático

Quais os desafios que se colocam a partir de agora para a sobrevivência da combalida democracia brasileira? Frente ao complicado quadro delineado nas páginas anteriores, a resposta pode parecer sucinta: o grande desafio da nossa democracia é manter-se como pacto político civilizatório no Brasil nos próximos anos. Isto leva a duas outras questões, cujas respostas são mais complexas: Mantendo os atuais pressupostos, é possível garantir a sobrevivência do regime democrático? Afinal, não foram justamente estes pressupostos que a ameaçam, na medida em que eles não são mais capazes de dar guarida a atual fase neoliberal do capitalismo vigente no país?

Não é por acaso que autores tão distintos como Adam Przeworsky e Nancy Fraser se utilizaram de uma mesma famosa frase de Antonio Gramsci, o primeiro como epígrafe de sua última obra, a segunda como título de seu mais novo livro.⁸

8. *The Old is Dying and the new Cannot be Born.* (2019) Não traduzido para o português.

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece.” (Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere)

Nas páginas anteriores me referi ao velho, o pacto entre a democracia e o capitalismo, e ao mórbido, os governos de extrema-direita neoliberais que ameaçam seriamente a democracia. Que novo não pode nascer? Ou melhor: que novo é necessário que nasça?

Talvez exista um primeiro ponto, anterior ainda ao nascimento deste novo, a que devemos prestar muita atenção: nas democracias existentes, e mormente no Brasil, é fundamental proteger e restaurar o que ainda não foi completamente destruído, apesar de seriamente ameaçado e enfraquecido: o ordenamento político-jurídico e as instituições do pacto democrático; a separação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; as eleições regulares, livres de fraudes e de financiamentos ilegais, conduzidas pelo Tribunal Superior Eleitoral; a liberdade de expressão, de imprensa, de manifestações culturais, científicas e religiosas. No caso específico do Brasil, temos ainda de restaurar o espírito original da Constituição Federal de 1988, livre de todos os penduricalhos acoplados a ela sob a forma de emendas.

Como garantir esse conjunto de condições e impedir que o regime democrático escorra entre os nossos dedos? Não se trata aqui de fazer futurologia, nem de um exercício de *wishful thinking*, mas sim de levantar um conjunto de pressupostos e questões para estruturar uma resposta ao desafio de garantir e aprimorar o regime democrático.

Se o pacto que sustentou a democracia brasileira por um quarto de século se esgotou, é imperativo que se pense em um novo pacto nacional que rompa com a liberdade de alguns poucos de acumular muito e com a desigualdade que relega muitos a viver na miséria. Este novo pacto precisa reequilibrar a relação liberdade-igualdade. Este parece

ser o grande desafio para o regime democrático se manter e prosperar. Esses dois conceitos, que estiveram sempre tencionando um ao outro, necessitam se reequilibrar para que seja possível construir um Brasil melhor, mais igualitário e democrático, para todos os brasileiros.

O liberalismo, em sua versão neoliberal, caminhou no sentido de retirar as garantias de um bem-estar mínimo em nome da liberdade de propriedade, de lucro e de acumulação de riquezas, o que levou a desigualdade social a níveis inéditos, sobretudo nos países do Hemisfério Norte já que as nações ao Sul sempre viveram níveis muito elevados de pobreza e desigualdade. Pelo menos nos países de capitalismo mais desenvolvido, a acumulação conviveu com regimes democráticos, apesar de um constante processo de exclusão social, sofrido pelas populações de imigrantes e de cidadãos recentemente admitidos como nacionais.

Mesmo nas regiões mais desenvolvidas do globo, movimentos racistas e partidos xenófobos se distanciam rapidamente dos princípios democráticos. Os discursos de políticos da extrema-direita e até de centro-direita, estes últimos em épocas eleitorais, admitem exclusões, em nome de nacionalismos puramente xenófobos, enfatizando a ameaça ao “nosso modo de viver”. Esse tipo de discurso vem com frequência junto com a defesa do Estado mínimo, livre de responsabilidades sociais; considerações de ordem moral, como a defesa da família tradicional; e fortes cores religiosas, no caso cristãs, em oposição, na Europa e nos Estados Unidos, à religião muçulmana dos imigrantes mais recentes.

No Brasil, os desafios são grandes e entrelaçados; a superação de alguns deles depende do endereçamento dos outros, exigindo estratégias consistentes, bem articuladas e de longo prazo. Não podemos incorrer no erro comum à direita e à esquerda do século passado, quando o primeiro grupo afirmava que primeiro era necessário fazer crescer o bolo para depois dividi-lo (famosa frase de Delfim Netto, ministro da Fazenda durante o regime militar), e o segundo defendia ser neces-

sário primeiro vencer a luta de classes, para que naturalmente todas as outras formas de opressão desaparecessem, como se xenofobismo, misoginia e racismo fossem monopólios do capitalismo.

Particularmente no Brasil, o primeiro desafio é diminuir drástica e radicalmente a desigualdade social, o que envolve muitas variáveis a serem consideradas. A desigualdade social não é só uma desigualdade econômica, mas uma desigualdade econômica que se reproduz pela exclusão e a falta de reconhecimento dos direitos de todos os cidadãos. A distribuição de renda é fundamental, mas também é um grande desafio.

O Brasil conseguiu sair do Mapa da Fome da ONU por conta de ainda tímidas políticas de distribuição de renda, que no entanto surtiram rápido efeito, mas voltou a ele quase imediatamente, quando o governo que assumiu em 2018 deixou de se ocupar com o mesmo afincamento às políticas voltadas para as camadas mais pobres da população. Disto não se pode deduzir que não se deve distribuir renda através de políticas emergenciais como o Programa Bolsa Família, mas sim que elas não podem ser apenas políticas de um governo. O estabelecimento de uma renda mínima para toda a população brasileira deve ser uma política de Estado permanente, independentemente das políticas de governos de ocasião.

O combate à desigualdade não para aí, pois há três outros pontos básicos: a desigualdade se expressa na precariedade do atendimento à educação, à saúde e às necessidades de habitação de vastas camadas da população. Não se trata de afirmar que um povo bem alimentado, educado e com saúde será por decorrência, necessariamente, democrático. O contrário, entretanto, é verdadeiro: um povo faminto, sem educação e saúde, vivendo em habitações precárias tem muito poucos instrumentos para lutar e defender seus direitos. Está sempre exposto ao ataque predatório de demagogos. Se percorrermos a história, veremos mais do que coincidências entre situações de ditaduras e populações sem condições mínimas de uma vida digna.

Para tirar um país definitivamente do Mapa da Fome e construir políticas de educação, saúde e habitação que criem condições mínimas para uma vida digna, é necessário um Estado forte e imbuído da missão de investir pesadamente nessas áreas fundamentais. Não se trata de um Estado proprietário dos bens de produção, de estatizar a economia ou outras medidas parecidas, mas de um Estado capaz de investir nas questões mais básicas e elementares do bem viver. À iniciativa privada não cabe investir em setores que têm como objetivo garantir a igualdade entre todos os cidadãos. Não é este o papel de empresários interessados no lucro. O Estado necessita recuperar suas obrigações constitucionais, como o de exercer o monopólio legítimo do uso da violência contra o crime organizado.

O princípio da igualdade em uma democracia vai além destas condições essenciais, a igualdade também se releva no fato de todos os cidadãos serem iguais, independentemente de gênero, raça, etnia, orientação sexual ou religião. Nesse sentido, o Estado deve garantir a igualdade de direitos, sem intervir nas liberdades individuais. No pacto neoliberal, a necessidade de limitar a democracia faz com que, paradoxalmente, sejam aceitas possíveis intervenções do Estado nas liberdades e nos direitos, como por exemplo, limitar direitos da população LGBTQIA= em relação ao casamento e à adoção. No pacto antidemocrático do neoliberalismo, há um medo atávico à luta por direitos, mormente quando esta é realizada pela sociedade civil organizada em movimentos sociais.

Não cabe aqui retomar a história dos movimentos sociais desde os anos 1980, quando eles se organizaram para lutar pelos direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos sem terra, dos sem teto etc. Esses movimentos, apesar de terem causas próprias e demandas específicas, têm algo em comum: eles põem em xeque uma estrutura de poder masculina, branca, autodeclarada heterossexual, religiosa, defensora da família tradicional. Este é um retrato, não muito caricato, de

quem tem poder e o reivindica como seu, cada vez mais e sobretudo, nas sociedades neoliberais. Ora, não é por acaso que o neoliberalismo transborda da economia para se configurar como um modo de vida conservador, calcado nas ideias de família tradicional, no antifeminismo e na hiper-religiosidade.

Reduzir a desigualdade sem garantir liberdade vai de encontro ao regime democrático. Ao mesmo tempo, é muito difícil pensar que se possa atingir este nível de igualdade sem liberdade, portanto, é essencial que liberdade e igualdade existam juntos e contribuam um com o outro, para que ambos se realizem e um não inviabilize a existência do outro. Esta inviabilidade, se ocorrer, é autodestrutiva; não existe liberdade sem igualdade e vice-versa, por isso os experimentos totalitários no mundo sempre careceram tanto de uma como de outra.

Conclusão: o grande desafio do regime democrático daqui para frente é superar o neoliberalismo, não só em sua face econômica, que não permite a igualdade necessária entre os cidadãos para uma vida digna, mas também no modo de vida que implementou, que não permite o exercício da liberdade individual e da organização coletiva, pilares fundamentais do regime democrático.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. *o Pêndulo da Democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo*. São Paulo: Politéia, 2019.

DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: UNB, 2001.

DARTOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRASER, Nancy. *The Old is Dying and the New Cannot be born*. London: Verso, 2019.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O Breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

PRZERWORSKI, Adam. *Crises da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Teorias conspiratórias e democracia

Bernardo Sorj

Bernardo Sorj, sociólogo, é professor titular de Sociologia da UFRJ (ap.), diretor da Plataforma Democrática e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Procuramos neste texto explorar o porquê do sucesso das teorias conspiratórias. Entendemos que ele se sustenta em três pilares: 1) na tendência a pensar que por trás dos eventos existe uma **intencionalidade**, 2) a produção de **narrativas** que identificam esta intencionalidade em forças ocultas malignas, 3) um **contexto social** que predispõe os indivíduos a acreditarem em teorias conspiratórias e a se sentirem empoderados por meio delas.

Intencionalidade

Teorias conspiratórias se alicerçam em uma característica que acompanha o pensamento humano desde tempos imemoriais: a explicação dos acontecimentos mais variados como produto de intenções. Como nosso agir é intencional, frente aos mais diversos eventos procuramos a **causa** em algum tipo de intencionalidade.

No passado, quando algo acontecia sem que a intencionalidade pudesse ser identificada, ela era projetada em forças invisíveis com poderes extraordinários. Assim, acontecimentos que não são produto

de nossa intencionalidade — como a morte, os desastres naturais, as doenças, as epidemias — ou que simplesmente existem — como o universo e as forças da natureza — eram creditados à vontade de espíritos e deuses.

A intencionalidade, portanto, é uma forma de explicar os eventos, mas não necessariamente assume a forma de teorias conspiratórias. Pelo contrário, em muitas religiões a intencionalidade estava presente para explicar acontecimentos negativos ou positivos, seja como castigo dos deuses pela conduta errada de indivíduos ou comunidades, ou como recompensa. Frente a eles eram celebrados os mais diversos ritos e cerimônias para apaziguar ou agradecer os espíritos e os deuses, que podiam incluir sacrifícios. Até os dias de hoje a noção de “castigo divino” continua a ser usada por líderes religiosos e no cotidiano das pessoas.

Conspirações e teorias conspiratórias

Com a formação de reinos — com ocupantes vitalícios do cargo e, portanto, sem mecanismos institucionais para serem depostos nem espaço público para discutir e criticar livremente —, a luta pelo poder se dava de forma clandestina. Surgem os complôs e as conspirações para mudar a ordem estabelecida. Muitas vezes verídicos, mas também frequentemente imaginados para justificar a eliminação de figuras indesejadas, seja pelo rei, seja pelos grupos em luta por influência na corte. A história política das monarquias é a de conspirações constantes, com os detentores do poder em permanente paranoia de serem defenestrados¹ por irmãos, primos, outros membros da nobreza ou líderes guerreiros.

Na luta política, a disseminação de teorias conspiratórias — na forma de boatos disseminados — passou a ser uma arma amplamente

1. Da palavra janela (fenestra) no Latim moderno, significando jogar alguém pela janela.

utilizada. Alguns exemplos de teorias conspiratórias voltadas a tornar a população contra alguém poderoso incluem os rumores difundidos pelo Senado Romano de que Júlio Cesar pretendia coroar como monarca seu filho com Cleópatra (uma “estrangeira”), ou os boatos durante o reinado de Luís XVI de que a princesa Maria Antonieta (outra “estrangeira”) estava a serviço da Inglaterra ou da Áustria. A primeira, difícil de conferir, a segunda, uma mentira.

Surge a figura do “bode expiatório”, indivíduos ou grupos que são responsabilizados pelos males da sociedade. No lugar do bode sacrificado no altar, um grupo apontado como um “corpo estranho” passa a ser responsabilizado pelos mais diversos acontecimentos negativos, desde cataclismos naturais até sociais, que acabariam se aquele grupo fosse eliminado.

Por exemplo, os judeus foram culpados pela Peste Negra na Europa medieval, que dizimou uma parte considerável da população e resultou em massacres e expulsões dos “responsáveis”. Destino similar foi sofrido por outras minorias, como os ciganos ou as mulheres condenadas à morte por bruxaria.

O fim das conspirações?

Somos produtos de um curto período da história, onde o advento da democracia e da ciência pareciam indicar o início de uma nova época. A democracia, ao criar tanto mecanismos institucionais para mudar os governos de forma pacífica como um espaço público onde cidadãos podem se expressar abertamente e se informar por meio de um sistema jornalístico plural e responsável, teria retirado as razões de existir das teorias conspiratórias.

Mas foi, sobretudo, a ciência moderna que eliminou a intencionalidade como explicação da ordem das coisas. O modelo de pensar científico, inicialmente referido ao mundo físico, apresentava o universo

como uma grande maquinaria orientada por leis imutáveis. Um mundo previsível, quantificável, onde os mesmos efeitos produzem os mesmos resultados. O único resquício de intencionalidade que ficava em aberto se referia à existência ou não de um criador inicial do engenho.

A passagem do mundo físico aos mundos químico, biológico, social e psicológico manteve, pelo menos como ideal, os objetivos da teoria física. Isto é, identificar os fatores, independentemente das intenções conscientes, que determinam que as coisas aconteçam, quando possível apresentando os resultados em modelos formais e quantificáveis.

As teorias conspiratórias nos tempos modernos

Começemos pelo óbvio. Conspirações, num sentido lato, de grupos agindo de forma não transparente, são parte do cotidiano não somente da vida política, como de todas as instâncias da vida social. Indivíduos e grupos em sociedades complexas nem sempre têm interesse em dar publicidade às suas intenções.

Nos tempos modernos, o que as teorias conspiratórias buscam fazer é transformar as conspirações na chave de compreensão de tudo o que acontece na sociedade. Isto é, assumem a forma de **ideologias políticas**. Um caso exemplar foi o texto antisemita “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, que canalizou o antissemitismo disseminado pela Igreja Católica na Idade Média para transformá-lo em uma explicação de como os judeus (e os maçons) agiriam para destruir a civilização ocidental e dominar o mundo.

As teorias conspiratórias atualmente em voga se utilizam tanto de atores empíricos discerníveis (por exemplo, “os estrangeiros”, empresários e empresas poderosas, partidos políticos ou governantes), como de entidades evocativas do mal (o “globalismo”, a “ideologia de gênero”, a “corrupção”, o “imperialismo”), aos quais são atribuídos objetivos sistêmicos e poderes magnificados. Eles agiriam nas sombras,

usando recursos econômicos, políticos e/ou culturais, para corromper a sociedade e impor seus interesses.

O que as teorias conspiratórias fazem é transformar conspirações em explicações maniqueístas englobantes, criando elos de causalidade entre um sujeito identificado como sendo o conspirador e os males sociais (derrotas militares, problemas socioeconômicos, mudanças culturais). Esses elos são suposições que funcionam pela lógica da suspeita.

Por exemplo, se uma empresa se beneficia com a produção de uma nova vacina, então deve ter sido ela que criou a doença. Se o vírus foi identificado pela primeira vez na China, ele foi criado pelo governo chinês para colocar microchips nas vacinas.

Às vezes a relação é mais oblíqua. Se Lula foi escolhido presidente depois de FHC, então eles estavam mancomunados. Se alguém tem relações familiares com um personagem corrupto ou participou de uma festa onde ele estava presente, certamente deve ser seu comparsa. A lógica paranoica funciona por evocação, inflando o poder dos conspiradores de forma a fazer factível qualquer mal que lhes é imputado.

Nas sociedades autoritárias, a conspiração é um instrumento central dos governos para eliminar qualquer oposição, que estaria a serviço do “inimigo”. Seja no fascismo, no nazismo ou nos regimes comunistas, a violência sistemática por meio do uso da máquina policial e repressiva tinha como função central identificar e destruir os “conspiradores”, em um processo constante de “purificação” da sociedade.

Nas sociedades democráticas, se tudo funcionasse de acordo com o ideal, as teorias e as visões conspiratórias seriam relegadas a um papel marginal. Mas, como sabemos, o ideal nunca se concretiza totalmente. Inclusive porque as ideologias e as práticas políticas, inclusive nas democracias, possuem uma predisposição ao maniqueísmo, ao simplificar a realidade social e transferir a responsabilidade dos problemas

aos opositores. Apesar de estes elementos estarem presentes, nessas sociedades eles ocupam um lugar secundário na medida em que prevalecem os valores democráticos e a necessidade de dar respostas práticas à cidadania.

Ainda assim, em vários momentos da história do século 20, como durante a Guerra Fria, o fantasma do comunismo foi utilizado para justificar perseguições de dissidentes (lembramos do Macartismo, que ainda reverberava em 1972, quando Charlie Chaplin, um humanista na época com 83 anos, foi autorizado a permanecer somente por dez dias nos Estados Unidos por “suspeitas de simpatias comunistas”), e golpes de estado contra governos eleitos democraticamente.

Na atualidade, como em outros momentos da história contemporânea, os supostos que asseguram o bom funcionamento do sistema democrático vêm sofrendo diversos panes. A democracia supõe que: a) os cidadãos encontram formas de organização, em particular partidos políticos, que funcionam como cadeia de transmissão de suas vontades e através dos quais eles se sentem empoderados e, assim, consegue-se contrabalançar as desigualdades de poder na sociedade; b) a alternância de poder se mostra como um mecanismo efetivo por meio do qual os cidadãos podem manter as expectativas de que um governo os representará; c) o jornalismo profissional possui uma ampla credibilidade e é a principal fonte de informação e de checagem dos governos.

Não cabe aqui detalhar por que as formas de participação política, os partidos políticos e o jornalismo profissional foram fragilizados.² O que nos interessa ressaltar, nos limites deste artigo, é o enorme atrativo que as teorias conspiratórias possuem para diversos setores da população, em um duplo movimento que os transforma em **vítimas** e ao mesmo tempo os **empodera**.

2. Elaborei esses temas no livro *Em que tempos vivemos?*, disponível para acesso gratuito em http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Identicidades_e_Crise_das_Democracias.pdf e em *Identicidades e Crise das Democracias*, disponível para acesso gratuito em http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Identicidades_e_Crise_das_Democracias.pdf.

Os transforma em vítimas, pois os mais diversos mal-estares vividos (epidemias, crises econômicas, novos costumes, desemprego) pelas pessoas ou grupos seriam produto de uma ação intencional. Uma suposição que nem sempre é totalmente delirante, pois muitos eventos são de fato produto de uma ação intencional, ainda que da confluência de mais de um fator e da diversidade de atores sociais, e de consequências não intencionais da ação humana (como a crise climática).

Nas teorias conspiratórias, a complexidade da vida social é simplificada e reduzida à ação de uma única força externa maligna, da qual os meros mortais não teriam responsabilidade e similitude alguma (os corruptos são os políticos, como se a “vítima” fosse um exemplo de civismo, os imorais são as feministas como se a “vítima” fosse um exemplo de moralidade, os globalistas são as elites como se a “vítima” não partilhasse alegremente do mundo globalizado).

Os empodera, pois oferece às “vítimas” um mapa simplificado do mundo e do culpado a ser combatido. Os mais diversos sentimentos de frustração, raiva e ressentimento se transformam em ódio, que a teoria conspiratória transforma em uma sensação de superioridade moral, pois os que lutam contra a “conspiração” estariam do lado do “bem”, participando da cruzada contra o inimigo, a personificação do mal.

As teorias conspiratórias não atraem necessariamente pessoas com tendências paranoicas, mas certamente levam seus adeptos a funcionarem num registro paranoico. E a lógica paranoica é produtora de sentido: tudo o que acontece no mundo passa a adquirir inteligibilidade, e os fatos somente são relevantes, inclusive quando nem fatos são, se confirmam as crenças, inquestionáveis.

Do ponto de vista dos criadores de teoria conspiratórias, elas são estratégias para adquirir poder político, e no mundo da Internet, ganhos monetários. São projetos de poder que se apresentam como cruzadas moralistas, o que permite acumular apoios contra os bodes expiató-

rios, para realizar projetos políticos autoritários, nos quais o elemento central é a destruição dos “inimigos do povo”, de Deus ou da pátria.

O mal-estar com o pensamento científico

Como enfrentar o pensamento conspiratório? A resposta obviamente deve ser elaborada pelas forças e instituições democráticas, em particular os partidos políticos, que devem recuperar a capacidade de gerar esperança e confiança nos valores da democracia. O desafio do jornalismo profissional é igualmente enorme frente ao papel que hoje ocupam as redes sociais.

Me referirei aqui somente a um tema menos debatido: a perda de confiança na ciência e no pensamento científico, com consequências sobre o debate racional de ideias e, conseqüentemente, a vida democrática. Um dos fatores que alimenta o apoio às teorias conspiratórias é o uso indevido de argumentos pretensamente científicos para justificar políticas econômicas. Não que economistas não tenham o que contribuir ao debate público, certamente têm, e muito, mas quando apresentam propostas que afetam interesses de grupos sociais (como, por exemplo, o peso da carga fiscal e como ela vai ser distribuída entre os diferentes setores sociais), expressam escolhas éticas e não científicas. O que a ciência pode analisar são eventuais consequências das escolhas públicas, reconhecendo que prognósticos são sempre aproximativos.

O discurso tecnocrático, isto é, de pensamento político transvestido de ciência, prejudica a confiança na ciência. Recentemente tivemos um exemplo similar na pandemia, onde o espaço público foi ocupado por epidemiologistas. Aqui também tivemos excessos de arrogância (ou falta de humildade), onde o necessário labor educativo do saber médico muitas vezes extrapolou para uma exposição midiática excessiva, onde concorriam as mais diversas projeções do impacto da pan-

demia, ou para propor políticas que não levavam em considerações outros fatores e saberes (como os da psicologia, da sociologia ou da economia).

O campo científico é altamente especializado e, para o público geral, incluindo aqueles com formação específica em outros campos, aparece como distante e incompreensível. Na comunicação pública, os cientistas devem reconhecer o que sabem e o que não sabem, o que tem fundamento na ciência e o que são opiniões e escolhas valorativas. Desta forma não só se aproximariam do público, expondo suas humanas limitações, que são constitutivas do espírito científico, como, ao explicitar os componentes éticos de suas opiniões, participariam no espaço público de forma que o saber especializado se comunica com as preocupações e a compreensão de todos os cidadãos.

Conclusões

A capacidade de atração das teorias conspiratórias não se sustenta nas mentiras propagadas — ainda que elas estejam presentes —, mas na capacidade de usá-las para mobilizar tanto a razão como os sentimentos. A razão, pois produzem inteligibilidade em um mundo em que foi perdida a confiança nas instituições. Os sentimentos, pois dão vazão às frustrações e possibilitam aqueles que acreditam nelas a se sentir parte de uma comunidade de vítimas transformadas em justiceiros.

Até que o sistema político democrático consiga se recompor, recuperando a confiança da população, será muito difícil enfrentar o universo das teorias conspiratórias. Mas nem por isso as opções de intervenção social deixam de existir.

Em primeiro lugar, é fundamental fazer um esforço para mostrar aos cidadãos onde as teorias conspiratórias sempre desembocam: em

regimes autoritários, seja de direita ou de esquerda, que destroem as liberdades de todos ao serviço de uma camada que se beneficia do poder.

Em segundo lugar, as teorias da conspiração atraem porque simplificam os grandes problemas. As lideranças democráticas e os cientistas precisam dialogar permanentemente com a sociedade para tornar mais compreensíveis as questões sociais, econômicas e políticas, sem negar a complexidade dos desafios que temos pela frente.

O maior temor de Putin

Robert Person e Michael McFaul

Robert Person é professor associado de Relações Internacionais da Academia Militar dos Estados Unidos e diretor do programa de Relações Internacionais da mesma instituição. **Michael McFaul**, ex-embaixador dos Estados Unidos na Rússia, é professor de Ciência Política da Universidade de Stanford, diretor do Instituto Freeman Spogli de Estudos Internacionais e pesquisador sênior da Hoover Institution.

A brutal invasão da Ucrânia pela Rússia desencadeou a maior guerra na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, derramando indiscriminadamente o sangue de milhares de soldados ucranianos e civis inocentes. O presidente russo, Vladimir Putin, quer que acreditemos que a Otan é a culpada. Ele tem afirmado com frequência que a expansão da Otan — não os 200.000 soldados e marinheiros russos que atacam os portos, aeroportos, estradas, ferrovias e cidades ucranianas — é o principal motor desta crise. Após o artigo provocativo de John Mearsheimer na *Foreign Affairs* de 2014, que argumentava que “a crise da Ucrânia é culpa do Ocidente”, a narrativa da reação russa contra a expansão da Otan tornou-se o modelo dominante para explicar — quando não para justificar — a guerra em curso.¹ Essa ideia tem se repetido não só em Moscou, mas nos Estados Unidos, na Europa e em outros lugares por políticos, analistas e escritores. Várias rodadas de expansão, argumentam, exacerbaram a sensação de insegurança da

*Publicado originalmente como “What Putin Fears Most”, *Journal of Democracy* Volume 33, Number 2 April 2022 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

Rússia, à medida que as forças da Otan se aproximavam de suas fronteiras, enfim instigando Putin a atacar violentamente, primeiro com a invasão da Geórgia em 2008, depois da Ucrânia em 2014, e agora uma segunda, e muito maior, invasão da Ucrânia. Segundo essa narrativa, o espectro da adesão da Ucrânia à Otan aponta tanto para a causa do conflito quanto para a sua solução: tire da agenda a adesão da Ucrânia, insiste o argumento, e guerras futuras serão evitadas.

Este argumento tem duas falhas, uma sobre história e outra sobre o pensamento de Putin. Em primeiro lugar, a expansão da Otan não tem sido uma fonte *constante* de tensão entre a Rússia e o Ocidente, mas uma *variável*. Nos últimos trinta anos, a saliência da questão não vem aumentando e diminuindo como resultado das ondas de expansão da Otan, mas, sim, das ondas de expansão democrática na Eurásia. Em um padrão bastante nítido, as queixas de Moscou sobre a aliança aumentam após esses avanços democráticos. Embora as trágicas invasões e ocupações da Geórgia e da Ucrânia tenham assegurado a Putin um poder efetivo de veto em relação a suas aspirações de ingresso na Otan, uma vez que a aliança nunca admitiria um país parcialmente ocupado pelas forças russas, esse fato enfraquece a alegação de Putin de que a invasão atual é motivada pela adesão à Otan. A expansão da Otan já foi praticamente descartada, revelando, assim, que Putin deseja algo muito mais significativo na Ucrânia: o fim da democracia e o retorno de sua submissão à Rússia. Em 24 de fevereiro, em um discurso de uma hora de duração, explicando sua decisão de invadir, ele disse isso de maneira direta.

Essa realidade evidencia a segunda falha: como a principal ameaça a Putin e seu regime autocrático é a democracia, e não a Otan, essa ameaça percebida não desapareceria magicamente com uma moratória da expansão da Otan. Putin não pararia de tentar minar a democracia e a soberania na Ucrânia, na Geórgia ou na região como um todo caso a Otan parasse de se expandir. Enquanto os cidadãos em países livres

exercerem seus direitos democráticos de eleger seus próprios líderes e trilharem seu próprio caminho na política interna e externa, Putin continuará tentando enfraquecê-los. O objetivo declarado de Putin de “desnazificação” da Ucrânia é linguagem cifrada para mudança de regime — a mudança para um regime antidemocrático.

Como chegamos aqui

De fato, a Otan e sua expansão sempre foram fontes de tensão nas relações dos Estados Unidos com a União Soviética e, posteriormente, com a Rússia. Há duas décadas, um de nós foi coautor (com James Goldgeier) de um livro sobre as relações Estados Unidos–Rússia, *Power and Purpose* [Poder e Propósito], que inclui um capítulo chamado “NATO Is a Four-Letter Word” [Otan é uma palavra de quatro letras].² Em graus diferentes, os líderes do Kremlin Mikhail Gorbachov, Boris Iéltsin, Putin e Dmitri Medvedev expressaram preocupações com a expansão da aliança.

Desde sua fundação, em 1949, a Otan manteve suas portas abertas para novos membros que atendessem aos critérios de admissão. Após o colapso da URSS em 1991, não era de se surpreender que países anteriormente anexados, subjugados e invadidos pela União Soviética desejassem buscar relações de segurança mais próximas com o Ocidente. Os Estados Unidos e outros aliados da Otan trabalharam duro para não dar as costas às aspirações dessas sociedades recém-independentes, ao mesmo tempo em que mantinham parcerias com a Rússia em questões europeias e outras questões de segurança. Essa estratégia às vezes foi bem-sucedida, outras vezes, não.

Muitos dos que culpam a Otan pelo atual conflito na Ucrânia ignoram o fato de que, nos trinta anos desde o fim da Guerra Fria, a rejeição de Moscou à expansão da Otan foi mudando de direção em diferentes momentos.

Quando o Presidente Boris Iéltsin concordou em assinar o Ato Fundador Otan-Rússia em 1997, a Rússia e a aliança codificaram nesse acordo uma agenda abrangente de cooperação. Na cerimônia de assinatura, Iéltsin declarou:

O que também é muito importante é que estamos criando os mecanismos de consulta e cooperação entre a Rússia e a Aliança. E isso nos permitirá, de forma justa e igualitária, discutir e, quando necessário, aprovar decisões conjuntas sobre questões importantes relacionadas à segurança e estabilidade, questões e áreas afetas aos nossos interesses.³

Em 2000, enquanto visitava Londres, Putin, então presidente russo interino, até sugeriu que a Rússia poderia se juntar à Otan algum dia:

Por que não? Não descarto tal possibilidade [...] no caso de atender aos interesses da Rússia, se formos um parceiro igualitário. A Rússia faz parte da cultura europeia, e não considero meu próprio país isolado da Europa. [...] Portanto, tenho dificuldade em imaginar a Otan como inimiga.⁴

Por que Putin iria querer fazer parte de uma aliança que supostamente ameaça a Rússia?

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, o presidente dos Estados Unidos George W. Bush e Putin estabeleceram uma relação estreita e cooperativa para combater um inimigo comum: o terrorismo. Na época, Putin estava focado na cooperação com a Otan, e não no confronto. A única vez em que a aliança invocou o artigo 5º em defesa coletiva foi para apoiar uma intervenção da Otan no Afeganistão, uma ação que Putin apoiou no Conselho de Segurança da ONU. Ele então reforçou esse apoio diplomático por meio de assistência militar concreta para a aliança, incluindo a ajuda aos Estados Unidos para estabelecer bases militares no Uzbequistão e no Quirguistão. Se a Otan sempre foi uma ameaça à Rússia e à sua “esfera de influência”, por que Putin facilitou a abertura dessas bases na antiga União Soviética?

Durante sua visita aos Estados Unidos em novembro de 2001, Putin adotou um tom realista, porém cooperativo:

Somos diferentes nos caminhos e meios que julgamos adequados para atingir o mesmo objetivo [...]. [Mas] pode-se ter certeza de que qualquer solução final encontrada, ela não ameaçará [...] os interesses de nossos países e do mundo.⁵

Em uma entrevista naquele mês, Putin declarou o seguinte:

A Rússia reconhece o papel da Otan no mundo de hoje. A Rússia está preparada para expandir sua cooperação com essa organização. E, se mudarmos a qualidade da relação, se mudarmos o formato da relação entre a Rússia e a Otan, então acho que a expansão da Otan deixará de ser um problema — não será mais uma questão relevante.⁶

Quando a Otan anunciou, em 2002, seu plano para uma grande (e última grande) onda de expansão, que incluiria três antigas repúblicas soviéticas — Estônia, Letônia e Lituânia —, Putin mal reagiu. Ele certamente não ameaçou invadir nenhum dos países para mantê-los fora da Otan. Questionado, no final de 2001, se ele se opunha à adesão dos países bálticos à Otan, ele afirmou: “É claro que não estamos em posição de dizer às pessoas o que fazer. Não podemos proibir que as pessoas façam certas escolhas se quiserem aumentar a segurança de suas nações de determinada maneira”.⁷

Putin manteve essa atitude quando se tratava de a Ucrânia um dia entrar na aliança atlântica. Em maio de 2002, quando perguntado sobre o futuro das relações da Ucrânia com a Otan, Putin respondeu desapassionadamente:

Estou absolutamente convencido de que a Ucrânia não se afastará dos processos de expansão da interação com a Otan e com os aliados ocidentais como um todo. A Ucrânia tem suas próprias relações com a Otan. Há

a Comissão Otan-Ucrânia. No fim do dia, a decisão deve ser tomada pela Otan e pela Ucrânia. É uma questão para esses dois parceiros.⁸

Uma década depois, sob o comando do presidente Medvedev, a Rússia e a Otan estavam cooperando mais uma vez. Na cúpula da Otan de 2010 em Lisboa, Medvedev declarou:

O período de distância em nossas relações e reivindicações uns contra os outros finalmente acabou. Vemos o futuro com otimismo e trabalharemos no desenvolvimento das relações entre a Rússia e a Otan em todas as áreas [...] [à medida que avançam em direção a] uma parceria completa.⁹

Naquela cúpula, ele até cogitou a possibilidade de cooperação Rússia-Otan na defesa antimísseis. Não havia queixas sobre a expansão da Otan.

Do fim da Guerra Fria até a invasão da Ucrânia por Putin em 2014, a Otan vinha diminuindo recursos e contingentes na Europa, não aumentando. Mesmo quando se expandia, a capacidade militar da Otan na Europa era muito maior na década de 1990 do que nos anos 2000. Durante esse mesmo período, Putin estava gastando recursos significativos para modernizar e expandir as forças convencionais da Rússia destacadas na Europa. O equilíbrio de poder entre a Otan e a Rússia estava mudando em favor de Moscou.

Esses episódios de cooperação substantiva Rússia-Otan minam o argumento de que a expansão da Otan tem sido sempre o motor do confronto da Rússia com o Ocidente nas últimas três décadas. O registro histórico simplesmente não sustenta a tese de que uma Otan em expansão é a única culpada pelo antagonismo russo com o Ocidente e a agressão de Moscou contra a Ucrânia desde 2014. Em vez disso, devemos procurar em outro lugar a fonte genuína da hostilidade de Putin à Ucrânia e a seus parceiros ocidentais.

A causa mais grave das tensões tem sido uma série de avanços democráticos e protestos populares pela liberdade em países pós-comu-

nistas ao longo dos anos 2000, que muitos, incluindo Putin, chamam de “revoluções coloridas”.¹⁰ Putin acredita que os interesses nacionais russos foram ameaçados pelo que ele chama de golpes apoiados pelos Estados Unidos. Depois de cada um deles — Sérvia em 2000, Geórgia em 2003, Ucrânia em 2004, Primavera Árabe em 2011, Rússia em 2011-12 e Ucrânia em 2013-14 —, Putin adotou políticas mais hostis em relação aos Estados Unidos e, em seguida, invocou a ameaça da Otan como justificativa para fazê-lo.

Boris Iéltsin nunca apoiou a expansão da Otan, mas concordou com a primeira rodada de expansão em 1997 porque acreditava que não valia a pena sacrificar os laços estreitos com o presidente Bill Clinton e os Estados Unidos por uma questão relativamente menor. Por meio do programa Parceria para a Paz da Otan e, especialmente, do Ato Fundador Otan-Rússia, Clinton e sua equipe fizeram um esforço considerável para manter positivas as relações entre Estados Unidos e Rússia enquanto negociavam a expansão da Otan. O bombardeio da Otan à Sérvia em 1999 para impedir a limpeza étnica no Kosovo testou severamente essa estratégia, mas sobreviveu em parte porque Clinton deu a Iéltsin e à Rússia um papel na solução negociada. Quando a primeira revolução colorida pós-comunista derrubou Slobodan Milosevic um ano depois, o novo presidente da Rússia, Putin, lamentou o ato, mas não reagiu de forma exagerada. Naquela época, ele ainda considerava a possibilidade de cooperação com o Ocidente, incluindo a Otan.

No entanto, a onda seguinte de expansão democrática no mundo pós-soviético, a Revolução Rosa de 2003 na Geórgia, escalou significativamente as tensões entre Estados Unidos e Rússia. Putin culpou diretamente os Estados Unidos por apoiarem aquele avanço democrático e ajudarem a colocar no poder alguém que ele via como um fantoche pró-americano, o presidente Mikhail Saakashvili. Imediatamente após a Revolução Rosa, Putin tentou minar a democracia georgiana, invadindo-a em agosto de 2008 e reconhecendo duas regiões georgia-

nas — Abcásia e da Ossétia do Sul — como Estados independentes. As relações entre Estados Unidos e Rússia atingiram o mais baixo patamar pós-soviético em 2008.

Um ano após a Revolução Rosa, a expansão democrática mais importante no mundo pós-soviético, a Revolução Laranja, eclodiu na Ucrânia em 2004.¹¹ Nos anos que antecederam esse avanço democrático, a orientação de política externa da Ucrânia sob o presidente Leonid Kuchma era relativamente equilibrada entre o Oriente e o Ocidente, mas com o aumento gradual dos laços entre Kiev e Moscou. Isso mudou quando uma eleição presidencial fraudulenta ocorrida no final de 2004 levou centenas de milhares de ucranianos às ruas, que acabou por destituir o sucessor escolhido a dedo por Kuchma e Putin, Viktor Yanukovich.¹² Em seu lugar, a Coalizão Laranja pró-democracia e pró-Ocidente liderada pelo presidente Viktor Yushchenko e pela primeira-ministra Yulia Tymoshenko assumiu o poder.

Em comparação com a Sérvia em 2000 ou com a Geórgia em 2003, a Revolução Laranja da Ucrânia era uma ameaça muito maior para Putin. Primeiro, a Revolução Laranja ocorreu repentinamente e em um país muito maior e mais estratégico na fronteira com a Rússia. A guinada abrupta para o Ocidente por Yushchenko e seus aliados deixou Putin diante da perspectiva de que ele havia “perdido” um país no qual havia depositado enorme importância simbólica e estratégica.

Para Putin, a Revolução Laranja minou um objetivo central de sua grande estratégia: estabelecer uma esfera privilegiada e exclusiva de influência em todo o território que outrora compunha a União Soviética.¹³ Putin acredita em esferas de influência — ou seja, que, enquanto grande potência, a Rússia tem o direito de vetar decisões políticas soberanas de seus vizinhos. Putin também exige exclusividade em seu quintal: a Rússia deve ser a única grande potência a exercer tal privilégio (ou mesmo para desenvolver laços estreitos) com esses países. Essa posição endureceu significativamente desde a postura conciliató-

ria de Putin em 2002, à medida que a influência da Rússia na Ucrânia diminuiu e os cidadãos ucranianos têm sinalizado repetidamente seu desejo de escapar das garras de Moscou. Agora é necessário haver subserviência. Como explicou Putin em um artigo recente, em sua opinião, ucranianos e russos são “um só povo”, que ele está tentando reunir, ainda que por meio da coerção.¹⁴ Para Putin, portanto, a “perda” da Ucrânia para o Ocidente em 2004 representou um grande ponto de inflexão negativa nas relações Estados Unidos–Rússia, que foi muito mais importante do que a segunda onda de expansão da Otan, concluída no mesmo ano.

Em segundo lugar, os ucranianos que se levantaram em defesa de sua liberdade eram, na avaliação de Putin, irmãos eslavos com estreitos laços históricos, religiosos e culturais com a Rússia. Se poderia acontecer em Kiev, por que não em Moscou? Vários anos depois, isso quase ocorreu na Rússia, quando uma série de protestos em massa eclodiram em Moscou, São Petersburgo e outras cidades na esteira de eleições parlamentares fraudulentas em dezembro de 2011.¹⁵ Foram os maiores protestos na Rússia desde 1991, o ano em que a União Soviética entrou em colapso. Pela primeira vez em mais de uma década de Putin no poder, os russos comuns mostraram-se dispostos e capazes de ameaçar seu poder.¹⁶ Essa revolta popular na Rússia ocorreu no mesmo ano da Primavera Árabe e foi seguida pelo retorno de Putin ao Kremlin como presidente para um terceiro mandato em 2012. A combinação daqueles protestos em massa e a reeleição de Putin como presidente causaram outra grande reviravolta negativa nas relações entre Estados Unidos e Rússia, e puseram fim ao “reinício” (*reset*) lançado pelos presidentes Barack Obama e Dmitri Medvedev em 2009.¹⁷ A mobilização democrática, primeiro no Oriente Médio e depois em toda a Rússia — e não a expansão da Otan —, encerrou esse último capítulo da cooperação Estados Unidos–Rússia. Não houve novos capítulos de cooperação desde então.

As relações entre Estados Unidos e Rússia deterioraram-se ainda mais em 2014, novamente por causa de uma nova expansão democrática, não da expansão da Otan. A próxima mobilização democrática a ameaçar Putin aconteceu novamente na Ucrânia em 2013-14. Putin não invadiu a Ucrânia após a Revolução Laranja em 2004, mas empregou outros instrumentos de influência para ajudar seu protegido, Viktor Yanukovych, a vencer as eleições presidenciais na Ucrânia, seis anos depois, em votação apertada. Yanukovych, no entanto, não era um servo leal do Kremlin, e tentou cultivar laços com a Rússia e com o Ocidente. Putin acabou obrigando Yanukovych a fazer uma escolha, e o presidente ucraniano escolheu a Rússia em novembro de 2013, quando recusou-se a assinar um acordo de associação com a União Europeia, em favor da adesão à União Econômica Eurasiática da Rússia.

Para surpresa de todos em Moscou, Kiev, Bruxelas e Washington, a decisão de Yanukovych de barrar esse acordo com a UE desencadeou novamente manifestações em massa na Ucrânia, com centenas de milhares de ucranianos saindo às ruas, o que se tornaria conhecido como Euromaidan ou “Revolução da Dignidade”, para protestar contra o afastamento de Yanukovych do Ocidente democrático. Os protestos de rua duraram várias semanas e foram marcados pela morte trágica de dezenas de manifestantes pacíficos em consequência da repressão levada a cabo por Yanukovych, pelo eventual colapso de seu governo e por sua fuga para a Rússia em fevereiro de 2014, com um novo governo pró-Ocidente assumindo o poder em Kiev. Putin havia “perdido” a Ucrânia pela segunda vez em uma década, novamente por causa da mudança para um regime democrático.

Mas, dessa vez, Putin revidou com força militar para punir os supostos usurpadores neonazistas apoiados pelos Estados Unidos em Kiev. Forças armadas russas tomaram a Crimeia — Moscou posteriormente anexou a península ucraniana. Putin também forneceu dinheiro, equipamentos e soldados para apoiar separatistas no leste da Ucrânia,

alimentando uma guerra de oito anos em Donbass, que ceifou a vida de aproximadamente quatorze mil pessoas. Depois de invadir — não antes —, Putin ampliou suas críticas à expansão da Otan para justificar suas ações beligerantes.

Em resposta a essa segunda revolução democrática ucraniana, Putin concluiu que a cooptação por meio de eleições e outros meios não militares devia ser combinada com maior pressão coercitiva, incluindo a intervenção militar. Desde a Revolução da Dignidade, Putin tem travado um ataque sem precedentes contra a democracia da Ucrânia, usando um amplo espectro de armas militares, políticas, informacionais, sociais e econômicas, na tentativa de desestabilizar e, por fim, derrubar o governo democraticamente eleito da Ucrânia.¹⁸ A relação da Ucrânia com a Otan e os Estados Unidos era apenas um sintoma do que Putin acredita ser a doença subjacente: uma Ucrânia soberana e democrática.

O verdadeiro *casus belli*¹ de Putin: a democracia ucraniana

Surpreendentemente, oito anos de implacável pressão russa não quebraram a democracia ucraniana. Exatamente o oposto. Após a anexação de Putin e o apoio contínuo à guerra em Donbass, os diferentes grupos étnicos, linguísticos e regionais estão agora mais unidos do que em qualquer outro momento da história ucraniana. Em 2019, Volodimir Zelenski conquistou a presidência ucraniana em uma vitória acachapante, obtendo apoio popular em todas as regiões do país. Não surpreende que a guerra de Putin no leste da Ucrânia também tenha alimentado entre os ucranianos a vontade de se juntar à Otan.

Em fevereiro de 2022, Putin iniciou uma nova estratégia para acabar com a democracia ucraniana: uma intervenção militar massiva.

1. Do latim, “caso de guerra”. Ato que dá origem à guerra entre países. (N. T.)

Putin afirma que seu propósito é impedir a expansão da Otan. Mas isso é uma ficção. Nada nas relações Ucrânia-Otan mudou no último ano. É verdade que a Ucrânia aspira a se juntar à Otan algum dia (o objetivo está presente inclusive na Constituição ucraniana). Mas, embora os líderes da Otan tenham permanecido comprometidos com o princípio de uma política de portas abertas, eles também declararam claramente antes da guerra que a Ucrânia ainda não cumpria os requisitos para aderir. O *casus belli* de Putin é uma invenção dele.

Na véspera da invasão, a estratégia de Putin para minar a democracia ucraniana parecia que poderia ter sucesso sem o uso de força militar. A própria ameaça de guerra causou danos significativos à economia ucraniana e alimentou novas divisões entre os partidos políticos da Ucrânia em relação à maneira como Zelenski conduziu a crise. Alguns argumentaram que Zelenski deveria ter formado uma grande coalizão ou governo de unidade; outros lamentaram os preparativos supostamente inadequados para a guerra. E alguns afirmaram que Zelenski demonstrou sua inexperiência diplomática ao discutir com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sobre a possibilidade de uma invasão russa em um momento em que a unidade com o Ocidente era mais necessária.

Mas um Putin impaciente e irritado não podia mais esperar. Ele atacou com todo o poder das forças armadas russas. No momento em que este ensaio seguiu para publicação, a guerra ainda estava em curso.²

Até o momento, a estratégia de Putin parece ter saído pela culatra. Contrariando suas expectativas, o uso da força por Putin fortaleceu a democracia ucraniana em vez de enfraquecê-la. Sua decisão de invadir a Ucrânia uniu os ucranianos e fortaleceu a popularidade e a imagem de Zelenski como líder da nação. Enquanto Putin se mantinha isolado de seus súditos e até mesmo de seus próprios cortesãos, enquanto suas bombas causavam devastação em uma terra distante, o carismático

2. Nota do editor brasileiro: No fechamento da edição do Journal em Português, a Guerra na Ucrânia já havia completado cem dias, sem perspectiva de um desfecho para o conflito.

Zelenski prometeu ficar em Kiev com seus soldados e lutar pelo futuro democrático da Ucrânia, mobilizando a opinião pública na Ucrânia e em todo o mundo. Putin pode ainda não acreditar que exista uma nação ucraniana, como alegou em diversas ocasiões. Mas, assim como a guerra forjou identidades nacionais por séculos, a agressão russa galvanizou um povo ucraniano que sempre virará as costas para a autocracia da Moscóvia,³ preferindo abraçar o valor universal da liberdade — liberdade da dominação russa, liberdade para escolher seu próprio destino, liberdade para viver em paz.

Mas, apesar dos primeiros sucessos ucranianos no campo de batalha, a sobrevivência a longo prazo da democracia ucraniana está em perigo. A constante retórica belicosa de Putin e a rejeição de qualquer tentativa séria de negociar um cessar-fogo sugerem que o ataque de Moscou seguirá inalterado. As primeiras operações militares da Rússia sugerem que Putin imaginou uma operação de guerra rápida e intensa (*Blitzkrieg*), com várias frentes, que enfrentariam pouca resistência e rapidamente cercariam Kiev, resultando na remoção forçada de Zelenski do poder. Novas eleições, realizadas sob a mira de um revólver, entregariam a Putin seu desejado governo fantoche, assim como fizeram na Europa Oriental pós-Segunda Guerra Mundial, à sombra dos tanques soviéticos. Em uma cidade ucraniana, Melitopol, em um fac-símile dos métodos de Stalin na Europa Oriental após 1945, as forças de ocupação da Rússia já removeram o prefeito e instalaram um fantoche de Moscou. No momento que este ensaio era escrito, no entanto, os militares russos enfrentavam uma intensa resistência ucraniana e se preparavam para a desagradável perspectiva de

“O povo ucraniano já provou sua coragem: eles lutarão por sua democracia até o dia em que as forças russas deixarem a Ucrânia.”

3. A Moscóvia, ou Grão-Ducado de Moscou, foi a entidade política na Idade Média que antecedeu o Império Russo. (N. T.)

uma batalha longa e sangrenta por quilômetros no inóspito território ucraniano. Os exércitos russos serão tratados pelos ucranianos como os ocupantes de 1941, não os libertadores de 1945. É muito cedo para prever o resultado dessa guerra terrível. Mas, apesar do fraco desempenho do exército russo até o momento, não há evidências que sugiram que Putin abandonou seu objetivo de remover Zelenski do poder e submeter a Ucrânia ao controle de Moscou.

Putin pode não gostar da expansão da Otan, mas não está genuinamente assustado com isso. A Rússia tem o maior exército da Europa, inflado por duas décadas de generosos gastos. A Otan é uma aliança defensiva. Nunca atacou a União Soviética ou a Rússia, e nunca atacará. Putin sabe disso. Mas Putin está ameaçado por uma democracia florescente na Ucrânia. Não consegue tolerar uma Ucrânia bem-sucedida e democrática na fronteira da Rússia, especialmente se o povo ucraniano também começar a prosperar economicamente. Isso prejudicaria a estabilidade do próprio regime do Kremlin e a lógica usada para justificar uma liderança autocrática. Assim como Putin não pode permitir que a vontade do povo russo guie o futuro do país, ele não pode permitir que o povo da Ucrânia, que tem cultura e história compartilhadas, alcance o futuro próspero, independente e livre pelo qual votaram e lutaram.

Embora a probabilidade de um cessar-fogo estável pareça atualmente remota, sanções sem precedentes e uma crescente insatisfação popular dentro da Rússia poderiam, em teoria, forçar Putin a sentar-se na mesa de negociações. A névoa da guerra é densa. Mas, independentemente de onde os invasores russos sejam detidos — seja Luhansk e Donetsk ou Kharkiv, Mariupol, Kherson, Odessa, Kiev ou Lviv —, o Kremlin continuará comprometido em minar a democracia e a soberania ucranianas (e georgianas, moldovas, armênias etc.) enquanto Putin permanecer no poder, e talvez mais tempo, se a autocracia russa continuar. O povo ucraniano já provou sua coragem: eles lutarão por sua democracia até o dia em que as forças russas deixarem a Ucrânia.

Notas

1. John J. Mearsheimer, “Why the Ukraine Crisis Is the West’s Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin”. *Foreign Affairs*, v. 93, n. 5, p. 77, set./out. 2014.

2. James M. Goldgeier e Michael McFaul, *Power and Purpose: U.S. Policy Toward Russia After the Cold War*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2003.

3. White House Office of the Press Secretary, “NATO-Russia Founding Act Signing”. 27 maio 1997. Disponível em: <<https://clintonwhitehouse5.archives.gov/WH/new/Europe/19970527-814.html>>.

4. David Hoffman, “Putin Says ‘Why Not?’ to Russia Joining NATO”. *Washington Post*, 6 mar. 2000. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2000/03/06/putin-says-why-not-to-russia-joining-nato/c1973032-c10f-4bff-9174-8cae673790cd>>.

5. Bob Kemper, “Bush, Putin Downplay Differences”. *Chicago Tribune*, 16 nov. 2001. Disponível em: <<https://www.chicagotribune.com/news/ct-xpm-2001-11-16-0111160193-story.html>>.

6. “Transcript of Robert Siegel Interview with Vladimir Putin”. NPR, 15 nov. 2001. Disponível em: <<https://legacy.npr.org/news/specials/putin/nprinterview.html>>.

7. Ibid.

8. “Press Statement and Answers to Questions at a Joint News Conference with Ukrainian President Leonid Kuchma”. President of Russia, 17 maio 2002. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21598>>.

9. “News Conference Following NATO-Russia Council Meeting”. President of Russia, 20 nov. 2010. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/9570>>.

10. Michael McFaul, “Transitions from Postcommunism”. *Journal of Democracy*, v. 16, n. 3, pp. 5-19, jul. 2005.

11. Anders Åslund e Michael McFaul, *Revolution in Orange: The Origins of Ukraine’s Democratic Breakthrough*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2006.

12. McFaul, op. cit., p. 5.
13. Robert Person, “Four Myths About Russian Grand Strategy”. Center for Strategic and International Studies, 22 set. 2020. Disponível em: <<https://www.csis.org/blogs/post-soviet-post/four-myths-about-russian-grand-strategy>>.
14. Vladimir Putin, “On the Historical Unity of Russians and Ukrainians”. President of Russia, 12 jul. 2021. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>>.
15. Denis Volkov, “Putinism Under Siege: The Protesters and the Public”. *Journal of Democracy*, v. 23, n. 3, pp. 55-62, jul. 2012.
16. Robert Person, “Balance of Threat: The Domestic Insecurity of Vladimir Putin”. *Journal of Eurasian Studies*, v. 8, n. 1, pp. 44-59, 2017.
17. Michael McFaul, *From Cold War to Hot Peace: An American Ambassador in Putin’s Russia*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2018.
18. Taras Kuzio, *Putin’s War Against Ukraine: Revolution, Nationalism, and Crime*. North Charleston, South Carolina (Estados Unidos): CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

O renascimento da ordem mundial liberal?

Lucan Ahmad Way

Lucan Ahmad Way é professor de Ciência Política da Universidade de Toronto. É coautor (com Steven Levitsky) de Revolution and Dictatorship: The Violent Origins of Authoritarian Durability [Revolução e ditadura: as origens violentas da persistência autoritária], com lançamento previsto para 2022.

Enquanto mísseis russos bombardeavam Kiev na noite de quinta-feira, 24 de fevereiro de 2022¹, o mundo parecia estar à beira de uma era sombria. Muitos estavam preocupados não apenas com a Ucrânia, mas com a segurança da Europa. Será que o ataque não provocado de Vladimir Putin inspiraria agressões similares vindas de outras potências autoritárias contra vizinhos democráticos vulneráveis? Será que a China aproveitaria o momento para avançar sobre Taiwan? Será que entraremos em um período de governos autoritários expansionistas? Tais cenários ainda podem se concretizar. Independentemente do que vier a acontecer, o brutal ataque da Rússia contra a Ucrânia já gerou uma das piores catástrofes humanitárias na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, há evidências consideráveis de que o ataque de Putin às normas internacionais poderia, em última análise, fortalecer

1. Nota do editor brasileiro: Nas primeiras horas de 24 de fevereiro, a Rússia iniciou a guerra na Ucrânia que, no momento do fechamento desta edição do Journal em Português, já completou cem dias, sem previsão de término.

*Publicado originalmente como “The Rebirth of the Liberal Order?”, *Journal of Democracy* Volume 33, Number 2 April 2022 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

a ordem mundial liberal. Até o momento, isso produziu uma resposta unificada e robusta das democracias ocidentais, muitas das quais vêm sofrendo significativas disfunções e ameaças autoritárias constantes há mais de uma década. A guerra também tem saído muito mais cara para a Rússia do que Putin esperava — tanto no campo de batalha quanto como resultado de sanções ocidentais sem precedentes. A invasão certamente enfraquecerá o poder geopolítico russo, envolvendo o país em um atoleiro infrutífero e sangrento, evidenciando os limites de seu poderio militar e reduzindo no futuro a dependência da Europa do fornecimento de energia da Rússia. Por fim, é provável que a guerra semeie divisões internas na frágil coalizão de Estados autoritários que surgiu no início do século 21 para combater o avanço da democracia.

A invasão russa à Ucrânia acontece após mais de uma década de graves — mas, muitas vezes, sutis e ambíguos — ataques à democracia. Em primeiro lugar, populistas autoritários na Europa e nos Estados Unidos emergiram de dentro de sistemas democráticos. Na maior parte das vezes, evitaram atacar a democracia diretamente, seja por meio de golpes militares, violações explícitas a liberdades civis ou (com a notável exceção de Donald Trump, na disputa presidencial dos Estados Unidos, em 2020) tentativas de roubar eleições. Em vez disso, o principal desafio à democracia ocidental veio através de esforços menos visíveis para politizar as burocracias estatais e infiltrar meios de comunicação previamente independentes.

Viktor Orban, na Hungria, e o partido Lei e Justiça, na Polônia, não prenderam opositores ou tentaram roubar eleições. Em vez disso, aparelharam as burocracias estatais, inundando-as de pessoas fiéis ao regime. Esses governos não prenderam jornalistas, mas conseguiram silenciá-los, ajudando aliados a assumir o controle das empresas de mídia. O uso predominante de medidas não violentas e ostensivamente legais para monopolizar o controle político tem ofuscado o ataque que fazem à democracia. Foram necessários oito anos de abuso au-

toritário por parte de Orban para que a Freedom House deixasse de classificar a Hungria como “livre”. E, apesar da significativa erosão das normas democráticas na Polônia, atualmente a Freedom House ainda classifica esse país como “livre”.

De modo similar, os esforços chineses e russos para influenciar outros regimes também têm sido ambíguos, mais focados em piorar a qualidade da democracia do que em desmantelá-la por completo. A guerra de informações russa, que teve como alvo inúmeras eleições democráticas ocidentais desde 2014, tem se destinado principalmente a alimentar o tribalismo e a polarização em vez de atacar diretamente as instituições democráticas.¹ Nas antigas repúblicas soviéticas, as táticas russas têm sido variadas. Sob o comando do presidente Vladimir Putin, nos anos 2000 a Rússia trabalhou nos bastidores para apoiar autocratas pró-Rússia, como Viktor Yanukovych, na Ucrânia, por um lado, mas também para minar autocratas hostis à Rússia na Geórgia e no Quirguistão, por outro. No início da década de 1990, sob o comando do predecessor de Putin, Boris Yeltsin, o governo russo não teve problemas em apoiar a oposição democrática pró-Rússia na Ucrânia.

Até recentemente, os ataques mais graves da Rússia à ordem liberal envolveram as invasões da Abcásia e da Ossétia do Sul na Geórgia, em 2008, e da Crimeia na Ucrânia, em 2014. Esses ataques, no entanto, atingiram áreas distantes do centro da Europa e não pareciam ameaçar os principais interesses ocidentais. Além disso, o sentimento pró-Rússia já era alto nessas regiões, de modo que Putin poderia afirmar de maneira plausível que as incursões russas eram apoiadas por parcelas significativas das populações locais. Além disso, na Crimeia, o envolvimento da Rússia foi inicialmente dissimulado e empregou pouca violência. A invasão de 2014 foi realizada por “homenzinhos verdes” sem insígnias militares em seus uniformes. Segundo alguns analistas, essa operação inaugurou uma guerra “híbrida”, que dependia menos das forças convencionais e muito mais do “uso extensivo

e bem coordenado da inteligência, da guerra psicológica, da intimidação, do suborno e da propaganda na internet/mídia”.²

A última década, portanto, foi um período de mal-estar democrático. Embora o mundo permaneça muito mais democrático do que era durante a Guerra Fria,³ os autocratas foram proativos e causaram danos reais a democracias relativamente consolidadas, como a Hungria, a Índia e, de maneira mais significativa, os Estados Unidos. Os ataques ao pluralismo, no entanto, têm sido confusos, fragmentados e graduais. Até agora, temos testemunhado uma invasão lenta, não um ataque total.

Uma resposta tímida

O caráter ambíguo ou aparentemente discreto das ameaças ao liberalismo produziu uma reação limitada do Ocidente. Primeiro, o uso, por Orbán, de ataques tecnicamente lícitos à democracia húngara ajudou-o a limitar a pressão vinda da União Europeia. Por anos, membros do Partido Popular Europeu (PPE) — aliados da Hungria no Parlamento Europeu, incluindo a então chanceler alemã Angela Merkel (2005–21) — evitaram criticar abertamente Orbán e pouparam seu governo de punição por seu comportamento autoritário.⁴ O PPE suspendeu Orbán apenas em 2019, e só conseguiu mobilizar apoio suficiente para expulsar seu partido, o Fidesz, em 2021. (Antes que pudesse ser expulso, Orbán deixou o PPE.)

De maneira similar, as sanções impostas à Rússia após a invasão da Crimeia tiveram impacto limitado na economia russa e não ameaçaram de maneira significativa os interesses de sua elite.⁵ A invasão não foi o suficiente para suspender o apoio europeu ao gasoduto Nord Stream 2, da empresa estatal russa Gazprom, que levaria gás natural da Rússia à Alemanha. Da mesma forma, a interferência da Rússia nas eleições americanas de 2016 acarretaram poucas sanções.

A capacidade da Europa de responder à ameaça russa foi dificultada pela profunda integração da Rússia na economia e na sociedade europeias após a Guerra Fria. Embora o comércio com a Europa tenha diminuído após a invasão da Crimeia, ainda representava quase 40% do comércio exterior russo em 2020.⁶ No ano passado, a Rússia foi o quinto maior importador de mercadorias da UE e o terceiro maior exportador de mercadorias para a UE.⁷ Os bancos russos também estavam profundamente integrados ao sistema financeiro global. Mais importante, a Europa é extremamente dependente da energia russa — especialmente a Finlândia, a França, a Alemanha, a Hungria, a Itália e a Polônia. Em 2020, a região dependia da Rússia para cerca de um terço de sua energia. Antes da invasão da Ucrânia por Putin, um dos maiores parceiros comerciais da Rússia era a Alemanha, que importava 55% de seu gás da Rússia.⁸

Além disso, desde o colapso soviético, russos abastados têm migrado para a Europa. Londres, em particular, tornou-se um destino atraente para oligarcas russos devido ao seu setor financeiro desenvolvido (com pouca regulação), bom sistema educacional e comércio atraente. Nos últimos seis anos, imóveis britânicos no valor de 2 bilhões de dólares foram comprados por cidadãos russos acusados de corrupção ou de ter ligações com o Kremlin.⁹

A crença de que o aumento da integração incentivaria o país a se liberalizar ainda mais, à medida que sua economia se tornasse mais dependente das democracias ocidentais, foi um motor para o fortalecimento dos laços econômicos do Ocidente com a Rússia. Essas teorias otimistas de integração, no entanto, não consideraram que a ligação econômica também poderia dificultar os esforços de responsabilização da Rússia por abusos. Como apontam Patricia Cohen e Stanley Reed no *New York Times*, “o lado negativo do interesse mútuo é o sofrimento mútuo”. Essa realidade reduziu o apetite da Europa por sanções.¹⁰ De fato, o regime de Putin foi capaz de cravar suas garras em partes da

elite europeia — um fenômeno bem ilustrado pelo ex-chanceler alemão Gerhard Schroeder (1998-2005), que uma vez chamou Putin de “democrata impecável”.¹¹ Schroeder ocupa um cargo de liderança na companhia petrolífera estatal russa Rosneft, que sofreu sanções após a invasão da Crimeia. Um constante lobista pelos interesses da Rússia na Europa, o ex-chanceler foi recentemente indicado para compor o conselho da Gazprom.

Putin também estreitou os laços com autocratas na Sérvia e Hungria. O governo russo tem sido um fiel aliado da Sérvia — opondo-se ao bombardeio da Otan em 1999 e rejeitando a independência do Kosovo em 2008. Orban também possui relações estreitas com Putin. Recentemente, a Rússia fez acordos com os dois países para manter baixos os preços de sua energia.¹²

Por fim, uma resposta efetiva aos ataques ao liberalismo tem sido dificultada pela desmoralização e pela disfunção interna do Ocidente. A Guerra do Iraque (2003-11) lançou dúvidas sobre a promoção da democracia pelo Ocidente aos olhos de muitos, enquanto a crise financeira de 2008 e a crise da dívida europeia de 2009 revelaram problemas fundamentais nas economias ocidentais e nas estruturas de governança. A União Europeia ficou altamente dividida após a decisão do Reino Unido de deixar o bloco. As difíceis relações entre o Reino Unido e a UE vêm consumindo a política europeia desde 2016. A situação foi ainda pior nos Estados Unidos, que se tornaram cada vez mais polarizados. Em vez de promover a democracia no exterior, repetidas vezes o presidente Trump elogiou líderes autoritários.¹³

Essa disfunção, argumenta G. John Ikenberry, pode estar parcialmente ligada a uma “crise de sucesso” após o colapso do comunismo. Ikenberry sugere que a ausência de uma ameaça existencial comum enfraqueceu a coesão dentro do Ocidente liberal e criou condições para a fragmentação e a ascensão de políticos como Trump e Orban, que questionam abertamente a ordem liberal internacional.¹⁴ Os hor-

rores da Segunda Guerra Mundial, que motivaram uma geração de europeus a se unirem para dominar as forças da autocracia e do nacionalismo, tornaram-se uma memória distante. Embora os desafios ao liberalismo e à democracia tenham sido muito reais, eles não têm a clareza que reinou durante a Guerra Fria. As ameaças se apresentam lentamente — com perigos muito sutis e graduais para motivar uma resposta democrática concertada e unificada.

A investida russa contra a ordem liberal

Tudo isso mudou em 24 de fevereiro de 2022. Dois fatores fizeram da invasão russa um divisor de águas na batalha da Europa pela democracia: a forte clareza moral da causa da Ucrânia e a ameaça existencial à segurança representada por uma Rússia beligerante. Poucos conflitos na história recente foram tão “preto no branco”. Nas semanas que antecederam a invasão, vários analistas ecoavam o argumento de Putin de que a agressão contra a Ucrânia era um produto da expansão da Otan.¹⁵ Embora a ocupação russa da Crimeia já houvesse efetivamente tirado da agenda a adesão da Ucrânia à Otan, Putin foi inicialmente bem-sucedido ao explorar as discordâncias de alguns analistas internacionais em relação às políticas e à expansão da Otan. Este enquadramento, no entanto, não sobreviveu à invasão. Em um discurso poucos dias antes do ataque, Putin referiu-se à Ucrânia em termos nitidamente imperialistas, descrevendo-a como uma nação “inteiramente criada pela Rússia”.¹⁶ Diferentemente de episódios anteriores, o envolvimento russo tem sido transparente, e seu objetivo — substituir um governo democraticamente eleito por um regime fantoche —, óbvia e brutalmente autocrático.

Os violentos ataques da Rússia contra alvos civis, incluindo uma maternidade em Mariupol em 9 de março, aumentaram ainda mais a indignação internacional. Nas duas primeiras semanas da guerra, a

Rússia lançou diariamente mais de cinquenta ataques de mísseis contra a Ucrânia. O impacto dessas ações foi amplificado pelos ataques russos a uma sociedade aberta onde vivem muitos jornalistas ocidentais. Em contraste com as ações militares russas na Chechênia em 1999-2000 e na Síria a partir de 2015, quase todas as atrocidades militares na Ucrânia foram e serão extensivamente documentadas pela mídia internacional. Por fim, a bravura incomparável do presidente ucraniano Volodimir Zelenski e seus habilidosos apelos ao público interno e externo, aprimorados por anos em sua carreira na televisão, ajudaram a unificar os ucranianos e a maior parte do mundo contra a Rússia. Sua corajosa decisão de permanecer em Kiev ajudou a inspirar políticos europeus e o público em geral a fazer os sacrifícios necessários para punir a Rússia.

O desrespeito da Rússia às normas de soberania internacional também provocou intensos temores pela segurança europeia. Em um discurso na véspera da invasão russa, Putin atacou explicitamente “todo o sistema de relações internacionais” e lembrou ao mundo que “a Rússia continua sendo uma das mais poderosas potências nucleares”.¹⁷ Por sua vez, muitos líderes europeus focaram nos perigos iminentes que Putin representa. Após a invasão, o chanceler alemão Olaf Scholz argumentou que “ao atacar a Ucrânia, Putin não quer apenas erradicar um país do mapa mundial, ele está destruindo a estrutura de segurança europeia que temos em vigor desde Helsinque”.¹⁸ O ataque de Putin cutucou uma ferida de uma parte do mundo que sofreu repetidas vezes agressão militar russa e soviética desde a Segunda Guerra Mundial, incluindo as invasões da Hungria em 1956 e da Tchecoslováquia em 1968.

Em nítido contraste com as ações russas de 2008 e 2014, não houve nada ambíguo ou particularmente “híbrido” no atual ataque convencional massivo a um dos maiores países da Europa. Além disso, enquanto as incursões militares russas anteriores tinham como alvo

regiões distantes do centro europeu, a invasão da Rússia aconteceu bem na porta da Otan. Esse fato — juntamente com a enorme escala da invasão — tem evidenciado uma ameaça muito mais explícita à segurança europeia do que qualquer coisa que a Rússia tenha feito desde o fim do império soviético.

Uma resposta unificada

A combinação de clareza moral e perigo existencial provou-se potente o suficiente para motivar as potências europeias a agir, marcando uma profunda mudança em suas políticas em relação à Rússia. Dias após a invasão, uma UE até então morosa e fragmentada respondeu com um conjunto de medidas que representavam o maior pacote de sanções já impostas a um único país. Uma semana após a invasão, a UE — juntamente com os Estados Unidos — havia instituído o equivalente financeiro à política de “choque e pavor” (*shock and awe*). Diversos bancos russos e, posteriormente, os bielorrussos, tiveram acesso negado ao sistema Swift de transações financeiras, uma medida que isolou drasticamente a economia russa. A UE e os Estados Unidos também proibiram a realização de transações com o Banco Central russo, o que impossibilitou o governo russo de acessar uma parte significativa das reservas financeiras que o país havia acumulado para reduzir o impacto das sanções internacionais.

Os Estados Unidos, a UE e o Canadá impuseram sanções individuais contra Putin, o ministro russo das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, e centenas de membros das elites bielorrussa e russa. Por sua vez, centenas de empresas estrangeiras começaram a deixar a Rússia — incluindo empresas de energia (BP, Exxon Mobil, Shell), mídia (Walt Disney), serviços financeiros (Citigroup, Deutsche Bank, Goldman Sachs, Western Union), manufatura (Caterpillar) e de viagens e logística (Hyatt, UPS, várias companhias aéreas), além de grandes

redes internacionais, como Ikea, McDonald's e Starbucks. Empresas ocidentais que há muito eram parte integrante da vida da classe média russa, de repente, cessaram suas operações.¹⁹ Antes da invasão, Moscou parecia uma próspera cidade europeia. Em apenas algumas semanas, a invasão ameaçou desfazer décadas de progresso econômico.

A mudança de postura da UE refletiu as rápidas mudanças desencadeadas pela invasão ocorridas no interior dos países europeus. A transformação mais importante e radical ocorreu na Alemanha, que, historicamente, tinha laços estreitos com a Rússia e um compromisso de longa data com o pacifismo desde a Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, o governo alemão parecia relutante em fornecer apoio significativo à Ucrânia. Antes da invasão, Berlim se ofereceu para enviar cinco mil capacetes — o que levou o prefeito de Kiev a perguntar se o governo alemão também forneceria travesseiros.²⁰ Posteriormente, a Alemanha paralisou o oleoduto Nord Stream 2 entre a Rússia e a Alemanha, em 22 de fevereiro. Então, três dias após o início da invasão, o Bundestag (parlamento alemão) reuniu-se em sessão extraordinária num domingo, dando início a uma transformação fundamental do papel da Alemanha no mundo. Com bandeiras ucranianas tremulando do lado de fora do Reichstag, o chanceler Scholz anunciou que a Alemanha imporá severas sanções à Rússia e forneceria armamento pesado à Ucrânia. Citando a “falta de escrúpulos de Putin, a flagrante injustiça e a dor dos ucranianos”, bem como os esforços de Putin “para criar uma nova ordem na Europa”, o governo de Scholz concordou em enviar à Ucrânia mil armas antitanque e quinhentos mísseis terra-áreo do arsenal militar alemão o mais rápido possível, e ampliar em 100 bilhões de euros os gastos militares do país, o que tornaria a Alemanha o terceiro país com maior gasto com defesa do mundo.²¹

Transformações semelhantes aconteceram por toda a Europa. Historicamente neutros, a Finlândia e a Suécia decidiram fornecer armamento pesado à Ucrânia e anunciaram planos para aumentar os gastos

com defesa.² A Itália, que é fortemente dependente da energia russa, saiu em apoio às sanções, apesar do fato de que três dos partidos da coalizão governista haviam anteriormente tentado estabelecer laços mais estreitos com Moscou.²² Pouco depois da invasão, o governo italiano apreendeu casas de campo e iates de cinco oligarcas russos avaliados em 143 milhões de euros. Enquanto isso, o primeiro-ministro britânico Boris Johnson congelou os ativos de inúmeros oligarcas russos e pediu a tramitação em regime de urgência de legislação mirando a lavagem de dinheiro russo. Por fim, a Suíça, que permaneceu neutra durante a Segunda Guerra Mundial, adotou sanções da UE e congelou os ativos russos no país.

Essa resposta ocidental unificada teve um impacto importante na trajetória da guerra. Os militares ucranianos beneficiaram-se significativamente das armas fornecidas pela Europa e pelos Estados Unidos. A corajosa e eficaz resistência dos ucranianos e o apoio militar ocidental permitiram que o país oferecesse resistência a um exército muito maior e mais bem equipado por muito mais tempo do que seria esperado. Ao mesmo tempo, as sanções inéditas tiveram um impacto rápido e profundo na economia russa. O mercado de ações da Rússia fechou com receio de um movimento de venda em massa. Em meados de março, o valor do rublo russo caiu 50%. No geral, estimava-se que as sanções causariam uma “gigantesca e transformadora crise” na economia russa, com uma contração projetada de 15% em 2022 — um declínio que eliminaria cerca de um terço do crescimento econômico ocorrido desde que Putin assumiu o poder em 1999.²³ Isso poderia minar uma importante fonte de apoio público a Putin, cujos altos índices de aprovação apoiavam-se na percepção de que ele fora responsável pela recuperação da economia russa após o colapso econômico da década de 1990.

2. Nota do editor brasileiro: Em 18 de maio, a Finlândia e a Suécia entregaram oficialmente o pedido de adesão à Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Cabe aqui uma advertência. Se a guerra continuar, o Ocidente terá dificuldade para sustentar uma resposta unificada a longo prazo. Trata-se de uma maratona, não de uma corrida de cem metros rasos. Manter uma frente unida não será fácil. Quando passar o choque da agressão russa, é provável que os europeus se tornem menos dispostos a fazer sacrifícios econômicos. Além disso, o enorme fluxo de refugiados ucranianos certamente afetará o cenário político europeu. Orçamentos sobrecarregados e temores populares da concorrência ucraniana por empregos e programas sociais testarão os limites da generosidade europeia em relação aos refugiados. No entanto, a resposta ocidental à invasão tem sido muito mais unificada e significativa do que se esperava. Esta frente unida poderia ser sustentada pelas atrocidades russas contínuas na Ucrânia, bem como pela endêmica ameaça de segurança representada por um exército russo beligerante.

Rachaduras na Internacional Autoritária?

Além de unificar as forças democráticas, a invasão russa também tem o potencial de enfraquecer a “internacional autoritária” — um termo cunhado pelo finado estudioso bielorrusso Vitali Silitski para descrever a frágil aliança e coordenação entre as diversas autocracias para combater as ameaças democráticas.²⁴ Essa coordenação e cooperação inclui o compartilhamento de ferramentas legais para reprimir a sociedade civil, apoio diplomático, assistência militar e acesso privilegiado à energia russa.²⁵ Em janeiro de 2022, por exemplo, o governo de Putin enviou tropas ao Cazaquistão para apoiar o presidente Jomart Tokayev diante de protestos em massa. O núcleo central dessa internacional autoritária é a aliança entre Xi Jinping e Putin, que anunciaram sua “amizade sem limites” durante as Olimpíadas de Pequim em fevereiro de 2022. A aliança informal também inclui autocratas em pequenas nações não democráticas como Belarus, Cazaquistão, Hungria, Irã, Mianmar e Sérvia.

Até o momento, os aliados autoritários da Rússia em grande medida vêm apoiando Putin. Em meados de março, havia poucos sinais claros de cisão entre Xi e Putin. Mianmar expressou seu apoio à invasão, e o presidente sérvio Aleksandar Vucic evitou sancionar a Rússia, em grande parte por conta da popularidade esmagadora de Putin entre os sérvios. Orban também resistiu firmemente aos apelos para que fornecesse armamento pesado à Ucrânia ou permitisse que as armas passassem pela Hungria.

No entanto, há sinais de que a coalizão autoritária esteja se enfraquecendo. A invasão colocou Orban em uma situação particularmente difícil, dada a dependência da Hungria da assistência financeira da UE e a própria experiência do país com a invasão soviética em 1956. Orban foi forçado a dar uma “guinada de 180 graus” em várias questões-chave.²⁶ Ele condenou a invasão e se absteve de vetar as sanções da UE contra a Rússia — preservando, assim, a unanimidade europeia sobre a questão. Também reverteu suas recentes políticas rígidas de imigração, aceitando cerca de cem mil refugiados ucranianos na semana posterior à invasão. Além disso, Hungria, Mianmar e Sérvia votaram a favor da resolução da ONU de 2 de março exigindo o fim da invasão russa. Apesar do apoio militar de Putin ao presidente cazaquistânês apenas semanas antes da invasão russa, até aqui Tokayev recusou-se a apoiar abertamente a ação da Rússia, abstendo-se de votar. Ao todo, a condenação da ONU foi apoiada por 140 países, com apenas cinco Estados — Belarus, Coreia do Norte, Eritreia, Rússia e Síria — votando contra e 34 abstendo-se.

A grande dúvida continua sendo até que ponto a China continuará a apoiar a Rússia.

“Mais de sessenta anos após os horrores da Segunda Guerra Mundial terem inspirado a criação da União Europeia, a invasão lembrou novamente ao mundo o custo humano brutal provocado pela rejeição dos valores liberais.”

Há poucas evidências até o momento de que a China tenha se afastado dessa aliança, mas há dúvidas do quanto ela estará disposta a sacrificar em apoio à Rússia, cujo PIB é de apenas US\$ 1,5 trilhão, contra Estados Unidos, Canadá e UE, cujas economias combinadas totalizam mais de US\$ 35 trilhões. De fato, nas primeiras semanas após a invasão, a China evitou dar à Rússia seu apoio irrestrito. Ela se absteve na votação da ONU, condenando a Rússia em vez de se opor à resolução, e se recusou, de maneira alinhada às sanções do Ocidente, a fornecer peças sobressalentes às companhias aéreas russas.²⁷ Em 11 de março, o primeiro-ministro chinês Li Keqiang chamou a situação na Ucrânia de “desconcertante” e apoiou as negociações de cessar-fogo. O compromisso chinês com a aliança com a Rússia dependerá em grande medida do resultado do debate aparentemente em curso no seio da elite chinesa.

É provável que a invasão desencoraje outros de seguir os passos de Putin. As dificuldades da Rússia e a reação internacional provavelmente tornaram menos provável que a China tente absorver Taiwan no curto prazo. Em vez de aumentar uma nova era de expansão militar autoritária, é provável que a invasão coloque governos autocráticos na defensiva.

Por fim, a guerra quase certamente enfraquecerá o poder geopolítico da Rússia. As pesadas perdas militares sofridas pela Rússia e sua inesperada dificuldade de avançar sobre o território ucraniano prejudicaram significativamente a reputação das forças armadas russas. Mesmo no caso de uma vitória militar russa, é provável que a Rússia fique atolada em uma luta armada interminável, dificultada pela intensa resistência ucraniana, pelo apoio dos países aliados na fronteira ocidental da Ucrânia e pela enorme dimensão do país. Além disso, as medidas europeias para reduzir a dependência da energia russa afetarão uma importante fonte de influência russa na região.²⁸ No espaço de uma semana, a invasão transformou a Rússia em um Estado pária

e fortaleceu o Ocidente. Como argumentou David Von Drehle: “Nada é melhor para os Estados Unidos do que o estrondo dos tanques russos”.²⁹

A guerra também poderá isolar Putin dentro da própria Rússia. O controle de Putin sobre a mídia e o tratamento cada vez mais severo de qualquer forma de dissidência têm limitado a disseminação de informações negativas sobre a guerra. Se as sanções forem consideradas uma agressão ocidental, podem até mesmo aumentar a popularidade de Putin ou, pelo menos, atenuar seu impacto político negativo por algum tempo. Mas vários fatores tornarão mais difícil para o governo controlar a opinião pública. Em primeiro lugar, o fato de muitos russos terem parentes na Ucrânia lhes dá fontes diretas de informação sobre a guerra que estão fora do controle dos censores do governo. Em segundo lugar, a forte concentração de jornalistas ocidentais na Ucrânia significa que as informações sobre a guerra serão incrivelmente fáceis de encontrar, mesmo em buscas rápidas online. A Rússia tem sido uma sociedade muito mais aberta do que a China. Será difícil para Putin suprimir por completo as informações sobre a progressão da guerra. Terceiro e mais significativo, o governo não será capaz de encobrir as mortes dos soldados russos indefinidamente. Tais baixas quase certamente diminuirão o apoio à guerra. Uma crise econômica e o enfraquecimento do poder geopolítico da Rússia poderão minar duas das mais importantes fontes de popularidade de Putin nos últimos vinte anos.

O futuro da democracia após a invasão russa

Após mais de uma década de mal-estar democrático, a invasão enfraqueceu o status global da Rússia e produziu um grau de unidade sem precedentes no mundo liberal, impulsionado tanto pela afronta moral quanto pelas ameaças existenciais à segurança. Mas o que tudo

isso significa para o futuro da democracia? As ameaças à segurança e a indignação moral não melhoraram a democracia após os atentados de 11 de setembro de 2001. Além disso, durante a Guerra Fria, as ameaças de segurança soviéticas muitas vezes minaram o desenvolvimento democrático, ao encorajar o apoio a ditadores anticomunistas na África, na Ásia e na América Latina. Vale ressaltar, também, que o conflito é ainda muito recente. A trajetória militar da guerra poderia facilmente mudar em favor da Rússia. Além disso, a dupla tensão do fluxo massivo de refugiados ucranianos e a dor econômica europeia criada pelas sanções poderia testar a unidade ocidental e produzir uma nova fonte de populismo.

No entanto, há várias razões para considerarmos que o novo contexto fortalecerá a democracia na Europa e talvez em outros lugares. Primeiro, a Guerra Fria motivou investimentos em instituições liberais transnacionais, como a União Europeia, que, por sua vez, tornou-se um motor para a difusão da democracia na Espanha e na Grécia.³⁰ O conflito atual é igualmente capaz de encorajar um maior compromisso com o projeto europeu. Além disso, em contraste com o 11 de setembro, a invasão traçou linhas de batalha entre a Rússia autoritária de um lado e uma comunidade de Estados democráticos apoiando a democracia em risco da Ucrânia do outro. O conflito pode tornar mais difícil para os líderes europeus tolerar Orban e outros autocratas na União Europeia. A invasão da Rússia não só aumentou a consciência dos perigos gerados pelo nacionalismo e pelo iliberalismo, mas também os associou a uma ameaça existencial mais ampla representada pela autocracia russa à segurança europeia. É pouco provável que esta ameaça diminua tão cedo. O aumento do risco do que está em jogo tornará mais custoso para políticos como Trump ou Orban condenar impunemente a ordem liberal internacional.

Mais de sessenta anos após os horrores da Segunda Guerra Mundial terem inspirado a criação da União Europeia, a invasão lembrou

novamente ao mundo o custo humano brutal provocado pela rejeição dos valores liberais. A democracia não é simplesmente um bem abstrato, mas tem implicações importantes para o bem-estar humano. Embora um maior pluralismo possa não gerar maior crescimento econômico ou reduzir os níveis de corrupção, ele permite às sociedades evitar o tipo de violência brutal que vemos hoje na Ucrânia e, cada vez mais, na Rússia.

O conflito também pode facilitar o desenvolvimento liberal ao fragmentar a internacional autoritária e minar drasticamente a atratividade do caminho russo. Mesmo que a Rússia obtenha uma vitória militar na Ucrânia, é provável que o país tenha muito menos recursos para projetar sua influência no exterior. O *putinismo* não será visto como um modelo viável nem para construir uma sociedade próspera nem para gerar uma autocracia estável. Não importa o que o futuro nos reserve, essa invasão injusta e não provocada tem sido catastrófica para a Ucrânia e seu povo. Ainda assim, há uma possibilidade de que o projeto liberal global possa emergir dessa escuridão mais forte e revigorado do que antes.

Notas

1. Lucan Ahmad Way e Adam Casey, “Is Russia a Threat to Western Democracy? Russian Intervention in Foreign Elections, 1991–2017”. Nota de conferência, Universidade de Stanford, nov. 2017. Disponível em: <<https://fsi.stanford.edu/global-populisms/publication/russia-threat-western-democracy-russian-intervention-foreign-elections-1991-2017>>.

2. Tony Balasevicius, “Looking for Little Green Men: Understanding Russia’s Employment of Hybrid Warfare”. *Canadian Military Journal*, v. 17, n. 3, verão 2017. Disponível em: <<http://www.journal.forces.gc.ca/Vol17/no3/page17-eng.asp>>.

3. De acordo com os dados de 2021 do V-Dem, 50% dos países são democracias liberais ou eleitorais — contra 28% em 1985. A Freedom House começou a notar declínios anuais consecutivos na liberdade global em 2006, quando, segundo seus números, 47% do mundo era “livre” (democrático). Em 2021, 43% dos países são “livres”.

4. Dalibor Rohac, “How the European Parliament Entrenched the Region’s Autocrats”. *Foreign Policy*, 5 fev. 2021. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2021/02/05/how-the-european-parliament-entrenched-the-regions-autocrats>>; Patrick Kingsley, “E.U.’s Leadership Seeks to Contain Hungary’s Orban”. *New York Times*, 11 set. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/09/11/world/europe/viktor-orban-european-peoples-party.html>>.

5. Ilya Kusa, “Sanctions Against Russia: Rethinking the West’s Approach”. *Blog Focus Ukraine*, 13 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/blog-post/sanctions-against-russia-rethinking-west-approach>>.

6. Alexander Gabuev, “As Russia and China Draw Closer, Europe Watches with Foreboding”. *Carnegie Moscow Center*, 19 mar. 2021.

7. Eurostat, “Russia-EU – International Trade in Goods Statistics”. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Russia-EU_%E2%80%93_international_trade_in_goods_statistics>.

8. Kerstine Appunn, “Q&A: How Could Germany and the EU Weather a Fossil Fuel Embargo on Russia?”. *Clean Energy Wire*, 11 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.cleanenergywire.org/news/qa-how-could-germany-and-eu-weather-fossil-fuel-embargo-russia>>.

9. “U.K. Crackdown on Russian Oligarchs May Spell the End for ‘Londograd’”. *NBC News*, 5 mar. 2022.

10. Patricia Cohen e Stanley Reed, “Why the Toughest Sanctions on Russia Are the Hardest for Europe to Wield”. *New York Times*, 25 fev. 2022.

11. “Why Putin’s Pal, Germany’s Ex-Chancellor Schroeder, Isn’t On A Sanctions List”. NPR, 18 abr. 2018.

12. Milica Stojanovic, “Serbia President Hails ‘Incredible’ Gas Deal With Russia”. *Balkan Insight*, 25 nov. 2021. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2021/11/25/serbia-president-hails-incrediblegas-deal-with-russia>>; “PM Orbán: With Russian Gas, Utility Bills Can Be Kept Low”. *Hungary Today*, 2 fev. 2022.

13. “15 Times Donald Trump Praised Authoritarian Rulers”. CNN, 2 jul. 2019.

14. G. John Ikenberry. *A World Safe for Democracy: Liberal Internationalism and the Crises of Global Order*. New Haven, CT (EUA): Yale University Press, 2020, p. 258.

15. “The New Doves on Ukraine”. *New Yorker*, 11 fev. 2022. Robert Person e Michael McFaul, “What Putin Fears Most”. *Journal of Democracy*, v. 33, n. 2 (abr. 2022). [Ed. bras.: O maior medo de Putin. *Journal of Democracy em português*, v. XX, n. XX, 2022.]

16. “‘Modern Ukraine was Entirely Created by Russia,’ Says Putin”. *Reuters*, 23 fev. 2022.

17. “Transcript: Vladimir Putin’s Televised Address on Ukraine”. *Bloomberg*, 24 fev. 2022.

18. “German Chancellor Olaf Scholz Announces Paradigm Change in Response to Ukraine Invasion”. *Deutsche Welle*, 27 fev. 2022.

19. “Here Are Some of the Companies That Have Pledged to Stop Business in Russia”. *New York Times*, 15 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/article/russia-invasioncompanies.html>>.

20. “Ex-German Chancellor Schroeder’s Russia Ties Cast a Shadow over Scholz’s Trip to Moscow”. *France24*, 15 fev. 2022.

21. “German Chancellor Olaf Scholz Announces Paradigm Change in Response to Ukraine Invasion”. *Deutsche Welle*, 27 fev. 2022; “Germany’s Historic Defense Budget Growth Makes Them the Third Largest Global Military Spender with an Annual Budget of \$83.5 Billion by 2024, Says GlobalData”. 28 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.globaldata.com/germanys-historic-defense-budget-growth-makes-third-largest-global-military-spender-annual-budget-83-5-billion-2024-says-globaldata>>.

22. Teresa Coratella, “Italy’s Challenging Divorce from Russia”. European Council on Foreign Relations, 9 mar. 2022. Disponível em: <<https://ecfr.eu/article/italys-challenging-divorce-fromrussia>>.

23. “Putin Threatens Takeover of Western Companies”. *New York Times*, 11 mar. 2022. Os dados de crescimento do PIB foram tirados da página World Development Indicators do Banco Mundial.

24. Vitali Silitski, “Survival of the Fittest”: Domestic and International Dimensions of the Authoritarian Reaction in the Former Soviet Union Following the Colored Revolutions”. *Communist and Post-Communist Studies*, v. 43, n. 4, pp. 339-50, 2010.

25. Karrie Koesel e Valerie Bunce, “Diffusion-Proofing: Russian and Chinese Responses to Waves of Popular Mobilizations Against Authoritarian Rulers”. *Perspectives on Politics*, v. 11, n. 3, pp. 753-68, 2013.

26. Benjamin Novak, “Ukraine War Forces Hungary’s Orban Into Political Con-tortions”. *New York Times*, 27 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/09/11/world/europe/viktor-orban-european-peoples-party.html>>.

27. “Russia Says China Refuses to Supply Aircraft Parts After Sanctions”. *Reuters*, 10 mar. 2022.

28. “EU Rolls Out Plan to Cut Russia Gas Dependency This Year”. *Reuters*, 8 mar. 2022.

29. David Von Drehle, “Opinion: The Xi-Putin Bromance Is Surely on the Rocks”. *Washington Post*, 8 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/03/08/china-russia-xi-jinping-rethinking-putin-bromance>>.

30. Geoffrey Pridham (Org.), *Encouraging Democracy: The International Context of Regime Transition in Southern Europe*. Leicester (Reino Unido): Leicester University Press, 1991.

GOLPE NA TUNÍSIA

A democracia está perdida?

Moncef Marzouki

Moncef Marzouki, médico e ativista pelos direitos humanos, foi presidente da Tunísia de 2011 a 2014, eleito pela Assembleia Constituinte do país.

Em 25 de julho de 2021, após meses de crise econômica e sanitária causada pela Covid -19, surgiram importantes manifestações contra o governo tunisiano. Naquela mesma tarde, o presidente Kais Saied anunciou a demissão do primeiro-ministro Hichem Mechichi e a suspensão das atividades do Parlamento, o que retirou a imunidade parlamentar dos deputados, e disse ainda que participaria ativamente da investigação criminal contra eles. Ironicamente, Saied argumentou que estava adotando tais medidas em nome da Constituição de 2014, que proíbe essa concentração unilateral de poder.

Um mês depois, Saied anunciou a extensão — por período indefinido — dessas medidas de exceção. Em 22 de setembro, ele afirmou que a legislação será “feita na forma de um decreto-lei promulgado pelo presidente” e publicou um decreto prorrogando a suspensão da imunidade dos parlamentares e introduzindo uma longa lista de poderes de dar inveja a qualquer candidato a ditador no mundo. Todos esses decretos estão em contradição com o espírito e texto da Cons-

*Publicado originalmente como “Is Democracy Lost?”, *Journal of Democracy* Volume 33, Number 1 January 2022 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

tuição de 2014, que agora está *de facto* abolida. Esse decreto presidencial marca o fim da transição democrática na qual a Tunísia havia embarcado dez anos antes, após a deposição do ditador de longa data Zine al-Abidine Ben Ali.

A dissolução *de facto* do Parlamento, o abandono da Constituição e a prisão de oponentes políticos e jornalistas são sinais claros de que a Tunísia já não é mais uma democracia, e que o país retornou para a velha cartilha de ditadores árabes do passado e do presente.

Por que a democratização no mundo árabe parece um processo tão árduo? Esse processo está fadado a falhar até mesmo no país que parece oferecer as condições mais favoráveis para seu sucesso? Analistas citam múltiplas causas, de dificuldades econômicas e sociais à chamada incompatibilidade cultural, do legado do colonialismo à intromissão de potências estrangeiras em apoio à manutenção do autoritarismo.

Não há uma explicação única para esse fracasso, já que os contextos são complexos e variam de país para país. Posso somente oferecer uma explicação para o país de cujo processo de democratização pude não apenas observar, mas participar por mais de quarenta anos. Com base em minha experiência à frente da Liga Tunisiana dos Direitos Humanos (1989-1994), líder de um partido de oposição democrática (2001-2011), presidente da República (2011-2014) e, atualmente, uma vez mais, enquanto opositor a uma ditadura nascente, vejo três principais razões para o retorno da ditadura na Tunísia. São elas: 1) a incapacidade do sistema político constituído em 2011 de conectar direitos políticos a direitos socioeconômicos; 2) a ascensão do populismo; e 3) o papel negativo desempenhado pelos sentimentos a respeito do Islã político.

Direitos econômicos e políticos: o elo perdido

Nos primeiros dias do levante de 2011, a classe média tunisiana e as comunidades mais pobres do interior do país se uniram para derru-

bar o regime de Ben Ali. A classe média já não tolerava mais ser privada das liberdades individuais e coletivas usufruídas por seus pares do outro lado do Mediterrâneo. Aqueles nas classes mais pobres não mais toleravam ser privados de seus direitos socioeconômicos, especialmente em meio a escândalos de corrupção das elites dominantes.

As demandas da classe média foram prontamente atendidas. Após 2011, os tunisianos rapidamente passaram a gozar de um nível de liberdade política sem precedentes. Liberdades de expressão e de associação, incluindo a liberdade para participar de manifestações públicas, rapidamente se tornaram o novo normal. Poucos meses após a revolução, os tunisianos elegeram livremente uma assembleia constituinte encarregada da missão histórica de elaborar a constituição de um novo Estado democrático. Três anos depois, em 27 de janeiro de 2014, a Tunísia adotou sua primeira constituição democrática na esperança de acabar de vez com a ditadura.

Infelizmente, os mais pobres, os desempregados e aqueles abandonados no interior do país tinham menos razões para comemorar a formação de um Estado democrático. Obviamente, eles haviam se beneficiado do clima de liberdade, mas sua expectativa de uma vida economicamente melhor havia sido destruída. Para alguns, a revolução havia tornado uma situação já precária ainda pior.

A corrida para atender às expectativas econômicas tão rapidamente quanto as expectativas políticas era impossível de se vencer, dadas as profundas crises financeiras e econômicas vividas pela Tunísia em 2011. Décadas de clientelismo e corrupção por parte de famílias oligárquicas e seus séquitos deixaram a economia do país anêmica. Embora a corrupção seja a principal causa dos problemas econômicos do país, poucos analistas perceberam que a tão necessária política anticorrupção que o governo (do qual fiz parte) implementou na verdade piorou a condição das parcelas mais pobres da sociedade. Por exemplo, quando o Estado retomou mais de trezentas empresas corruptas,

deixou milhares de pessoas desempregadas da noite para o dia. Para atenuar os impactos econômicos da “drenagem do pântano”, o governo precisava de um fluxo massivo de recursos para o país. A Tunísia não tinha acesso a tais recursos. Portanto, as medidas anticorrupção que o sistema econômico do país tanto precisava acabaram piorando a situação econômica no curto prazo daqueles que já eram os mais afetados pelo clientelismo do regime anterior.

Eu estava empenhado em melhorar a condição econômica da vasta maioria de nossos cidadãos, um dos principais objetivos da revolução. Trabalhando com o governo composto por três partidos durante meu mandato presidencial, dei início a programas de combate à pobreza. Em 2012, enviei assessores ao Brasil para estudar as políticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que são ricas em lições para nós. O tempo, no entanto, não estava do nosso lado. Tais programas de combate à pobreza só começariam a dar resultado no longo prazo. Além disso, a frustração da população aumentava a cada dia, de maneira proporcional a seus problemas econômicos.

Forças contrarrevolucionárias capitalizavam em cima dessa onda de descontentamento fazendo promessas mirabolantes durante as eleições parlamentares e presidenciais de 2014. A eleição de meu sucessor, Béji Caïd Essebsi, no fim de 2014, não melhorou a situação econômica — muito pelo contrário. A única lei que ele aprovou no parlamento em 2017 era chamada de Lei da Reconciliação Nacional. Era de fato uma lei de anistia para empresários corruptos. Essa lei contribuiu para o fortalecimento da corrupção e agravou a instabilidade política. Apesar da criação da primeira constituição democrática do país e do fortalecimento de instituições políticas como a comissão eleitoral independente, problemas econômicos criaram um contexto ideal para a emergência do populismo.

A ascensão do populismo

O presidente Saied chegou à presidência da república em 2019 com ampla maioria dos votos. Como muitos líderes populistas (Alberto Fujimori no Peru em 1990, Rodrigo Duterte nas Filipinas em 2016, Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, Volodimir Zelenski na Ucrânia em 2019), Saied foi eleito graças a três qualidades imaginárias: seus eleitores o viam como alguém novo, limpo e franco. Viam-no como alguém novo porque ele não pertencia à classe política tradicional que havia caído em descrédito por seus fracassos e desprezada por sua suposta torpeza. Viam-no como alguém limpo em virtude de sua falta de experiência política. E viam-no como alguém franco porque ele falava coisas que os outros queriam ouvir, por exemplo, que eles eram vítimas de um bando de políticos ineptos e corruptos. Como seu novo líder, prometeu aos eleitores que livraria o país dos bandidos. Ao final de seu mandato, os cidadãos desfrutariam do pronto retorno da virtude, da prosperidade e da segurança.

É compreensível a frustração dos tunisianos em relação à classe política fragmentada, que parecia mais interessada em negociações clandestinas do que em pensar políticas para resolver as crises econômicas do país. A gestão desastrosa da crise sanitária da Covid-19 só agravou a desilusão das pessoas com a politicagem da elite. No entanto, as medidas econômicas e políticas que o presidente Saied adotou desde seu golpe em julho de 2021 não são um bom presságio para sua capacidade de resolver milagrosamente os problemas dos tunisianos. Sua atitude agressiva em relação a doadores estrangeiros em nome da chamada defesa da soberania tunisiana alienou investidores e doadores. Em 2020, a agência de classificação de risco Moody's deu à Tunísia o rating B-, mas em 2021 rebaixou para C.

Ao mesmo tempo, a postura autoritária em relação a seus oponentes é nefasta. No início de setembro, a Human Rights Watch censurou publicamente suas “políticas repressivas”.¹ Em pronunciamento feito

em 20 de setembro de 2021 em Sidi Bouzid, uma pequena cidade do interior onde teve início o levante contra Ben Ali, o presidente incitou de maneira vaga à violência, falando de “traidores” e pedindo aos cidadãos para “purificarem o país”. Em novembro, a Anistia Internacional divulgou que a Tunísia havia realizado mais julgamentos por cortes militares nos três últimos meses do que em toda a década passada.²

Explorando o medo do Islã político

Por fim, o que a situação tunisiana revela com bastante clareza é o impacto tóxico de um obstáculo imediato e contínuo: a instrumentalização dos inimigos do islamismo pelos inimigos da democracia. Mesmo quando os movimentos pró-democracia começavam a se organizar na Tunísia nos anos 1970, a questão do papel e integração do islamismo causava uma grande divisão entre ativistas que apoiavam os direitos humanos e se opunham ao autoritarismo. À época, diferente de mim, poucos acreditavam que, embora devêssemos obviamente rejeitar o extremismo violento, deveríamos incluir muçulmanos moderados em nossa luta comum contra o autoritarismo.

Essa abordagem de integração-moderação, que já era controversa antes das revoluções árabes, foi ainda mais criticada após a ascensão dos muçulmanos ao poder na Tunísia e no Egito em 2011. O sucesso do Ennahda na Tunísia e da Irmandade Muçulmana no Egito nas primeiras eleições que seguiram os respectivos levantes apenas reforçaram o sentimento anti-islâmico de uma ala dos movimentos democráticos de cada país que é numericamente pequena, mas politicamente influente. O amplo apoio popular ao golpe do marechal Abdel Fattah al-Sisi no Cairo em 2013 entre os ditos liberais e intelectuais e políticos de esquerda — não apenas no Egito, mas também na Tunísia — insinuava que as elites locais tinham mais medo do Islã político do que de uma ditadura.

No entanto, não foi apenas o establishment anti-islâmico que se mobilizava contra as instituições democráticas e tomou as ruas em 25 de julho de 2021 na Tunísia. Os manifestantes que protestavam contra o que havia se tornado um dos símbolos mais odiados de um frágil processo de democratização, o parlamento, eram sobretudo jovens de bairros historicamente marginalizados. Seu ódio aos muçulmanos não é ideológico. Eles culpam os islamistas por trair a promessa de um governo honesto e eficiente, por priorizar uma política de acordos insignificantes e negociações escusas com partidos do antigo regime e pela gestão catastroficamente mortal das crises sanitária e econômica.

Desesperados para serem aceitos por anti-islâmicos e pelas elites do antigo regime, a liderança do Ennahda se submeteu a todos os tipos de negociações e acordos com políticos e empresários do antigo regime. Essa estratégia esquizofrênica foi incapaz de fazer com que os líderes do Ennahda conquistassem o respeito de seus inimigos ideológicos da esquerda tunisiana ou do antigo regime e ainda afastou o Ennahda das forças da revolução e dos jovens marginalizados inicialmente atraídos pela promessa do Ennahda de uma política honesta. Esse é o paradoxo que define os islamistas na Tunísia.

O cenário tunisiano é representativo do impasse democrático que a maioria dos países árabes enfrenta no atual momento. Muitos árabes misturam o ódio ao Islã político ao ódio à própria democracia. A política islamista de barganha alienou as forças revolucionárias baseadas em princípio e acentuou o ressentimento e a desconfiança que os jovens marginalizados sentiam em relação à democracia representativa e à política partidária. Os islamistas ajudaram involuntariamente a matar a democracia por meio de sua participação inescrupulosa.

O Islã político não somente ajudou a matar a democracia. Ele também causou muitos danos a si mesmo. Quando se impõe, grupos sociais e econômicos poderosos se mobilizam contra ele e o usam como um espantalho para justificar a restauração de regimes corruptos e au-

toritários. Em contraste, quando o Islã político faz acordos com partidos do antigo regime, ele perde o pouco que resta de sua credibilidade entre sua própria base popular.

Por mais de uma década, o experimento democrático no mundo árabe tem sido paralisado pela tóxica tensão entre as políticas fracasadas de barganha dos islamistas, e a antipolítica de medo e repressão dos autoritários. Novas gerações de ativistas e intelectuais no mundo árabe terão que transcender essa falsa escolha e imaginar novas fórmulas para uma participação política inclusiva e democrática se quiserem alcançar o sonho da dignidade, accountability e justiça social que mobilizou o povo árabe há dez anos.

Usando os meios da própria democracia contra si

Olhando para os últimos dez anos, fico perplexo e aterrorizado com a facilidade pela qual os inimigos da democracia apoderaram-se de seus meios para fazer oposição a ela, corrompê-la e destruí-la.

Empresários e políticos do antigo regime fizeram da liberdade de imprensa uma arma contra a revolução e a democracia. A imprensa corrupta do velho sistema desonrou, difamou e atacou ativistas e líderes da transição. A liberdade de associação permitiu que partidos anti-democráticos se organizassem e lutassem contra a democracia dentro da Tunísia e oferecessem apoio incondicional para o golpe de Estado no Egito e a ditadura de Bashar al-Assad na Síria. Eleições livres se transformaram em ocasiões para amplificar a propaganda de ódio e a desinformação via redes sociais.

Por isso estou convencido de que após a revolução democrática, é perigoso negociar com o velho sistema. Sim, precisamos demonstrar humanidade e buscar a reconciliação nacional, em especial por meio da criação de uma justiça de transição. Entretanto, como sempre insisti, não podemos negociar com um sistema baseado em corrupção,

fraude e manipulação. A democracia precisa eliminá-lo como fez Nelson Mandela com o apartheid, e não fazer as pazes com ele como fez o Ennahda na Tunísia.

No que se refere ao Islã político, ainda defendendo aquilo que acreditava nos anos 1970. Não podemos retomar e continuar o experimento democrático na Tunísia e em outros países árabes se excluirmos um segmento inteiro da popula-

ção e negarmos a partidos islâmicos e seus apoiadores o direito de participar da política dentro do Estado de direito. Isso vale inclusive quando não é possível ignorar o quão ineficientes e imperfeitas ou incompletas têm sido suas políticas e visão política desde que estiveram no poder.

Atualmente, a esperança democrática em países árabes, e talvez em outros lugares, não está ameaçada pelo modelo soviético, mas pelo modelo chinês: desenvolvimento econômico combinado com ditadura política. Esse modelo já está amplamente estabelecido no mundo árabe, principalmente no Egito, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Como é paradoxal ver esses Estados, que são os melhores clientes dos Estados Unidos na região, lutando para impor o modelo chinês na Tunísia.

Se quisermos escapar desse modelo, que é atualmente a principal ameaça (tanto ideológica quanto política) à democracia no mundo, precisamos unir liberdade, desenvolvimento e justiça social. Caso contrário, a democracia será apenas um parêntese entre ditaduras.

Atualmente, a esperança democrática em países árabes, e talvez em outros lugares, não está ameaçada pelo modelo soviético, mas pelo modelo chinês: desenvolvimento econômico combinado com ditadura política.

Perdemos a luta pela democracia? A resposta é sim, mas essa derrota é temporária. A ditadura, seja do tipo militar no Egito ou populista na Tunísia, tem poucas chances de melhorar a situação econômica da população. Além disso, a instauração de um regime democrático, ainda que imperfeito, deixou um gostinho de liberdade entre as gerações mais jovens e setores influentes da sociedade, como jornalistas, advogados, ativistas da sociedade civil e assim por diante. Devemos apoiá-los com todas as nossas forças. As vidas de nossos concidadãos dependem disso.

Notas

1. “Tunisia: President’s Repressive Policies Abrogate Rights—Dozens Placed Under Arbitrary House Arrests”. *Human Rights Watch*, 11 set. 2021. Disponível em: <www.hrw.org/news/2021/09/11/tunisia-presidents-repressive-policies-abrogate-rights>.

2. “Tunisia: Alarming Increase in Number of Civilians Facing Military Courts”. Anistia Internacional, 10 nov. 2021. Disponível em: <www.amnesty.org/en/latest/news/2021/11/tunisia-alarming-increase-in-number-of-civilians-facing-military-courts>.

O arco da democracia: do renascimento à ameaça

Larry Diamond

Larry Diamond é membro sênior da Hoover Institution e pesquisador sênior sobre democracia global do Freeman Spogli Institute for International Studies na Universidade de Stanford. Esta é sua última edição após 32 anos como coeditor do Journal of Democracy. Uma versão mais longa deste ensaio, com reflexões adicionais sobre a evolução da revista, está disponível em nosso site.

“Não resta nenhuma outra causa a não ser a mais antiga de todas, a única, de fato, que desde o início de nossa história determinou a própria existência da política: a causa da liberdade em oposição à tirania.”

— Hannah Arendt, *Sobre a revolução*, 1963

Quando Marc Plattner e eu começamos a preparar o lançamento desta revista no início de 1989, a democracia renascia globalmente, mas estava longe de ser dominante. O que Samuel P. Huntington pouco tempo depois viria a chamar de “a terceira onda da democracia” já havia se espalhado da Europa Meridional para a América Latina e Ásia, aumentando a proporção de nações consideradas democráticas de um quarto em 1974 para cerca de 40% no fim de 1988.¹ À medida que nos

*Publicado originalmente como “Democracy’s Arc: From Resurgent to Imperiled”, *Journal of Democracy* Volume 33, Number 1 January 2022 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

preparávamos para lançar um novo tipo de publicação que informaria acadêmicos, estudantes, ativistas e formuladores de políticas públicas ao redor do mundo, acreditávamos estar surfando uma onda que transformaria o mundo. Mas não tomávamos sua inevitabilidade como certa, bem como não imaginávamos a escala ou a velocidade da transformação política que estava por vir.

Quando a primeira edição da revista foi publicada, em fins de 1989, o Muro de Berlim havia sido derrubado pelas pessoas que ele havia aprisionado por décadas e o bloco soviético estava ruindo. Após cinco anos de abertura no governo de Mikhail Gorbatchov, a decrepita União Soviética estava em seu crepúsculo. Ao final de 1991, já não mais existia. Transições para a democracia estavam ocorrendo na maior parte da Europa Central e do Leste Europeu, Nelson Mandela havia sido liberado na África do Sul, a sociedade civil havia derrubado a ditadura em Benin, e outras ditaduras africanas longevas estavam na defensiva. Ditadores aparentemente impenetráveis logo cairiam no Zâmbia, Quênia e Malawi. Em 1994, cerca de quarenta países haviam feito a transição para a democracia no espaço de meia década.

Esse era o contexto de esperança — às vezes cercado de emoção — dos primeiros anos do *Journal of Democracy*, um período no qual as democracias liberais eram vistas como “as únicas sociedades verdadeiras e plenamente modernas”.² A democracia avançava não apenas literalmente — nas ruas e nas urnas —, mas também normativa e intelectualmente. Tanto na esquerda quanto na direita, intelectuais como o nigeriano Claude Ake e o peruano Mario Vargas Llosa defendiam a democracia como a melhor e historicamente necessária forma de governo.³ Em 1999, ao final da primeira década da revista, o economista indiano Amartya Sen rebateu de maneira decisiva a tese do líder singapurense Lee Kuan Yew de que as autocracias eram preferíveis enquanto motores de desenvolvimento econômico e estabilidade. Além de seu empiricismo seletivo, “esporádico” e, portanto, falho — que

ignorava os frequentes e surpreendentes fracassos de desenvolvimento das autocracias —, os argumentos de Lee também eram falhos em termos intrínsecos e instrumentais. Intrinsecamente, argumentou Sen, a democracia é importante porque ela atende a necessidades humanas essenciais, como participação e liberdade política. Instrumentalmente, ela dá às pessoas — inclusive aos mais pobres — a capacidade de fazer suas demandas serem ouvidas.⁴

Em diversas regiões, o governo de ditadores deixou uma trilha de destruição: abusos brutais de direitos humanos, insegurança generalizada, altos níveis de corrupção e, muitas vezes, estagnação ou ruína econômica. Na América Latina, isso despertou o bom senso de cidadãos e políticos, produzindo (especialmente na esquerda) o que Juan Linz e Alfred Stepan denominaram de “a crescente valorização da democracia como um importante fim em si mesmo, que precisava ser protegido”.⁵ Inspirada pela maré alta da liberdade, aversa às crueldades do autoritarismo e, em alguns países (especialmente no Leste Asiático) transformada pelo aumento da renda, da educação e da integração com o Ocidente, a opinião pública ao redor do mundo oscilou fortemente a favor da democracia como a melhor forma de governo.⁶ Em 1995, a maioria dos países do mundo havia se tornado uma democracia. Na década seguinte, a democracia continuaria a se expandir pelo mundo, embora em menor ritmo.

Ainda naquela época, anos antes do atual revés democrático, comecei a me preocupar com a questão da superficialidade e inautenticidade da democracia. Parte disso veio da minha crescente preocupação com os seus limites e profundas contradições na América Latina, que parecia inicialmente favorecida por sua experiência democrática anterior, sua proximidade com os Estados Unidos, uma arquitetura regional de defesa da democracia e níveis no mínimo medianos de desenvolvimento econômico. Trazia comigo uma lembrança de muitos anos antes: em uma conferência sobre a democracia nas Américas organizada

pelo Carter Center no fim de 1986, tive um despertar abrupto quando o então presidente guatemalteco Vinicio Cerezo afirmou: “tenho dez por cento do poder em meu país”. O resto, disse ele, era controlado pelos militares e por uma poderosa elite. Quão reais e efetivas podem ser as instituições formais da democracia quando são suplantadas por forças ocultas, “prerrogativas” do poder militar ou “enclaves autoritários” de máfias e organizações criminosas locais?⁷ Em 1993, Guillermo O’Donnell nos alertou para os limites do alcance do Estado na América Latina, para além do quais havia “áreas marrons” controladas de maneira informal, mas bastante efetiva, por poderes “patrimonialistas, sultanescos ou simplesmente criminosos”. Esses são mundos de “extrema violência” e predação que “coexistem com um regime que, ao menos no centro político nacional, é democrático”.⁸ Similarmente, minha avaliação da democracia na América Latina nos anos 1990 fez com que me preocupasse com a “natureza iliberal da ‘democracia’” na região. Argumentava que uma democracia rasa deixa um país mais suscetível a uma total ruptura da ordem constitucional e que regimes democráticos não podem se tornar seguros a não ser que respeitem amplamente os direitos humanos e institucionalizem limites ao poder de atores políticos importantes.⁹ Desde então, alguns países latino-americanos avançaram, outros retrocederam, mas a democracia permanece uma realidade parcial, conturbada e controversa que, recentemente, tem mostrado crescentes sinais de esgarçamento.

É impossível que a democracia se consolide quando reina a ilegalidade, a corrupção é desenfreada e o Estado é fraco. Como enfatizou Francis Fukuyama, uma *boa governança* — ou ao menos uma governança minimamente decente, não predatória — é a chave para as perspectivas de longo prazo de uma democracia.¹⁰ Democracias malgovernadas e com baixo desempenho são acidentes prestes a acontecer. Em algum momento, uma crise ou alguma força antidemocrática surgirá — sejam os militares, um movimento insurgente ou um demagogo autoritário como Vladimir Putin

ou Hugo Chávez — e a derrubará. Se há um Santo Graal do desenvolvimento democrático, na minha opinião, é a boa governança.

Mas como a boa governança emerge de circunstâncias históricas e sociais de leis, tribunais, burocracias e outras instituições formais fracas? Isso só pode ser possível por meio do trabalho consciente de líderes, organizações e coalizões reformistas, por vezes com o apoio de outros Estados e instituições externas.¹¹ Escolha, estratégia e agência cívica e política — ou, para usar uma palavra estranhamente incomum na ciência política atualmente, “liderança” — importam. A maioria dos casos de sucesso se beneficiaram de líderes capazes e dedicados (embora estivessem longe de ser anjos) comprometidos com a democracia, respeitadores de suas instituições e hábeis na construção e ampliação de coalizões e no fortalecimento gradual das instituições. Muitos pesquisadores enfatizam que o escopo de “agência” política costuma estar limitado por condições estruturais e arranjos institucionais. Mas muitas das instituições (partidos representativos, sistemas eleitorais apropriados, regras inclusivas, Estados competentes, tribunais independentes) que ajudaram as democracias a sobreviver são o produto histórico de períodos anteriores de exercício da política por líderes democráticos no governo e na sociedade civil.

No entanto, as democracias não surgem ou caem em um vácuo global. Uma importante contribuição da famosa obra de Huntington de 1991, *A terceira onda*, foi demonstrar o impacto crucial do contexto internacional de normas, ideias, modelos e tendências prevalecentes e como as políticas e ações de democracias poderosas — e seu poder *relativo* a autocracias — moldaram o destino da liberdade no mundo. Durante a terceira onda, a pressão, o engajamento diplomático e o apoio da Europa e dos Estados Unidos frequentemente penderam a balança para uma bem-sucedida transição democrática (ou para evitar o fim da democracia) diante de circunstâncias precárias. Um estudo comparativo posterior concluiu que a assistência técnica, o treinamen-

to, o engajamento intelectual, a pressão diplomática e o apoio financeiro ocidental para uma imprensa e uma sociedade civil organizada independentes figuraram de maneira proeminente em transições democráticas bem-sucedidas, mas eram notavelmente mais fracos ou inexistentes em transições malsucedidas.¹²

Um reconhecimento saudável do papel da agência evita que desenvolvamos um falso senso de segurança sobre o destino da democracia — que, uma vez “consolidadas”, as democracias vêm para ficar. Em meados da década de 1990, muitas democracias ocidentais, incluindo os Estados Unidos, demonstravam sinais de declínio político, desconfiança e diminuição do engajamento cívico e político. Em 1995, Robert Putnam chamou a atenção para uma dimensão particular desse problema — o declínio do capital social nos Estados Unidos — em seu famoso artigo “Bowling Alone” [jogando boliche sozinho], que até hoje é um dos artigos mais lidos na história do *Journal of Democracy*.¹³ Naquele mesmo ano, Juan Linz, Seymour Martin Lipset e eu fizemos nosso próprio alerta:

É uma perigosa falácia enxergar a consolidação como um processo único e irreversível. As democracias vão e vêm. Com o tempo, podem se legitimar, institucionalizar e consolidar. Mas, quando suas instituições entram em declínio e as crenças e práticas democráticas são erodidas, elas também podem se desconsolidar. [...] Até mesmo democracias bem-estabelecidas possuem demagogos que culpam a própria democracia pelas limitações da sociedade. Diante de uma severa e prolongada crise social e um governo ineficaz e corrupto, é possível que esses demagogos ganhem muitos seguidores.¹⁴

A aceleração da recessão democrática

Em 1996, levantei a possibilidade de que a terceira onda pudesse estar dando lugar a uma estagnação ou reversão, devido ao aumen-

to da lacuna entre o mínimo eleitoral da democracia e o restante de sua essência liberal. Muitas democracias da terceira onda (ou regimes considerados como tal, como o Paquistão) sobreviviam em um nível muito superficial, enquanto sofriam ataques da elite às normas constitucionais que a ameaçavam de “morte por mil subtrações”. A não ser que a democracia fosse aprofundada e as instituições fortalecidas, muitas democracias se extinguiriam. E esse aprofundamento exigiria, argumentei então (e ainda argumento), que as democracias liberais consolidadas “demonstrem sua contínua vitalidade democrática, capacidade de reforma e boa governança”, enquanto trabalham conscientemente “para promover o desenvolvimento democrático ao redor do mundo”.¹⁵

Não tenho nenhum prazer em ver muitos de meus medos realizados. A rasa “democracia” paquistanesa ruiu diante de um golpe militar em outubro de 1999. Muitas outras democracias importantes com as quais me preocupava à época também caíram (Bangladesh e Turquia), oscilaram (Sri Lanka) ou entraram de cabeça no que Thomas Carothers chamou de “área cinzenta” de ambiguidade de regime (as Filipinas). Dos trinta Estados estratégicos que identifiquei em 1999,¹⁶ apenas Taiwan e a República Tcheca mantiveram um alto nível de democracia liberal ou evoluíram substancialmente nessa direção. A democracia tem regredido ao menos em parte na Coreia do Sul e, sob a liderança de líderes e partidos populistas e liberais, substancialmente no Brasil, Índia, México e Polônia.¹⁷ Além de Bangladesh e Turquia, a democracia ruiu na Rússia e na Tailândia e está mais uma vez sob ameaça pela polarização política extrema no Chile, por má governança na África do Sul, e pela interferência política e agressão russa na Ucrânia.

Essa é uma lista apenas parcial dos retrocessos democráticos. No agregado global, a recessão democrática não havia começado de fato até por volta de 2006. Desde então, os níveis de liberdade e de demo-

cracia vêm declinando continuamente, menos países fizeram a transição para a democracia e muito mais democracias (quase todas elas liberais) ruíram. Muitas democracias liberais perderam qualidade, e ao menos uma (a Hungria) deixou completamente de ser uma democracia. Muitas democracias eleitorais (como o Peru) estão por um fio; a única democracia árabe (a Tunísia) sofreu um golpe de Estado do Poder Executivo; e a maioria das democracias africanas promissoras (como Gana) têm discretamente se deteriorado sob o peso do aumento da corrupção e do descontentamento popular. Vários regimes autoritários competitivos (Camboja, Nicarágua e Uganda) já quase não são competitivos, e os regimes mais autoritários (como China e Rússia, mas também Egito, Irã e Arábia Saudita) estão ainda mais autoritários. Por fim, em vez de manter a vitalidade e a autoconfiança, algumas das principais democracias liberais (de maneira mais preocupante, os Estados Unidos) têm trilhado um caminho em direção à polarização e decadência.

Por uma década, a recessão democrática foi suficientemente sutil, incremental e incerta para que se debatesse se estava de fato acontecendo.¹⁸ Mas, com o passar dos anos, ficou mais difícil de negar a tendência autoritária. Para cada um dos últimos quinze anos, muito mais países viram seus níveis de liberdade declinarem do que aumentarem (revertendo o padrão dos primeiros quinze anos pós-Guerra Fria). Pelas minhas contas, a proporção de Estados (com populações acima de um milhão) que são democracias atingiu o pico de 57% em 2006 e vem diminuindo desde então, caindo para menos da metade (48%) em 2019 pela primeira vez desde 1993.¹⁹ A cada avaliação anual do estado da democracia no mundo há um novo alerta de espiral declinante, como nos títulos da mais recente pesquisa da Freedom House, “Democracy Under Siege” [democracia sitiada],²⁰ e o relatório do projeto Variedades de Democracia (V-Dem), “Autocratization Turns Viral” [a autocratização viralizou].²¹ O Índice de Democracia de 2020 da Economist Intelligence Unit concluiu que, sob pressão da pandemia do

novo coronavírus, os níveis de democracia declinaram em quase 70% dos países analisados, enquanto “a média global caiu para seu nível mais baixo desde que o índice começou a ser medido, em 2006”.²²

Entramos recentemente em uma fase mais sinistra de recessão democrática, que evoca as ondas reversas de Huntington. Mais preocupante que os números agregados são as tendências qualitativas e onde elas estão acontecendo. A democracia mais populo-

À medida que as principais normas de tolerância política começaram a se desintegrar, a democracia nos Estados Unidos começou a se desconsolidar e corre o sério risco de ruir na próxima eleição presidencial.

sa do mundo, a Índia, está vivendo uma agressão difusa aos princípios normativos e constitucionais da democracia liberal: o pluralismo político e intelectual; a tolerância a minorias étnicas e religiosas; a independência do Judiciário e o profissionalismo burocrático; e a liberdade de imprensa e da sociedade civil. O governo do primeiro-ministro Narendra Modi está seguindo uma trajetória assustadoramente familiar àqueles que assistiram à destruição gradual da democracia em países como Turquia, e devido ao tamanho da economia da Índia e sua importância estratégica vital como contrapeso à China, nenhuma grande democracia ousa denunciá-la. As outras democracias grandes e influentes do Sul global também enfrentam problemas, graças a líderes populistas autoritários (no Brasil e no México) ou instituições fracas e crescente tensão social (na África do Sul e na Indonésia). As Filipinas podem eleger como presidente no próximo ano o filho do último ditador, Ferdinando Marcos, e talvez então completar seu retrocesso autocrático.

Quem vem alimentando esse retrocesso democrático mundial é o contínuo e chocante declínio da democracia nos Estados Unidos,

que a Economist Intelligence Unit classifica como “democracia imperfeita”. Os problemas democráticos da Europa Ocidental foram alimentados pelo declínio da clareza programática, da criatividade e da responsividade dos principais partidos políticos. Afetada por muitas das mesmas tensões subjacentes — turbulência econômica, aumento da desigualdade, pressões migratórias, divisões de identidade e a inflamação explosiva de tudo isso pelas redes sociais —, a democracia americana vem se deteriorando de uma maneira diferente. A polarização partidária, habilmente explorada por forças demagógicas, vem seguindo a mesma espiral descendente que minou a democracia na Hungria, Polônia, Turquia e Venezuela. Como explicam Jennifer McCoy e Murat Somer, forças sociais e estratégias políticas polarizantes produzem uma clivagem social profunda, uma lógica intergrupo de “nós contra eles”, e o colapso de laços sociais transversais, que Seymour Martin Lipset e muitos outros acadêmicos viam como cruciais para a saúde da democracia.²³ À medida que se solidificam a lealdade e a interação intragrupo, a tolerância e o respeito mútuos dão lugar à desconfiança, estereotipagem, preconceito e inimizade entre membros de campos políticos profundamente hostis. Cada lado passa a enxergar o outro como uma ameaça existencial, tensionando e logo rompendo o respeito por normas e regras democráticas.²⁴ O problema é agravado, argumenta William Galston, por tensões arraigadas na natureza da democracia liberal que a torna vulnerável a reafirmações do nacionalismo e do tradicionalismo. “O individualismo dá origem ao desejo por comunidades mais densas. O igualitarismo luta contra o desejo por status e diferenciação. [...] A diversidade produz o desejo por união; a negociação maçante, por uma liderança rápida e decisiva”.²⁵

Não é apenas o comportamento político que deixou os Estados Unidos à beira da crise constitucional. Uma crescente proporção de americanos de ambos os espectros políticos expressa atitudes e percepções que são um sinal de perigo para a democracia. O consenso político em

grande medida desapareceu. Uma pesquisa de opinião do Pew Research Center de outubro de 2020 concluiu que “aproximadamente oito em dez eleitores de ambos os lados do espectro político disseram que suas diferenças com o outro lado eram sobre valores fundamentais americanos, e quase nove em dez — novamente, de ambos os lados do espectro político — temiam que uma vitória do outro lado causaria um ‘dano prolongado’ aos Estados Unidos”.²⁶ Uma pesquisa de fevereiro de 2021 mostrou profundas divisões partidárias sobre a legitimidade da última eleição presidencial, com a maioria dos republicanos, mas poucos democratas, acreditando que houve fraude eleitoral generalizada. Quase três a cada dez americanos (29%), e 39% dos republicanos, estavam dispostos a apoiar “ações violentas” do “próprio povo” para “proteger a América” caso os líderes eleitos não o fizessem.²⁷

Um número crescente de políticos e representantes eleitos nos Estados Unidos tem se mostrado disposto a infringir ou abandonar normas democráticas na busca da conquista ou manutenção do poder — e, para a manutenção do poder, a barricar o partido nele como uma espécie de direito permanente, por meio de restrições ao direito de voto, politização das instituições eleitorais e um desenho de distrito eleitoral (*gerrymandering*) cada vez mais audacioso e científico, na busca de impedir a alternância de poder. Mesmo na sequência da invasão de 6 de janeiro de 2021 ao Capitólio, a maioria dos americanos ainda não se deu conta do quão longe o país se desviou dos elementos mínimos do consenso normativo e comportamental que sustenta a democracia, o que Robert A. Dahl chamou de “sistema de segurança mútua”, no qual forças políticas concorrentes se comprometem a tolerar o outro e jogar pacificamente dentro das regras do jogo democrático.²⁸ Todos os principais estudiosos da democracia reconhecem a importância fundamental em uma democracia de que os adversários: 1) aceitem a legitimidade de seus rivais políticos, e seu direito de concorrer; 2) acreditem que seus rivais não tentarão eliminá-los se chegarem ao po-

der; e 3) aceitem as consequências de eleições justas. Tudo isso exige, como observam Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, não apenas uma “tolerância mútua”, mas também “temperança” política — comedimento no exercício do poder, rejeição da violência e respeito pelas regras e limites não escritos da democracia.²⁹ À medida que essas duas importantes normas começaram a se desintegrar, a democracia nos Estados Unidos começou a se desconsolidar e corre o risco de ruir na próxima eleição presidencial.

Autoritarismo ressurgente

Como observou meu coeditor de longa data, Marc Plattner, em nossa edição de 30º aniversário, “estamos reaprendendo a lição de que a geopolítica importa profundamente para o destino da democracia”.³⁰ Não é coincidência que o auge da expansão democrática — a década de 1990 — também foi o que Charles Krauthammer chamou de “o momento unipolar”, quando os Estados Unidos estavam “no centro do poder mundial” como “a superpotência incontestada [...] seguida de seus aliados ocidentais”.³¹ Já durante o fim da década de 1970 e especialmente na de 1980, o poder e a determinação dos Estados Unidos de defender os direitos humanos e promover a democracia ofereciam esperança e ajuda a movimentos por mudança democrática, ao mesmo tempo em que conduziam autocratas em apuros para fora do poder. Então, o colapso da União Soviética e a ausência de outras autocracias poderosas permitiram que os Estados Unidos, importantes aliados democráticos europeus e a União Europeia apoiassem e encorajassem mudanças democráticas em uma escala sem precedentes. Forças democráticas ao redor do mundo sentiram-se encorajadas, moralmente abraçadas e materialmente apoiadas. Autocratas que dependiam de apoio financeiro e diplomático foram pressionados a abrir o regime, planejar sua saída do poder ou afastar-se ao perder as eleições.

Krauthammer previa que o momento unipolar se estenderia por décadas. Ele durou pouco mais de uma década. O primeiro golpe à supremacia democrática global dos Estados Unidos foi a extensão irresponsável do poder americano na invasão do Iraque em 2003, que manchou a própria ideia de promoção da democracia. O segundo foi a crise financeira de 2008, gerada por cobiça e má gestão na indústria de empréstimos hipotecários *subprime* e políticas regulatórias falhas. Quando a crise financeira americana se tornou global, a reputação da democracia mais poderosa do mundo foi ainda mais abalada. Preocupado com a crise e dividido entre seu profundo comprometimento filosófico com os direitos humanos e seu instintivo pragmatismo, o novo presidente americano, Barack Obama, trilhou um meio-termo que trouxe apenas uma “revitalização parcial” do papel americano na promoção da democracia. Embora tenha continuado a apoiá-la, lançado a Parceria para Governo Aberto contra a corrupção, trabalhado para desincentivar o retrocesso democrático e em algumas ocasiões pressionado por mudanças democráticas, os Estados Unidos já não encabeçavam um esforço para fazer com que ditaduras de democratizassem. A era da liderança americana para *moldar* um mundo mais democrático havia terminado.³²

Dois fatores estruturais limitaram os planos de Obama — e dos Estados Unidos — de promover a democracia. Um foi o aprofundamento da polarização da política americana, que reduziu ainda mais o apelo dos Estados Unidos enquanto modelo de democracia (e ainda mais nos anos seguintes). E o segundo foi o reaparecimento global do autoritarismo: o crescente poder da China, o ressurgimento do poder agressivo e ressentido da Rússia, o sagaz aprendizado e adaptação de muitas autocracias e sua crescente colaboração em redes interconectadas e em iniciativas que desafiavam as normas.³³

Nenhum acontecimento global do século 20 foi mais danoso à causa da liberdade do que a emergência da República Popular da China

(RPC) enquanto a próxima superpotência mundial, com a mais rápida expansão militar, uma estrutura mundial de propaganda e um programa de desenvolvimento de infraestrutura global — a Nova Rota da Seda — que já investiu mais de 200 bilhões de dólares em portos, ferrovias, rodovias, linhas de transmissão e afins em mais de sessenta países, que representam a maioria da população mundial. A China ultrapassou os Estados Unidos como maior parceiro comercial da Europa, do Sudeste Asiático, do Oriente Médio e da África. A China lidera quatro das quinze agências especializadas da ONU e, em cooperação com a Rússia e com outros regimes autoritários, está trabalhando vigorosamente para enfraquecer normas de direitos humanos e a participação da sociedade civil democrática em instituições globais, como a ONU e seu Conselho de Direitos Humanos, enquanto busca construir novas regras globais para tornar o mundo um lugar seguro para autocratas, a cleptocracia e a repressão digital. Atualmente, a China está desenvolvendo a primeira moeda digital emitida por um importante banco central do mundo, numa aposta para disputar a supremacia do dólar e enfraquecer a capacidade dos Estados Unidos de impor sanções financeiras a quem viola normas internacionais.

À medida que aumenta seu peso geopolítico e recursos, a China está empregando táticas clássicas de “frente unida” do Partido Comunista para penetrar e cooptar o tecido mole da democracia — universidades, *think tanks*, centros de pesquisa, imprensa, as artes, empresas, organizações da sociedade civil, partidos políticos e governos locais. Os três principais objetivos desse vasto aparato são: 1) roubar e se apropriar da tecnologia ocidental em uma corrida por dominância econômica e militar global; 2) controlar a narrativa sobre a China censurando e intimidando críticos de suas violações dos direitos humanos e beligerância externa, enquanto promove uma visão positiva do regime; e 3) mobilizar parceiros e aliados da frente unida (com ou sem seu conhecimento) para aceitar em vez de resistir às pretensões hegemônicas da

China, e fazer lobby junto a seus governos por políticas que acelerem essa mudança sísmica no poder global.

Abandonando a máxima de Deng Xiaoping de “esconder sua força e dar tempo ao tempo”, a China sob seu líder ditatorial, Xi Jinping, vem desenvolvendo uma conduta cada vez mais arrojada e belicosa em sua região e além. Reivindicou soberania sobre todo o Mar do Sul da China, rico em recursos e estrategicamente vital, e reforçou essa alegação dragando e militarizando novas ilhas, colocando seus navios em águas disputadas, invadindo a pesca e outros direitos marítimos de seus vizinhos e lançando retóricas e investidas militares cada vez mais frequentes e ameaçadoras contra Taiwan. Tais ações, e a ampla projeção de *sharp power* da China na região e globalmente, tiveram um custo. O Diálogo Quadrilateral sobre Segurança entre Estados Unidos, Austrália, Índia e Japão começou a desenvolver uma resposta coordenada, e Japão e Austrália em especial estão aumentando sua postura e vigilância de defesa. Globalmente, a opinião pública em favor da China diminuiu em reação às suas adulações e intimidações. Mas, precisamente pelo *sharp power* ser dissimulado e corrupto, muitas das elites governantes ao redor do mundo estão muito animadas em aceitar a barganha, e autocratas de Estados fracos em particular agradecem o apoio de uma superpotência autoritária para neutralizar e reduzir a pressão vinda de democracias ocidentais. A autocracia e a cleptocracia tornaram-se companheiras inseparáveis em uma campanha global para comprometer a soberania, saquear a riqueza nacional, eviscerar o Estado de direito, suprimir a oposição e enfraquecer as democracias avançadas lavando dinheiro ilícito e limpando a reputação dos saqueadores. Inúmeras empresas, consultorias, escritórios de advocacia e empresas de segurança e de vigilância privada do Ocidente tornaram-se profundamente implicadas nesse comércio global maligno, que aumentou enormemente a capacidade de repressão, alcance de retaliação e autoconfiança das autocracias do mundo.³⁴

Nenhum país testemunhou mais a união entre a autocracia e a cleptocracia em uma escala mais assombrosa do que a Rússia, onde um governante cada vez mais temível e despótico, há mais de duas décadas no poder, acumulou uma das maiores fortunas pessoais do planeta. O Estado mafioso do Kremlin ameaça seriamente o Estado de direito e a integridade da governança na Europa e nos Estados Unidos. Mas ainda maior é o dano que as profundas projeções digitais, financeiras e políticas de *sharp power* da Rússia vêm causando repetidas vezes a Estados vizinhos como a Geórgia, a Ucrânia e a Moldávia, bem como a democracias ocidentais por meio da manipulação e desinformação nas redes sociais e o apoio financeiro para atores da extrema direita. Esses esforços cada vez mais bem financiados e tecnicamente sofisticados seriam alarmantes o bastante, mas a Rússia também tem revivido e modernizado seu exército. Ela já empregou força militar para anexar a Crimeia, uma parte estratégica da Ucrânia, enquanto trava uma guerra de anos na região oriental de Donbas, na Ucrânia, para desestabilizar a democracia do país e dissuadi-la de formar uma aliança mais estreita com o Ocidente.

Embora difiram de maneira significativa em relação ao sistema político, capacidade econômica e poder global, os regimes chinês e russo compartilham importantes características e interesse. Ambos se tornaram dramaticamente mais repressivos na última década, com a China se transformando em um Estado neototalitário de vigilância e a Rússia em um sistema de punição vingativa e pervasiva de opositores e dissidentes políticos. Ambos os sistemas têm se tornado cada vez mais dominados por um único governante que, sentindo-se inseguro no poder, endurece a repressão e alimenta o nacionalismo para ampliar o controle doméstico. Ambos os regimes se sentem ameaçados pelo exemplo de democracias vizinhas — Taiwan no caso da China, e a Ucrânia no caso da Rússia —, que compartilha em grande medida sua língua e cultura e poderia inspirar seus cidadãos a querer que o sistema político de seu país seguisse o modelo vizinho de

liberdade e pluralismo. Cada autocracia está, portanto, determinada a subverter a democracia vizinha antes que seja subvertida por ela. Ambos os líderes — e sistemas — possuem desprezo pelo Ocidente e estão determinados a derrubar a ordem democrática liberal, que detestam. E ambos acreditam que os Estados Unidos e, mais amplamente, as democracias ocidentais são fracas e irresolutas e, portanto, podem ser comprometidas, testadas e um dia confrontadas com sucesso. De maneira separada e junta, a China e a Rússia vêm desenvolvendo redes de conluio autoritário e se esforçam para refazer o equilíbrio global de poder.

Estamos nos aproximando de uma conjuntura bastante perigosa. Há uma possibilidade real de que a China venha a empregar força militar (se não uma invasão, então um bloqueio, um ciberataque massivo, ou uma campanha progressiva de guerra híbrida) para tentar compelir Taiwan a se “reunificar com sua terra natal” e abdicar de sua notável democracia. Também existe a preocupante possibilidade de que a Rússia promova um ataque militar mais explícito e massivo para subjugar a Ucrânia. Qualquer um desses eventos poderia acontecer não em algum cenário novelístico, de próxima geração, mas nos próximos anos, e a ocorrência de um deles poderia, de maneira oportunista, estimular a ocorrência do outro. Por este motivo, Taiwan e Ucrânia representam as linhas de frente da luta para a defesa da liberdade no mundo. A morte de qualquer uma dessas democracias por meio de agressão por um vizinho mais poderoso poderia representar um ponto crítico na história, de maneira muito mais semelhante à invasão nazista da Tchecoslováquia do que às disputas da Guerra Fria. Por várias décadas, nos acostumamos a pensar na luta pela liberdade como algo puramente político e cívico. Mas, infelizmente, como na década de 1930, o perigo real e imediato possui um elemento importante de ameaça militar, para o qual nem as duas democracias em disputa nem as democracias liberais mais poderosas do mundo estão adequadamente preparadas,

psicologicamente, militarmente ou em termos da segurança de suas cadeias de suprimentos.

Poder e legitimidade

A solução mais eficiente para a crise da democracia que se acumula globalmente seria a democratização de seus dois maiores adversários, a Rússia e, em especial, a China. O fracasso da nascente democracia russa na década de 1990 não estava predestinado. Como explicou recentemente nestas páginas Michael McFaul, a escolha de um sucessor para Boris Yeltsin foi difícil. “Um colapso financeiro global derrubou a frágil economia da Rússia em agosto de 1998” e, com ela, os reformistas liberalizantes liderados pelo vice-primeiro-ministro Boris Nemtsov. Na ausência desse acontecimento, da saúde declinante de Yeltsin e alguns outros elementos do acaso, é possível imaginar um cenário diferente, no qual Nemtsov poderia ter sucedido Yeltsin e uma democracia imperfeita, porém real, poderia ter gradualmente se instalado.³⁵ A ditadura de Putin pode parecer cruel e inatacável agora, mas a confiança do público em sua liderança está em declínio, e a autoconfiança do regime parece estar em baixa.

Em contraste, o regime comunista da China parecia um rolo compressor de sucesso econômico e controle eficiente desde o massacre da Praça da Paz Celestial em 1989. Mas o regime enfrenta múltiplos dilemas. Sua taxa de crescimento econômico desacelerou para provavelmente 4% ou menos. O setor imobiliário está desastrosamente superalavancado e em crise. Como observaram recentemente Hal Brands e Michael Beckley, “empresas-zumbi estatais estão sendo sustentadas enquanto falta capital às empresas privadas”. Para permanecerem economicamente inovadoras e dinâmicas, o regime precisa incentivar empresas privadas e investimentos, mas está lutando contra suas maiores empresas de tecnologia (bem como ou-

tros empreendedores) porque o Partido Comunista da China (PCC) é geneticamente incapaz de tolerar qualquer um que rivalize com seu poder. Por ter “destruído seus próprios recursos naturais”, escrevem Brands e Beckley, a China está ficando sem água e “está importando mais energia e comida do que qualquer outra nação”. Consequentemente, é três vezes mais custoso para a China produzir uma unidade de crescimento hoje do que era no início da década de 2000. O custo da mão de obra e as pressões fiscais devem aumentar com o rápido envelhecimento da população chinesa, o que irá reduzir a população em idade de trabalho em 200 milhões ao longo das próximas três décadas, enquanto o número de cidadãos idosos crescerá de maneira similar.³⁶ Essas contradições poderiam transformar o milagre econômico da China em um período prolongado de estagnação no estilo soviético. Mas antes que isso pudesse trazer consigo o colapso do comunismo e a possibilidade de transformação democrática, Brands e Beckley temem que isso possa gerar pânico estratégico — uma conclusão de que o tempo não está do lado do regime, e que (como a Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial e o Japão antes de Pearl Harbor) o PCC precisa atacar militarmente em breve, antes que seu poder se esvaia.

Duas décadas atrás, era possível imaginar que o rápido desenvolvimento da China gerasse uma pressão por mudança democrática. Em 2007, o economista Henry S. Rowen previu que a rápida modernização econômica da China a tornaria um Estado “parcialmente livre” até 2015 e um Estado “livre” até 2025.³⁷ A pesquisa Barômetro Asiático também descobriu fortes evidências de que os valores estão mudando na China para uma direção mais liberal, em particular entre os mais jovens. Entretanto, essa fé no poder da modernização para liberalizar a China (pela qual eu também me deixei seduzir) até aqui mostrou-se imerecida. Antes do ensaio de Rowen (e desde então), o *Journal* publicou muitos outros que previam um progresso ao menos

incremental em direção a uma sociedade civil mais forte e um Estado mais tecnocrático e baseado em leis, ou que a corrupção e o governo irresponsável produziriam uma crise que poderia abrir caminho para a democracia.³⁸ Em vez disso, a análise de Andrew Nathan de 2003 sobre a “resiliência autoritária” tem sido mais certa. Mas a avaliação de Nathan presumia uma contínua institucionalização do comando do PCC por meio de sucessões regulares e regidas por regras, aumento da meritocracia e da especialização burocrática e uma ampliação de canais de participação em massa.³⁹ Poucos anteviram a emergência de um governante neototalitário como Xi Jinping, que poderia eliminar restrições institucionais a seu poder, intensificar o controle do Estado sobre as massas e extinguir qualquer traço de liberalização política. Desde cedo, Xiao Qiang, o fundador do *China Digital Times*, revelou as maneiras pelas quais os internautas chineses estavam contornando e até mesmo ridicularizando a autoridade governamental. Mas a censura, manipulação e controle digital fizeram do pluralismo cívico online em grande medida uma ilusão com a ajuda de um sistema cada vez mais onisciente e integrado de vigilância e controle digital, alimentado por rápidos progressos em inteligência artificial, o PCC de Xi tem desafiado as previsões.

Entramos novamente em um período de confrontação histórica entre duas diferentes formas de governo — uma baseada no poder, a outra na legitimidade. Regimes baseados em poder contam com o apoio e ajuda uns dos outros, bem como de redes compartilhadas de corrupção e tecnologias de controle, mas a maioria enfrenta perspectivas econômicas desanimadoras. Vigilância e repressão são caras e a tirania cleptocrática drena a economia e atrofia o Estado para além de seu núcleo repressivo. Como a Venezuela e o Zimbábue descobriram, essa é uma fórmula para a decadência e, em última análise, fracasso do Estado, a não ser que os grupos no poder possuam recursos naturais a explorar ou (como no caso da Coreia do Norte e da Síria) possam ope-

rar como um sindicato do crime organizado global. Onde autocratas como Recep Tayyip Erdogan na Turquia e Viktor Orban na Hungria dependem de eleições para se legitimar e renovar seu governo, as consequências econômicas da má governança serão sua ruína. Esse é um dilema que o primeiro-ministro populista da Índia, Narendra Modi, terá que enfrentar se continuar pelo atual caminho iliberal.

Mas as ditaduras na Rússia e na China poderiam destruir a paz mundial antes de destruírem a si mesmas. Ao encarar as profundas contradições de seus modelos estupidificantes, os governantes autoritários da Rússia e da China verão sua legitimidade minguar. Se não quiserem abraçar a reforma política — uma hipótese que os apavora, dado o destino de Gorbachov —, eles terão que se apoiar cada vez mais no exercício puro do poder em casa e no exterior para se preservar no poder. Isso pode levá-los para um caminho fascista, no qual a repressão implacável do pluralismo interno torna-se inseparavelmente ligada ao ultranacionalismo, expansionismo e intensa hostilidade ideológica a todos os valores e rivais liberais e democráticos. Tanto na China quanto na Rússia, a campanha de intolerância e assédio contra a comunidade LGBT e qualquer desvio dos papéis tradicionais de gênero reflete a maré alta da rejeição chauvinista da “influência ocidental” e é o outro lado da crescente ameaça que esses regimes oferecem à segurança e paz regional e, em última medida, global.

Este é o momento mais sombrio para a liberdade em meio século. Tenho fé nas perspectivas de longo prazo da democracia, porque é um sistema moralmente superior e porque provou ao longo do tempo ser mais efetivo em atender as necessidades humanas, crescer as economias, proteger o meio ambiente, respeitar os direitos humanos e controlar a corrupção.⁴⁰ Além disso, faz parte da natureza humana buscar a autonomia pessoal, dignidade e autodeterminação e, com o desenvolvimento econômico, esses valores tornam-se ascendentes.⁴¹ Mas não há nada de inevitável quanto ao triunfo da democracia. Nessa

nova era, as estratégias e escolhas de Estados e líderes democráticos terão consequências que reverberarão por décadas. Serão as democracias do mundo capazes de gerir suas divisões e reunir sua determinação de encarar o desafio colocado pelo autoritarismo ressurgente? Antonio Gramsci dizia: “pessimismo da razão, otimismo da vontade”. Apenas um reconhecimento lúcido da profundidade do perigo atual será capaz de produzir a vontade necessária.

Continuo otimista.

Notas

1. Samuel P. Huntington, “Democracy’s Third Wave”. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 2 (primavera 1991), pp. 12-34; e Samuel P. Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (Norman: University of Oklahoma Press, 1991) [Ed. bras.: *A terceira onda*. São Paulo: Ática, 1994.].
2. Marc F. Plattner, “The Democratic Moment”. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 4 (outono 1991), p. 38.
3. Claude Ake, “Rethinking African Democracy”. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 1 (inverno 1991), pp. 32-44; e Mario Vargas Llosa, “The Culture of Liberty”. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 4 (outono 1991), pp. 25-33.
4. Amartya Sen, “Democracy as a Universal Value”. *Journal of Democracy*, v. 10, n. 3 (jul. 1999), citado nas pp. 6 e 10.
5. Juan J. Linz & Alfred Stepan, “Political Crafting of Democratic Consolidation or Destruction: European and South American Comparisons”. In: Robert A. Pastor (Org.), *Democracy in the Americas: Stopping the Pendulum*. Nova York: Holmes and Meier, 1989, p. 47.
6. O *Journal* publicou inúmeros artigos do Afrobarômetro, Barômetro Árabe, Barômetro Asiático, Latinobarômetro e outros mostrando um apoio global mais amplo à democracia do que céticos culturais imaginavam. Muitos desses ensaios foram compilados em Larry Diamond & Marc F. Plattner (Orgs.), *How People View Democracy* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008).
7. Juan J. Linz & Alfred Stepan, “Toward Consolidated Democracies”. *Journal of Democracy*, v. 7, n. 2 (abr. 1996), p. 15; e Linz & Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996), pp. 67-69.
8. Essas citações foram extraídas de Guillermo O’Donnell, “The Quality of Democracy: Why the Rule of Law Matters”. *Journal of Democracy*, v. 15, n. 4 (out. 2004), p. 41, mas a ideia originou-se em seu ensaio “On the State, Democratization and Some Conceptual Problems: A Latin American View with Glances at Some Postcommunist Countries”. *World Development*, v. 21, n. 8 (ago. 1993), pp. 1355-69.

9. Larry Diamond, “Democracy in Latin America: Degrees, Illusions, and Directions for Consolidation”. In: Tom Farer (Org.), *Beyond Sovereignty: Collectively Defending Democracy in the Americas*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1996, pp. 73-74. Ver também Larry Diamond, *Developing Democracy: Toward Consolidation* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999), pp. 64-117, especialmente pp. 74-5.

10. Francis Fukuyama, “Why is Democracy Performing So Poorly?”. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1 (jan. 2015): pp. 11-20. [Ed. bras.: “Por que o desempenho da democracia tem sido tão ruim?”. *Journal of Democracy em português*, v. 4, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>.]

11. Andreas Schedler, “Restraining the State: Conflicts and Agents of Accountability”. In: Schedler, Larry Diamond, & Marc F. Plattner (Orgs.), *The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies*. Boulder, Colorado, EUA: Lynne Rienner, 1999; e Alina Mungiu-Pippidi, “The Quest for Good Government: Learning from Virtuous Circles”. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 1 (jan. 2016), pp. 95-109.

12. Kathryn Stoner et al., “Transitional Successes and Failures: The Domestic-International Nexus”. In: Kathryn Stoner & Michael McFaul (Orgs.), *Transitions to Democracy: A Comparative Perspective*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2013.

13. Robert D. Putnam, “Bowling Alone: America’s Declining Social Capital”. *Journal of Democracy*, v. 6, n. 1 (jan. 1995), pp. 65-78.

14. Larry Diamond, Juan J. Linz, & Seymour Martin Lipset, “What Makes for Democracy?”. In: Diamond, Linz, & Lipset (Orgs.), *Politics in Developing Countries: Comparing Experiences with Democracy*, 2ª ed. Boulder, Colorado, EUA: Lynne Rienner, 1995.

15. Larry Diamond, “Is the Third Wave Over?”. *Journal of Democracy*, v. 7, n. 3 (jul. 1996), pp. 20-37, citado nas pp. 33 e 35.

16. Larry Diamond, “Is Pakistan the (Reverse) Wave of the Future?”. *Journal of Democracy*, v. 11, n. 3 (jul. 2000), pp. 91-106.

17. Para duas visões mais amplas, ver Larry Diamond, *Ill Winds: Saving Democracy from Russia Rage, Chinese Ambition, and American Complacency* (Nova

York: Penguin, 2019), e Stephan Haggard & Robert Kaufman, “The Anatomy of Democratic Backsliding”. *Journal of Democracy*, v. 32, n. 4 (out. 2021), pp. 26-41.

18. Ver os ensaios sob o título “Is Democracy in Decline?” no *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1 (jan. 2015), e comparar especialmente com Larry Diamond, “Facing Up to the Democratic Recession” (pp. 141-155) e Steven Levitsky & Lucan Way, “The Myth of Democratic Recession” (pp. 45-58).

19. Larry Diamond, “Breaking Out of the Democratic Slump”. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 1 (jan. 2020), pp. 36-50, & Diamond, “Democratic Regression in Comparative Perspective: Scope, Methods, and Causes”. *Democratization*, v. 28, n. 1 (jan. 2021), pp. 22-42.

20. Freedom House, *Freedom in the World 2021*; e Sarah Repucci & Amy Slipowitz, “The Freedom House Survey for 2020: Democracy in a Year of Crisis”. *Journal of Democracy*, v. 32, n. 2 (abr. 2021), pp. 45-60.

21. V-Dem Institute, *Democracy Report 2021*. Disponível em: <www.v-dem.net/media/filer_public/74/8c/748c68ad-f224-4cd7-87f9-8794add5c60f/dr_2021_updated.pdf>.

22. Economist Intelligence Unit, “Democracy Index 2020: In Sickness and In Health?”. Disponível em: <<https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020>>.

23. Seymour Martin Lipset, *Political Man: The Social Bases of Politics*, edição expandida. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981, pp. 77-78.

24. Jennifer McCoy & Murat Somer, “Mainstream Parties in Crisis: Overcoming Polarization”. *Journal of Democracy*, v. 32, n. 1 (jan. 2021), pp. 9-11 [Ed. bras.: “A crise dos partidos tradicionais: superando a polarização”. *Journal of Democracy em português*, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <<http://plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>]; e McCoy & Somer, “Toward a Theory of Pernicious Polarization and How It Harms Democracies”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 681, n. 1 (jan. 2019), pp. 234-71.

25. William A. Galston, “The Enduring Vulnerability of Liberal Democracy”. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 3 (jul. 2020), p. 23. [Ed. bras.: “A persistente vulnerabilidade da democracia liberal”. *Journal of Democracy em português*, v. 9, n. 2, 2020. Disponível

em: <<http://plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>>.]

26. Michael Dimock & Richard Wike, “America Is Exceptional in the Nature of Its Political Divide”. Pew Research Center, 13 nov. 2020. Disponível em: <www.pewresearch.org/facttank/2020/11/13/america-is-exceptional-in-the-nature-of-its-political-divide>.

27. Daniel A. Cox, “After the Ballots Are Counted: Conspiracies, Political Violence, and American Exceptionalism”. Survey Center on American Life, 11 fev. 2021. Disponível em: <www.americansurveycenter.org/research/after-the-ballots-are-counted-conspiracies-political-violence-and-american-exceptionalism>.

28. Robert A. Dahl, *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971. [Ed. bras.: *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.]

29. Steven Levitsky & Daniel Ziblatt, *How Democracies Die*. Nova York: Crown, 2018, pp. 97-117. [Ed. bras.: *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.]

30. Marc F. Plattner, “Democracy Embattled”. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 1 (jan. 2020), p. 8.

31. Charles Krauthammer, “The Unipolar Moment”. *Foreign Affairs*, v. 70, n. 1 (1991), p. 23.

32. Thomas Carothers, *Democracy Policy Under Obama: Revitalization or Retreat?* Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2012.

33. William J. Dobson, *The Dictator’s Learning Curve: Inside the Global Battle for Democracy*. Nova York: Doubleday, 2012; Alexander Cooley, “Authoritarianism Goes Global: Countering Democratic Norms”. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 3 (jul. 2015), pp. 49-63; e Larry Diamond, Marc F. Plattner, & Christopher Walker (Orgs.), *Authoritarianism Goes Global: The Challenge to Democracy* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2016).

34. Ronald Deibert, *Reset: Reclaiming the Internet for Civil Society*. Toronto: House of Anansi, 2020; Deibert, “Digital Subversion: The Threat to Democracy”. Lipset Lecture, National Endowment for Democracy, 1 dez. 2020; e Anne Applebaum, “The Autocrats Are Winning”. *Atlantic* (dez. 2021), pp. 44-54.

35. Michael McFaul, “Russia’s Road to Autocracy”. *Journal of Democracy*, v. 32, n. 4 (out. 2021), p. 17 (e ver a discussão completa sobre fracasso democrático, pp. 15-19).

36. Hal Brands & Michael Beckley, “China Is a Declining Power—and That’s the Problem”. *Foreign Policy*, 24 set. 2021.

37. Henry S. Rowen, “When Will the Chinese People Be Free?”. *Journal of Democracy*, v. 18, n. 3 (jul. 2007), pp. 38-52.

38. Todos esses ensaios do *Journal of Democracy*, incluindo os citados neste parágrafo, foram compilados em Andrew J. Nathan, Larry Diamond, & Marc F. Plattner (Orgs.), *Will China Democratize?* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2013).

39. Andrew J. Nathan, “China’s Changing of the Guard: Authoritarian Resilience”. *Journal of Democracy*, v. 14, n. 1 (jan. 2003), pp. 6-17.

40. Ver o projeto do V-Dem “The Case for Democracy”. Disponível em: <<https://www.v-dem.net/en/our-work/research-projects/case-democracy>>.

41. Christian Welzel & Ronald Inglehart, “The Role of Ordinary People in Democratization”. *Journal of Democracy*, v. 19, n. 1 (jan. 2008), pp. 126-40; Welzel, “Why the Future Is Democratic”. *Journal of Democracy*, v. 32, n. 2 (abr. 2021), pp. 132-44.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>